



3-9Fonseca

TEOTÓNIO DA FONSECA

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Divagando...



BARCELOS

1981

Obras do mesmo autor
fora do mercado e esgotadas:

- Apontamentos Históricos e Genealógicos, 1927
- Um punhado de Genealogias, 1932
- Mais Genealogias, 1935
- O concelho de Barcelos, aquém Cávado, 1.º, 1933
- Esposende e o seu concelho, 1936
- O concelho de Barcelos, aquém Cávado, 2.º, 1937
- O concelho de Barcelos, aquém e além Cávado, 1948, 2 vols.

26/10/81

C.M.B.
Biblioteca

Divagando...

Desta obra

composta por João da Silva Dias Pimenta, revista por José Alfredo Lopes de Miranda, paginada por Mário da Silva Dias Pimenta e impressa por Manuel Armando da Silva Fernandes, nas Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, em Barcelos, no mês de Setembro de 1981, — sendo encarregados, respectivamente, das Secções de Composição, Impressão e Encadernação, Augusto Dias Pimenta, Joaquim Barbosa Teixeira e Gualter de Oliveira Monteiro — reconhecendo em todos o seu brio profissional e a todos se agradecendo a colaboração prestada,

fez-se uma tiragem de cento e cinquenta exemplares, não numerados, destinando-se dezasseis ao Depósito Legal e os restantes, cento e trinta e quatro, a ofertas, sendo estes assinados pelo seu organizador e editor.

João da Silva Dias Pimenta

TEOTÓNIO DA FONSECA

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

C.M.B.
Biblioteca

Divagando...



BARCELOS
1981

Barcelone Perm.

C.M.B.
Biblioteca

A Talhe de Foice

- I — **Biografia e bibliografia de Teotónio da Fonseca**
- II — **A obra de Teotónio da Fonseca no conhecimento da Terra barcelense**
- III — **Um exemplo, exemplar, na utilização das fontes**

por

J. Sellés Paes de Villas-Bôas

I — Biografia ⁽¹⁾ e bibliografia de Teotónio da Fonseca

Teotónio José da Fonseca — aquela figura de enorme presença física, humaníssima e patriarcal, modestíssima nos gestos como no falar e no vestir, teimando em querer passar despercebida num meio, o barcelense, nesse então rico de valores — nasceu em 9 de Setembro de 1875 na Casa de Paços, na freguesia de S.^{ta} Eulália de Rio Covo, do concelho de Barcelos.

Filho de António José da Fonseca ⁽²⁾, da Casa da Nogueira, e de D. Luciana da Silva Fonseca Teixeira de Barros, da Casa do Perdigão ⁽³⁾, da freguesia das Carvalhas, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra a 13 de Julho de 1900.

Nomeado Conservador do Registo Predial, em Ferreira do Alentejo em 18-XII-1902 é, por diploma legal de 3-X-1903, transferido para o mesmo cargo em Tavira.

Em 1904, a 2 de Maio, é colocado em Barcelos onde se fixa.

Por diversas vezes preside às Comissões Administrativas da Santa Casa da Misericórdia, da sua Terra,

e é eleito Provedor, tendo sido o último Presidente do Senado Municipal.

Foi um dos mais dedicados, sabedores, apaixonados e dinâmicos Presidentes da Direcção do Grupo local, Alcaides de Faria (4) e por seus méritos de estudioso probo e investigador apaixonado (5) foi eleito sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 21-V-1934.

Faleceu na sua casa de Barcelos, no Campo 5 de Outubro, n.º 42, a 9 de Novembro de 1937 (6).

Colaborou assiduamente na imprensa regional — *Aurora do Lima* e *O Espozendense* — e durante muitos anos quase permanentemente no semanário local *O Barcelense*.

Acidentalmente encontra-se colaboração sua nos diários da capital *A Voz* e *Diário Popular*.

Sempre profundamente interessado, e apaixonado, pela Terra que lhe foi berço, sem limitações dos campos pertinentes à sua história, Teotónio da Fonseca em simultaneidade com a sua colaboração dispersa pela imprensa, investiga as ligações com sua Casa (7): fruto dessa paciente e laboriosa pesquisa publica, entre 1922 e 1935, três importantes trabalhos que não só dão com enorme rigor uma perspectiva de âmbito familiar, como permitem, ao leitor avisado, ou só curioso, um conhecimento da estrutura social e familiar na área concelhia, e de muitos dos seus valores.

Apontamentos históricos e genealógicos, 1922-1925, *Um punhado de genealogias*, 1932, e *Mais genealogias*, 1935, todas edição do autor, são obras fundamentais e de imprescindível leitura para um conhecimento social, e em certo aspecto económico, do concelho de Barcelos.

Não se limita Teotónio da Fonseca ao ramo genealógico — que histórico é — nas suas poucas horas de lazer de Conservador do Registo Predial, e a sua

arguta curiosidade, aguçada por um sólido amor à Terra, leva-o a percorrer o vastíssimo concelho indo semanalmente, com uma paciência e pertinácia de verdadeiro monge, no *O Barcelense* dando notícia das suas investigações, descrevendo ao mínimo pormenor cada uma das numerosas freguesias, interessando-se igualmente pelo vizinho Esposende que, nas suas raízes históricas e administrativas, a Barcelos pertenceu.

Fruto desse paciente trabalho, preenchendo assim uma enorme lacuna no conhecimento da vasta área, reúne as notícias publicadas no *O Espozendense* sobre Esposende que, em 1936, Silva Vieira ⁽⁸⁾ edita com o nome de *Espozende e o seu concelho*.

Entre 6-V-1933, e 6-XI-1937 divulga, em *O Barcelense*, as suas pesquisas sobre as freguesias implantadas na margem direita do rio Cávado, que reúne em volume com o título de *Barcelos àquem Cávado*, mas simultaneamente investiga a outra margem, sendo de 18-V-1929 a primeira notícia sobre essa área geográfica, histórica e artística.

Desde 1929 a 1937 ⁽⁹⁾ Teotónio da Fonseca leva a cabo, sem dúvida, a obra mais sistemática, mais completa, mais útil e utilizada ⁽¹⁰⁾, a única fundamental, ponto de chegada e ponto de partida para o conhecimento da riqueza e da variedade concelhia.

Em 1948 os filhos do investigador ⁽¹¹⁾ reúnem em volume os artigos dispersos de seu pai, em edição fora do mercado que em breve se torna raridade bibliográfica.

Mas Teotónio da Fonseca não se limita a percorrer o concelho, freguesia por freguesia, anotando tudo quanto a seus olhos atentos e curiosos se apresenta.

O peso da tradição patriarcal que arrasta, no seu

corpo de gigante, leva-o mais longe, e por memória das muitas coisas ouvidas, de outras vistas, de muitas vividas, de quando em vez, para tornar mais distractivo e variado o seu trabalho — e a sua, constantemente solicitada, colaboração na imprensa, sempre gratuita —, mas sempre dentro do seu portuguesismo, pega num tema que a sua experiência e memória lhe sugere e trata-o na singeleza com que o sente e o pensa: na simplicidade da sua maneira de ser e de falar.

São esses dispersos, divagações, reavivar da memória, mergulhos no passado, preocupações de momento, recordar mortos, que seu filho, Dr. José Teotónio (12), num exemplar amor à Terra, sem paralelos entre nós, mesmo em familiares de outros investigadores com obra dispersa ou arrecadada, paciente e metodicamente reuniu, dando-os à estampa mantendo o título — *Divagando* — que seu pai lhes deu.

Fica assim, com o volume agora dado à estampa, reunida toda a obra de Teotónio da Fonseca, verdadeiro breviário, ou *vademecum* de Barcelos.

II — A Obra de Teotónio da Fonseca no conhecimento da Terra barcelense.

Foi só, curiosamente, em pleno liberalismo, e quando muito do património local, em bens móveis e imóveis, se principiou a perder ou degradar, que Barcelos, de muitas velhas raízes e ligações a feitos e factos da vida nacional e onde avultam figuras proeminentes (13), teve estudos monográficos, descrevendo e memorizando a antiquíssima vila (14).

Freguesias constitutivas do seu vastíssimo concelho, violentamente truncado para criar novos, só por mero acidente surgiam em dicionários corográficos como o do Pe. Luís Cardoso, de 1751, ou o sempre citado de Pinho Leal, ambos feitos, compilados, não por investigação directa, mas por inquéritos, com questionário escrito, dirigidos às autoridades civis e religiosas (15).

Até 1922 (16) — decorridos, assim, mais de cinquenta anos — Barcelos pouco interessou aos estudiosos, salvo no afloramento da efémera *Barcelos Revista* (17) e em notas dispersas na imprensa.

Não tiveram melhor sorte factos históricos, património artístico ou personalidades da Terra que por seu valor se distinguiram e, ultrapassando a área local, pertencem ao património nacional.

Desse interim — 1867-1922 — só podemos contar com as *Tradições populares de Barcelos*, do P.^e Gomes Pereira ⁽¹⁸⁾ e com uma monografia, *D. António Barroso no 1.º aniversário da sua morte*, editada no Porto em 1919 ⁽¹⁹⁾.

Bem mais rica foi a década de 30 e os últimos anos dos anos 20, surgindo aqui, rigorosamente em 1925, uma bem elaborada nota, mais literária ao gosto oitocentista, de Jaime de Magalhães Lima sobre o pintor barcelense, Cândido da Cunha ⁽²⁰⁾.

Nos anos 30 tem lugar de primazia o bem alicerçado estudo que Francisco Azeredo faz de *O Paço dos Condes Duques de Barcelos*, não se podendo esquecer *A casa do Condestável*, por Luís de Meneses Pinheiro, as *Recordações históricas de Barcelos* ⁽²¹⁾, a monografia *S.^a Aparecida de Balugães*, pelo P.^e Bartolomeu Ribeiro, e a divulgação feita por Mancellos Sampaio, custeada por um pequeno grupo de barcelenses, em 1938, e sob o título de *1640 em Barcelos*, de um documento da época.

Se os anos 40 — o das festas duplamente centenárias — agitam Barcelos, sem esse tempo modificar o interesse dos conterrâneos por saber da Terra, é no último ano dessa década que a bibliografia local se enriquece, no conhecimento, embora, de um seu filho, com *O poeta António Fogaça — Estudo bibliográfico-crítico* da autoria de Miranda de Andrade ⁽²²⁾.

É sem dúvida, e sem favor, a obra mais construída, a análise mais arguta, o trabalho mais sólido que sobre feito ⁽²³⁾, pessoa, monumento ou coisa barcelense algum dia foi feito ⁽²⁴⁾.

Da mesma década, 1944, é *Notas ligeiras a propósito da visita pastoral a Macieira*, pelo P.^e Rios Novais, largos anos Arcipreste de Barcelos.

Limitamos aqui, a este tempo, o apontamento neste *a talhe de foice* por, pela bibliografia referida de memória, a julgar suficiente para da mesma e da origem dos seus autores — muitos deles não barcelenses ou, se filhos de Terra, mourejando fora dela — se poder avaliar o pouco interesse que aos estudiosos tem merecido a total área que tem por cabeça Barcelos (25).

Deste facto — sócio-cultural com características muito peculiares, e que nenhuma Câmara procurou modificar e enriquecer — e por ele mesmo, com seus negativos resultados, bem palpáveis nos dias de hoje, o paciente, pertinaz trabalho de Teotónio da Fonseca concretizado no seu *O concelho de Barcelos à quem e além Cávado* — iniciado em 1929 e terminado em 1937, vindo a ser reeditado em volume, como antes se disse, em 1948 — torna a obra relevante a todos os títulos e como nenhuma outra, sendo inventário total, minucioso, colhido no campo, frente aos factos, seus testemunhos e às coisas, o que não é vulgar na bibliografia local (26), muito mais apoiada na bibliografia anterior, do que no cotejo desta face à realidade. (27)

Este um dos grandes méritos da obra de Teotónio da Fonseca que só se serviu da sua magnífica biblioteca, instalada no seu berço de Paços, onde todos os dias ia, como apoio, positivo ou negativo, do quanto tinha visto e anotado nos seus apontamentos de impenitente romeiro pelas freguesias do concelho.

Teotónio da Fonseca, exemplarmente, cumpriu, usou uma metodologia de investigador e historiador que só nos centros culturais mais evoluídos — e não era, evidente, o caso ou situação cultural barcelense — anos mais tarde viriam a ser adoptados.

O concelho de Barcelos àquem e além Cávado é, para além do seu interesse como inventário local, exemplar na bibliografia similar em Portugal: e obra fundamental (28) no conhecimento da Terra barcelense.

Mas o conhecimento completo, total, num determinado momento histórico de uma terra, não tem os seus limites nos testemunhos materiais que gerações anteriores nos legaram.

Embora estes testemunhos, também sejam, de um estádio cultural, há, em simultaneidade, manifestações míticas, espirituais, características e definidoras de um certo tipo de sociedade: esse conjunto, essa totalidade, e só essa totalidade, não só a caracteriza como permite diferenciá-la das vizinhas. Teotónio da Fonseca sabia-o e sentia-o e, em tal grau e com tamanha capacidade de se dar, sempre que possível ia comunicando esses seus saberes.

Numa linguagem simples, lhana, sem arroubos de erudição — antítese de cultura — sem disciplina nos temas, como quem em plena liberdade permite que ao pensamento lhe aflorem factos, impressões do seu passado recente ou de menino, ou agitado por emoção de momento, verdadeiramente *divagando*, foi espalhando, ao acaso, pela imprensa, talvez para mitigar e distrair da objectividade e aridez da sua pesquisa pelo concelho, o que de momento lhe vinha, se tornava presente no seu pensamento: umas vezes alegre outras preocupado.

São esses frutos que agora, e em boa hora, seu filho dá à estampa.

Muito podemos neles, todos nós, barcelenses, aprender.

O que a nenhum de nós pode escapar é a curiosidade total de Teotónio da Fonseca, a sua imensa fome de conhecer a Terra e as suas gentes.

É que o Dr. Teotónio da Fonseca sabia — se sabia! — que só se ama em verdade o que bem se conhece.

Que esse amor, por saber da Terra, nos responsabilize e dinamize a todos, a bem do prestígio de Barcelos na sua totalidade geográfica artística e humana.

III — Um exemplo, exemplar, na utilização das fontes

É da nossa responsabilidade o alvitre dado ao meu querido amigo Dr. José Teotónio — obreiro aqui com seu irmão, outro grande amigo meu — de incluir na presente edição as cartas que, ligadas a assuntos da Terra, o Autor dos textos manteve no seu arquivo.

Superados os melindres que tal publicação e divulgação poderia implicar, chegou-se, sem dificuldades, à conclusão que os créditos e a história locais — como sempre feita pelos homens — suplantavam em muito interesses pessoais.

A análise dos factos, dos métodos de trabalho, adoptados, deve ser feita objectivamente, sem que tal análise, necessariamente crítica, possa, de perto ou de longe, representar menos respeito ou estima pessoal por este ou aquele interveniente, esta ou aquela figura que alcançou projecção local e foi, maior ou menor, obreiro na sua construção.

O interesse da Terra importa bem mais do que a sensibilidade na epiderme dos dedos dos pés de cada um de nós.

Entre as cartas, agora dadas à estampa, as trocadas entre J. de Mancellos Sampaio — de 5-III-1930 —

e o Dr. Teotónio da Fonseca, que responde no dia seguinte, e se publicam na íntegra a págs. 291 a 295 do presente volume, ultrapassam em muito o interesse do tema nas mesmas tratado.

Em primeiro lugar nem o major Mancellos — como por direito, José de Mancellos Sampaio era tratado em Barcelos — nem o Dr. Teotónio — como familiarmente era conhecido — eram uns *quidam* na Terra, antes as figuras mais proeminentes e de maior prestígio pela sua cultura e conhecimentos nas primeiras décadas deste nosso século, e em Barcelos.

Ambos pares, sócios da prestigiosa Associação dos Arqueólogos Portugueses, ambos estudiosos da Terra, se o segundo, salvo na chefia do *Grupo Alcaides de Faria*, nunca teve responsabilidades directas em organismos de feição cultural local, ainda que profundíssima e fecunda tenha sido a sua acção, J. de Mancellos Sampaio foi, após a criação da Biblioteca Municipal, graças à tenacidade, como vereador municipal, de Antero de Faria, seu primeiro responsável (29), orientando o seu enriquecimento muito mais no sentido das suas preferências pessoais, do que nas verdadeiras necessidades e fins a que uma municipalidade deve obedecer: a recolha e salvaguarda, até à saciedade, de todos os escritos, documentos, iconografia que à vida local, passada e presente, importam e interessam.

Ambos possuidores de cursos superiores; os dois oriundos de famílias socialmente chamadas *fidalgas*; os dois curiosos de saber; cada um com seu temperamento, antítese um do outro, se J. de Mancellos Sampaio se satisfazia plenamente numa erudição estereotipada e livresca, tomando como bom só por estar impresso, Teotónio da Fonseca com uma intuição

rara de investigador, faz visitas e análises no local, tira conclusões e as obras escritas são apoio ou não, após crítica e cotejo, com a realidade.

As *provas* que Mancellos Sampaio dogmaticamente tira de *Ninharias* ⁽³⁰⁾ — que tão severamente tinham sido criticadas pelo erudito investigador Anselmo Braamcamp Freire — são testemunho incontroverso do seu limitado e condicionado sistema de investigação.

Em contrapartida Teotónio da Fonseca usa, como homem de cultura, sem ideias feitas ou préconcebidas, a ainda hoje mais moderna metodologia na investigação histórica.

Homem erudito o primeiro, com uma erudição nem sempre apoiado em boas muletas ⁽³¹⁾; homem de cultura Teotónio da Fonseca.

A maneira como utiliza as fontes — e sirva de lição a tantos — e fica demonstrada na resposta, amabilíssima, com dois V.^a Ex.^a no seu texto é, assim julgamos e nos atrevemos a definir, um exemplo exemplar.

Ericeira, Julho de 1981.

NOTAS

(1) As notas biográficas tiveram como fonte as publicadas em *O Barcelense* de 7-12-1929 e 11-3-1933.

(2) Marcada com as iniciais de seu nome — A. F. — e entalhada, como era de uso nas *tabuletas de luxo* dos carros de bois, transporte, ainda em época relativamente recente, das pessoas da casa ou de produtos da terra para a feira, possui a C. M. de Barcelos, integrada na doação que em 1952 lhe foi feita, graças à generosidade e amor à Terra dos netos do seu possuidor que ao doador a ofereceram, este exemplar, de *tabuletas de luxo* testemunho da maior valia.

(3) A esta antiga casa pertence a honra do altar da invocação dos Reis Magos, encimado por suas armas, na velha Colegiada, actual Igreja Matriz de Barcelos.

(4) Associação criada com o fim de estudar e valorizar o local onde se efectuou o «Feito do Alcaide».

(5) Bem merecia Teotónio da Fonseca, e a justa dignificação da Terra, que na placa indicativa da rua com seu nome se substituisse a palavra *publicista*, de mal definido significado, pela de *historiador local*.

(6) O investigador tinha casado, em 30 de Março de 1908, na capela da Casa da Barrosa, na freguesia de Vila Franca, do concelho de Viana do Castelo, com D. Maria do Carmo Ribeiro Lima de Azevedo, filha dos primeiros Viscondes da Barrosa de cujo casamento houve três filhos.

(7) Onde entronca, entre outros, o Dr. D. Frei João Baptista da Silva, religioso da Ordem de S. Bento, duas vezes D. Abade do mosteiro de Tibães e outras tantas geral da mesma Ordem, falecido em 1765.

(8) Silva Vieira, fundador da Livraria Espozendense, editou, entre muitas outras, obras de José Leite de Vasconcelos, Alberto

Vieira Braga, M. Cardozo Marta, Augusto Pinto, J. Diogo Ribeiro, Manuel Boaventura, Adolfo Coelho, Cláudio Basto, Tomaz Pires, e fundou em 1885, iniciada em Barcelos, a *Revista do Minho*, tendo prestado um inestimável serviço à bibliografia etnográfica do primeiro quartel do nosso séc. xx.

(9) Curiosamente sai no semanário local, três dias antes da morte do pertinaz investigador, o seu último artigo, notícia e estudo, sobre freguesia do concelho, o que demonstra que Teotónio da Fonseca, não foi vencido no amor ao estudo da sua Terra pela terrível e prolongada doença que o vitimou.

(10) *O concelho de Barcelos à quem e além Cávado* é, sem favor, a obra chave da bibliografia local que, por sua importância e fontes de informação, merecia ser reeditada, prestando-se assim um grande serviço à Terra e aos futuros estudiosos dela.

(11) D. Maria Luciana, Dr. José Teotónio e António Luís Ribeiro de Azevedo Teixeira da Fonseca.

(12) Julgamos simples acto de justiça referir aqui que, de igual amor à Terra, respeito e admiração por seu pai e pelo trabalho desenvolvido, partilhava, na reedição, em volume, dos dispersos — *Divagando* — de Teotónio da Fonseca, seu filho mais novo António Luís. Infelizmente a sua morte, em 13-XI-1979, não lhe permitiu ver concluída a meritória obra.

(13) Que as Câmaras representantes da Terra sistematicamente ignoram, preferindo homenagear, nas ruas e muitos largos (muitos deles *campos* na tradição local), figuras completamente estranhas ao meio.

(14) Temos no pensamento, concretamente, as obras *Notícia descritiva da mui nobre e antiga vila de Barcelos*, impressa em 1866 em Barcelos na Tipografia do *Jornal do Povo*, *Memória histórica da vila de Barcelos, Barcelinhos e V.ª N.ª de Famalicão*, Viana, 1867 e a *Crítica à notícia de Barcelos*, impressa em Barcelos nesse mesmo ano de 67, respectivamente de A. M. do Amaral Ribeiro, Domingos Joaquim Pereira e Manuel Forte de Sá.

Anteriormente, em 1708, António de Villasboas e Sampaio, autor do *Auto da Lavradora de Ayró*, na sua *Nobiliarchia Portuguesa*, cap. IX, ao tratar do *Condado* — o de Barcelos — *mais antigo deste Reino, se dá notícia da sua nobreza e antiguidade*.

(15) Já era tempo, estamos no dobrar do séc. xx, de a Câmara, com tamanhos pruridos de desenvolvimento cultural da Terra, providenciar no sentido da publicação de, pelo menos, um bosquejo da bibliografia local.

(16) Ano da edição de *Barcelos. Resenha histórica, pitoresca, artística*, por J. Mancellos Sampaio e A. Soucasaux.

(17) Aqui António Ferraz, possuidor, ao que corre na tradição local, de um notável arquivo de notas, apontamentos, documentos sobre Barcelos, publicou duas notas de interesse.

(18) Professor no Liceu de Vila Real, mas natural da Casa de Chapre no coração do concelho.

(19) Muito posterior, sem data de impressão, foi publicada por Centro do Estado, uma bem documentada monografia de D. António Barroso, por A. Luís Vaz.

(20) Trinta anos passados, em separata da revista *Ocidente*, vol. XLII, Joaquim Lopes, Director que foi da Escola Superior de Belas Artes do Porto e decano dos seus professores, recorda e comenta *O pintor Cândido da Cunha*. É curioso salientar aqui, como testemunho sócio-cultural da terra, que tendo sido Cândido da Cunha um pintor de vastíssima obra, se encontre tão parcamente representado no meio oficial ou particular de Barcelos e nunca, nenhuma Câmara, se tenha interessado por mostrar, em Barcelos, a obra desse seu filho.

(21) Primeiro publicadas no semanário local *Notícias de Barcelos*.

(22) Barcelense, professor do Liceu Sá de Miranda, em Braga, de que foi Reitor. Em 1964 a Câmara local editaria *A obra poética de António Fogaça*.

(23) Se o próprio «Feito do Alcaide» é incontroversamente conhecido, como outros em que barcelenses ilustres foram intervenientes, julgamos errado o conhecimento local que do local, como construção medieva, há. A tela que Condeixa pintou para Beça e Menezes, tendo por base o texto de Herculano nas *Lendas e Narrativas*, não serve de forma alguma como documento.

(24) Entre os publicistas ou comentadores não se pode esquecer Bento Antas da Cruz e Z. (pseudónimo do Ten. Francisco Cardoso e Silva) assim como o Abade Paes mais interessado este por um aspecto anedótico do que por testemunhos de interesse histórico.

(25) Seria injustiça esquecer a pequena monografia de Antero de Faria, *A Franqueira*, de 1944, com um justificável intuito turístico e o bem elaborado estudo do Prof. Fernando Magano sobre *O compêndio do P.^e Jorge de S. Paulo*, do Convento de Vilar de Frades.

(26) Prova da nossa afirmativa está em que tendo os professores universitários A. A. Mendes Correia, J. Rodrigues dos Santos Jr. — este com ligações de sangue em Barcelos — Damião Peres acompanhado desde o início as escavações e colheitas do espólio no local do «castelo» e castro de Faria, a nenhum deles o seu espólio mereceu uma nota, uma notícia, um estudo. Estudos que vieram a ser feitos, muito mais tarde, por Profs. universitários de Madrid, de Salamanca e Valência e pelos mestres no paleolítico e na numismática G. Zbyszewski e Pedro Batalha Reis. Só a Mancellos Sampaio um sinete mereceu um bom estudo.

(27) E a que não escapa o *Guia de Portugal* com reedição da responsabilidade de Sant'Anna Dionísio.

(28) Nenhum estudioso, como se verifica pelos mais recentes estudos ou notícias sobre coisas ou terras barcelenses, se não serve da obra de Teotónio da Fonseca como de nenhuma outra.

(29) J. de Mancellos Sampaio para além de *Barcelos. Resenha histórica...* já citada, de em *Um sinete interessante* ter sido o primeiro a interessar-se pelo espólio topado no «Castelo de Faria» em 1640 em *Barcelos*, noticiar a posição local na Restauração, por encargo da Câmara de então, ed. de 1943, estudou *A Servidão de Barcelos a Guimarães*, ilibando a Terra de uma *mancha* que o historiador Alfredo Pimenta, vimaranense e pouco dado a ser amável, classificou de *história da carochinha*. Mais genealogista do que arqueólogo ou historiador, dessa sua formação, ou deformação, ficaram graves e irreparáveis marcas em Barcelos, testemunhadas na amputação de peças do Museu Arqueológico para nelas embutir azulejos legendados, com dizeres muitas vezes vagos ou errados — como numa *Pereiras / Séc. XVIII / (Igreja Matriz)* onde estavam as *armas dos Dominicanos* — e na formação, com base em obras sobre genealogia, de uma Biblioteca Municipal que deveria ter sido orientada no sentido da história, no âmbito mais lato, local.

(30) Obra muito polémica da autoria de José de Azevedo e Menezes, senhor, que nesse então era, da Casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão.

(31) Para demonstrar a nossa afirmativa basta referir como exemplo, entre muitos outros negativos para o saber local, referir que a Biblioteca Municipal não possui uma única colecção de qualquer dos muitos semanários que em Barcelos, através dos tempos, se publicaram. Outra, entre muitas outras provas, é o nome dado à Torre única ainda existente, num limite do L. da

Porta Nova e num dos topos do Largo Dr. José Novais. Mancellos Sampaio no esquema que faz, na conhecida *Resenha*, partindo de elementos de estudo do Dr. António Ferraz, chama-lhe *Torre do Alcaide* como equivalente de *principal* (*menagem* ou *homenagem*), classificação que erradamente — por muito posteriormente fechada e já quando a fortificação não tinha efeitos defensivos — se mantém na bibliografia barcelense.

Torre de Menagem ou de *Homenagem* era anexa ao Paço; aí a desenhou Duarte Darmas com a bandeira hasteada.

A torre ainda existente era, como ainda hoje é fácil verificar, e Duarte Darmas desenhou, uma *Torre aberta*, com a face sul só fechada, e com porta, ao nível desta. Para cima desta, e nessa face, não havia parede. Qualquer um pode verificar a construção muito mais moderna, de aparelho não coevo.

Prefácio ⁽¹⁾

Na elaboração da história de um povo entram, como os materiais na construção de um edificio, não só os grandes factos, mas ainda alguns de somenos importância e até as pequenas circunstâncias que acompanham estes e se tornam necessários, como a argamassa nas edificações, para o estudo e fixação daqueles.

São estes pequenos e verídicos contos uma pitada de pó com que se há-de argamassar a história do concelho de Barcelos.

Já que não posso ser o grande artífice desta útil e proveitosa obra serei pelo menos um dos seus rapazes do barro.

O AUTOR

Dois Ideais

Ao anoitecer de um dia chuvoso de inverno, Pedro de Aguiar, de pequena mala à tiracolo, botas farradas e chapéu desabado, caminhava pela estrada que passava junto à igreja de M..., abstracto e indiferente a tudo que o rodeava.

Molhado, enlameado, no seu passo cadenciado e seguro indicava que já vinha de longe e que tinha ainda muito para andar.

Era a primeira vez que passava por aqueles sítios, não sabendo ao certo onde estava, quando a sua atenção foi chamada para uma mulher que, de cântaro à cabeça, mãos enroladas no avental, subia do fundo da ravina por uma senda que desembocava na estrada.

Pedro parou, esperando que a mulher se aproximasse.

— Boas tardes.

— Santas tardes lhe dê Deus.

— É este o caminho para a vila de F...? Perguntou Pedro à mulherzinha que o fitava espantada de àquela hora e naquele sítio ver tão estranho caminhante.

Depois de obter resposta afirmativa, continuou:

— Que distância será?

— Duas léguas bem puxadas.

Pedro, ficou pensativo e triste, arriscou-se ainda a perguntar:

— Haverá no caminho alguma pousada onde possa passar a noite?

— Não será fácil encontrá-la, respondeu a informadora, mas, continuou ela, se quiser venha comigo que eu pedirei ao meu homem para ficar em nossa casa, pois nela nunca se recusou dormida aos viajantes e quanto mais na noite de hoje.

Pedro, após alguns momentos de silêncio e excitação, disse por fim:

— Pois bem, aceito. Vamos lá ter com o seu patrão.

Seguiram o caminho em direcção à povoação; ela adiante, ele um pouco atrás.

Durante o percurso travaram conversa, seguida de momentos silenciosos, na qual ela tentava dar largas à sua natural curiosidade, obtendo porém em resposta apenas breves palavras do seu interlocutor.

Ainda assim conseguiu saber que o seu futuro hóspede era da cidade de B..., ia para o P..., tencionava pernoitar na vila de F... e tinha retardado a sua viagem pela volta que dera pela freguesia de R... para se avistar com um amigo de infância.

Entrando na povoação, junto à igreja, seguiram por um caminho transversal até um portão que no fim deste se erguia.

Aberta a porta, entraram em um terreiro, onde um homem de meia-idade, de machado em punho, rachava canhotas.

Ao chegarem junto dele, a mulher dirigiu-se-lhe:

— José, este tiozinho, que encontrei na estrada, vai de passagem, não tem onde ficar esta noite e pediu-me para lhe darmos agasalho.

— Oh! Mulher, bem sabes que nunca se recusou dormida e um bocado de pão nesta casa. O que tu fizeres, está bem feito.

— Muito obrigado disse Pedro. Não imaginam o favor que me fazem, pois na verdade não sabia onde havia de ficar.

Quando entrou na cozinha era já noite.

Na vasta lareira ardia uma grande fogueira na qual se acabava de cozinhar a ceia.

Achavam-se ali reunidas muitas pessoas.

Em volta do fogo, junto à borralheira, sentados em pequenos bancos, estava de cada lado o seu velho, de cabelos brancos, um pouco curvados: eram os chefes de uma numerosa família, parte ali reunida, parte dispersa por vários lugares, outras casas em que tinham constituído seus lares.

Aos velhos seguia-se, fechando a roda, a criança, rapazes e raparigas, seus netos, ao todo uns seis, que se aqueciam, respondiam ao que se lhes perguntava e perguntavam o que lhes vinha à cabeça.

Uma rapariga, forte e espadaúda, irmã mais velha daquela ninhada, lidava nas canseiras da casa.

Sobre aquela sociedade tumultuosa um *cochicho* dependurado do velador, espargia uma luz dúbia, que lutava com o clarão da labareda e por cima da mesa já preparada para o repasto uma candeia, suspensa por um arame do tecto, projectava na toalha uma claridade amarelenta de petróleo.

No ambiente da vasta quadra flutuava o cheiro excitante para estômagos esfomeados do azeite esturgado.

Em grandes potes repousava o bacalhau, as batatas e os troços de couves cozidas e de uma caçarola rescendia o aroma apetitoso do polvo guisado com

sopas de trigo; sobre a tampa da masseira enfileiravam-se as travessas dos *mexidos* e das rabanadas na sua cor loira de canela, são estes os componentes da consoada de um lavrador remediado do Minho.

Estávamos na noite do dia 24 de Dezembro de 1932.

Pedro ao entrar dera as boas-noites e, ouvindo um murmúrio de vozes respondendo, sentiu os eflúvios incomodativos de dezoito olhos que o fitavam insistentemente.

Mariana, filha e futura sucessora do velho casal, a introdutora do desconhecido, fez de um modo geral a sua apresentação.

— Este senhor vai de passagem, mas fazendo-se-lhe tarde pediu para cá ficar.

— Deus o salve — disse o velho do seu poiso e a velha continuou:

— Nosso Senhor venha consigo.

— Muito obrigado. A paz e a alegria seja nesta casa, disse Pedro, após aquelas saudações.

O lenhador entrou neste momento na cozinha com um toro de carvalho ao ombro e, atirando-o para o chão, disse:

— Este é para depois da ceia, ao que a velha do seu canto continuou:

— É preciso que haja lume toda a noite na lareira para a Virgem Nossa Senhora vir aquecer o seu amado filho!

Pedro, sorrindo-se imperceptivelmente desta antiga e ingénua crença, foi sentar-se um pouco distante da fogueira, na penumbra.

Os miúdos, emudecidos com a entrada do desconhecido, depressa recomeçaram a garrular, jogando os pinhões aos pares e aos ímpares, até que a rapa-

riga e a mãe, que se lhe tinha juntado no amanho da ceia, anunciaram que esta estava pronta.

Todos abancaram à mesa, comeram bem, as crianças até lhe chegarem com o dedo, e repletos, findo o banquete, cada um veio retomar o seu lugar; o José porém junto ao hóspede por lhe fazer mal o lume.

Os rapazes começaram então a ensaiar as *Janeiras* que tinham de ser cantadas dali a oito dias nas casas dos amigos e vizinhos.

Quem as *botava* era o Daniel, o mais velho dos rapazes, e os outros, repetindo as coplas, faziam o coro:

*As Janeiras não se cantam
Nem ós reis nem ós fedalgos
Cantam-se ós lavradores,
Por ser ano milhorano,
Milhorano na saúde,
Descontado nos pecados.*

.....
.....

*Este dia de Janeiro,
Por ser o dia primeiro
É de grande merecimento*

.....

*Vamos dar as despedidas
Na cruz dum cruzado novo
Saídas do ano velho
Entradas do ano novo.*

.....
.....

E assim por diante até às cantigas dirigidas às várias pessoas das casas visitadas:

*Viva lá, senhora Maria
Olhinhos de pomba branca
Alguma coisa merece
Quem lh'esta cantiga canta.*

*Viva lá, senhor António
Onde põe o seu chapéu:
No meio da sua sala
Parece um anjo do céu.*

Não tinham ainda esgotado o reportório, quando ouviram passos ligeiros no terreiro e sentiram bater leves pancadas na porta da cozinha.

O cão, enrolado debaixo da mesa, rosnou e em seguida num pulo arremeteu contra a porta em fúria brava.

Todos adivinharam quem era, pelo costume, àquela hora.

Maria da Luz, levantando-se, ralhou ao cão, que prontamente obedeceu, e foi abrir, não sem primeiro se certificar quem batia.

No limiar assomou então a figura veneranda de um velho padre, segurando na mão um pau a que se arrimava nos caminhos lamacentos da aldeia.

— Segura lá a fera, Maria da Luz. Olha que se o maldito me morde não te caso no dia que o teu noivo acaba de combinar comigo. Então José, tu deixas assim roubar a rapariga?

— Que remédio, senhor vigário. Nós não a queremos para freira e o que desejamos é que ela seja feliz.

— Há-de ser, que o Augusto é bom rapaz — disse o nocturno visitante e começou a dar a mão a beijar a toda a garrulante assembleia que o rodeava e se agarrava à sua poída sotaina.

À medida que no beija-mão ia correndo a roda, tinha para cada um ditos de arrelia.

— Daniel, meu maroto, porque fugiste de mim outro dia, quando estavas especado ao pé da fonte com aquela rapariga de cântaro à cabeça? Deixa casar tua irmã e vem depois falar comigo...

— Luís, meu grandessíssimo garoto, quero saber onde vais buscar tantos *arrochos* para varejar os meus castanheiros. Deixa chegar o tempo da *desobriga* que hei-de dar-te uma dúzia de rosários de penitência.

— Olha este fedelho! Já sabes a doutrina? Se a não aprendes até à quaresma, faço-te levar o *mochó!*

E assim por diante até que, desenvolvilhando-se dos que o rodeavam, chegou à lareira onde os velhos se levantaram para o cumprimentar.

— Oh! Rapaz e rapariga do meu tempo! Ainda tendes forças para estar assim em pé?

São uns valentes! Pois eu sou mais fraco; o maldito reumático apoquentame deveras esta perna e esfregava com força o joelho esquerdo.

Olhando para o lado, viu a Maria da Luz com uma cadeira, que fora buscar à sala, a procurar o melhor lugar junto da fogueira.

Sentando-se, refastelou-se. A rapariga voltou com uma malga na mão a perguntar-lhe:

— Quer a sua sopinha, senhor vigário?

— Isso nem se pergunta. Deixei um cantinho para ela. Dá cá, meu amor, disse ele.

Saboreando a longos sorvos o vinho com mel e açúcar embebendo torradas de pão, calou-se por momentos.

Finda a colação, restituiu a vasilha à rapariga e, reparando então no vulto que estava na parte menos iluminada da casa, pondo a mão em pala sobre os olhos, disse:

— Gente estranha por cá?

— É verdade, senhor vigário: um viandante que pediu pousada — disse a Mariana.

Pedro, ouvindo isto, levantou-se e veio cumprir o velho, que se soergueu correspondendo.

Depois de trocadas entre os dois algumas palavras de cortesia, Pedro voltou ao seu lugar.

— É verdade — continuou o padre a fazer os gastos da conversa — hoje vim um pouco mais tarde porque, passando por casa do Manuel Luís, demorei-me mais do que contava. O pobrezinho lá está na cama, quase parálítico e a boa da Maria Teresa pouco mais desembaraçada anda do que ele. É uma dor de alma!

Tive contudo a consolação de saber, e olhou para o José, cujo rosto se purpureou levemente, que uma alma caridosa me tinha precedido, praticando o bem naquela casa. Mas não foi só hoje que isso aconteceu; quase sempre em todas as casas dos desgraçados e infelizes em que entro, noto que há almas benfazejas que vêm distribuindo pelos necessitados a sua bendita esmola!

Pedro, ouvindo estas palavras, sentiu um arrepio pelo corpo e, não podendo conter-se, disse:

— A esmola, senhor vigário, é deprimente e rebaixa quem a recebe.

O padre, espantado com aquela insólita interrupção e apossado de uma santa indignação, como se tivesse ouvido a maior das blasfêmias, entre frouxos de um riso nervoso, exclamou:

— Então o senhor quer que deixemos morrer à míngua de pão os desgraçados que o não têm?

— Não, senhor vigário. O que eu quero é que não hajam desgraçados que morram de fome, havendo ricos e felizes que rebentam de fartos; o que eu não quero é que hajam seres humanos sem tecto onde se abriguem, sem uma esteira em que descansem os seus membros lassos pelo trabalho e pela miséria, quando há outros que vivem em palácios e dormem em fofos leitos. Numa palavra o que eu quero é que desapareçam as desigualdades sociais.

— Desigualdades sociais há-de havê-las sempre, meu caro amigo; o forte, o inteligente e o audaz hão-de predominar sobre o mais fraco, o menos inteligente e o tímido.

Sempre assim foi e será em qualquer organização social que a humanidade adopte.

Como remédio para essas desigualdades sociais é que nós aconselhamos aos ricos e protegidos da fortuna a caridade cristã, que não se traduz simplesmente na *esmola*, no sentido restrito como o senhor a entende. Não se limita ao óbulo que se dá ao indigente; o seu campo é muito mais vasto: vai até à retribuição condigna do trabalho, até à assistência, à infância, aos velhos e aos estropiados da vida.

Chamemos-lhe caridade cristã, chamem-lhe solidariedade humana, é indiferente.

Aos pobres aconselhamos a resignação no trabalho...

— A caridade, acode o interlocutor, pode aliviar muitos males, é certo, mas não extermina a miséria.

A paciência e a resignação no trabalho é o aviltamento do fraco, a sua subordinação ao mais forte. Deixará de haver miséria, deixarão de haver estas desigualdades sociais desde que não hajam pobres e

ricos; numa palavra, desde que não haja propriedade particular.

O padre por sua vez opôs que a propriedade é de direito natural; a propriedade, além de ser essencial à existência do homem, é um incentivo para o trabalho e esforço humano.

Os males sociais não provêm do direito de propriedade, mas sim do mau uso ou abuso desse direito por parte dos seus detentores.

Por seu lado Pedro, contradizendo, expôs a teoria de que a propriedade não era de direito natural, mas provinha de uma espoliação feita à colectividade, devendo por isso voltar a esta.

Era preciso pois colectivizar a propriedade e todos os meios de produção; era preciso assentar a família em outras bases e a educação e instrução do povo em outros princípios.

A discussão continuou acalorada entre os dois contendores, sem contudo ultrapassar os limites da correcção e delicadeza, até que da próxima sala ondulou o som estridente das doze badaladas da meia-noite, marcada no relógio da casa.

Ao longe, nas freguesias circunvizinhas, ouviu-se o estralejar de foguetes, anunciando a festividade do dia seguinte.

Foi então que os sociólogos caíram na realidade das coisas que os rodeavam: os miúdos, uns recostados nos regaços da mãe e da avó, outros estendidos de borco nos bancos, dormiam a sono solto e o resto do auditório tosquenejava e, num estado de beatitude e sonolência, ouvia o som confuso das palavras da discussão, sem contudo compreender o sentido daquelas.

O padre, levantando-se e invocando o adiantado da hora e os seus deveres do dia seguinte, despediu-se e abalou.

*

*

*

O dia de Natal amanheceu lindo, ainda que frio. O sol nascente peneirava os seus raios luminosos sobre a neblina que cobria a campina, húmida da tempestade da véspera.

Pedro, retomando o caminho do dia anterior, subia a encosta da colina, que fechava o horizonte da aldeia ao poente.

Do vale vinham os sons dos sinos, repicando à festa, e os camponeses nos seus melhores trajes dirigiam-se para a igreja; o bom do vigário ia dizer missa aos seus paroquianos e saudá-los, dando-lhes o Deus Menino a beijar entre cânticos e loas de antemão ensaiadas.

Pedro, lançando um último olhar ao vale, onde em uma noite tinha vivido e recordado muitas da sua infância, ultrapassou a cumiada, perdendo-se de vista lá ao longe, a caminho da cidade, campo de ingentes lutas entre ideais e interesses opostos.

Fim de Carnaval

QUADROS DA VIDA SOCIAL

A abrigar-se de um aguaceiro, tinha-se enchido de gente a taberna.

Por entre o magote formado à porta rompeu uma rapariga franzina, seguida de um homem atarracado, de modos gingantes e cigarro ao canto da boca.

A rapariga, avançando até ao fundo do estabelecimento, foi sentar-se em um banco junto à parede, e, debruçando-se sobre a mesa, encostando a cara a esta e formando com os braços um arco sobre a nuca, assim permaneceu por algum tempo.

O companheiro, carrancudo, conservando-se em pé diante dela e fitando-a com um olhar duro, disse passados momentos:

— Dá cá a *massa*, meu estafermo, e, agarrando-a pelos cabelos, fez-lhe levantar a cabeça.

Ela, volvendo então os seus grandes olhos cheios de lágrimas, onde cintilava amor e ternura, suplicou:

— Deixa-me. Não posso dar; preciso de pagar à patroa o que devo e não tenho que me chegue.

— Não te *faças fina*. Eu bem sei que recebeste dinheiro daquele *gebo* com quem estiveste.

Estão à minha espera no Café e não tenho *cheta*. Tu facilmente arranjarás mais dinheiro; hoje é o dia dos *patos* caírem.

A rapariga emudecida, metendo a mão na algibeira que lhe pendia da cinta, tirou uma *nota* amarrada e atirou-a para cima da mesa, a qual foi imediatamente apanhada pelo seu *chulo* que a embolsou.

— Não vens hoje? — Perguntou ela.

— Não. Aquilo deve acabar tarde e além disso tenho certos compromissos. Adeus e virou costas, saindo da taberna.

Ela, voltando então à posição anterior, desatou convulsivamente a soluçar, desafogando assim a sua grande mágoa e tristeza.

Quem a tivesse visto anos antes na sua aldeia, alegre e feliz, cortejada pelos rapazes seus vizinhos, não a reconheceria agora naquele farrapo humano, chorando debruçada sobre a mesa da taberna.

Um dia teve a sua queda; os pais negaram-lhe então o amparo de que ela tanto necessitava e a sociedade nos seus falsos preconceitos repeliu-a.

Um homem perdeu-a e uma mulher enganadamente a trouxe ao vício, ao prostíbulo.

Tudo conspirou contra aquele sonho risonho da mocidade, arrastando aquela alma pura para o inferno das perdas.

*

*

*

O tempo aliviara; saímos então à viela, àquela hora ruidosamente movimentada.

Passavam mascarados estapafurdamente vestidos.

Homens com trajes de mulher, mulheres com fatos de homens, caras cobertas com máscaras ou véus de rendas de cor duvidosa, caminhavam pelos passeios, dirigindo chufas aos transeuntes em voz de falsete.

Nas lojas das casas ouvia-se ralar, o baque de pancadas, o pranto de mulheres e o choro prolongado das crianças.

Além na esquina da rua um grupo de janotas ocupava o passeio, dizendo gracinhas às meninas que passavam e os mais atrevidos bisnagavam-nas, fazendo-as fugir por entre a multidão aos gritinhos.

Na rua principal decorriam os folguedos carnavalescos com grande animação.

Carros rodavam vagarosamente, conduzindo os combatentes, entregues ao prazer da ocasião; Confetti, serpentinas e tremoços eram arremessados com fúria dos carros para a rua e para as janelas, donde era correspondido do mesmo modo.

A batalha estava no auge; todos queriam aproveitar os últimos momentos daquela tarde.

Uma criancinha mal enroupada, com um pé calçado num chinelo velho, escoava-se pela multidão, demorando-se aqui e ali, olhando para cima e estendendo a mãozinha arroxeadada pelo frio.

Parado na orla do passeio, firme e estático, estava um polícia, guarda vigilante da ordem.

Lobrigando a miudinha, começou a dar-lhe caça e depressa a filou pelos ombros.

— Que andas por aqui a fazer?

— Peço esmola, senhor polícia; tenho fome.

— Não sabes que é proibido?

— ?!

— Anda daí. E, pegando-lhe da mão, levou-a para a Esquadra.



Ao anoitecer a rua estava quase deserta; apenas o rapazio brincava com os destroços da grande batalha. Grupos de homens encasacados e de mulheres com vestidos de gala, dirigiam-se para a casa de melhor aparência, situada no melhor local da cidade, àquela hora esplendidamente iluminada.

Das suas amplas janelas saíam através dos vidros jorros de luz de envolta com os sons harmoniosos de um terceto que atacava uma música conhecida.

Os convivas subiam à formiga a escadaria e, despojados dos seus agasalhos, davam entrada nos salões.

Ali conversava-se animadamente, fazia-se *blague* e corriam as últimas notícias.

Abertas por fim as portas da sala de jantar, para lá se encaminharam todos, pausadamente e aos pares como manda a etiqueta, tomando cada qual o seu lugar à mesa, designado na ementa do banquete.

Tudo era elegância e bom gosto; as pratas entre ricas faianças brilhavam à luz dos candelabros artisticamente distribuída.

Os manjares esquisitos e os vinhos capitosos eram servidos por criados fardados, perfilados atrás dos hóspedes.

Os homens empertigados nas suas casacas pretas e nos seus colarinhos engomados, dirigiam amabilidades e tentavam manter uma conversa animada com as damas, fundamento decotadas e resplandescentes de jóias, que, com modos lânguidos, correspondiam à vivacidade dos seus amigos.

E neste ambiente de elegância e bom gosto decor-

reu o banquete que o Sr. Conselheiro costumava oferecer naquela época aos seus amigos e admiradores, pessoas da boa sociedade.

*

*

*

As 22 horas havia baile na Assembleia, a que assistiam todos os sócios. A máscara era obrigatória para os pares dançantes até à meia-noite, hora do primeiro serviço.

Dava a máscara uma grande liberdade: dançava-se, intrigava-se e *flirtava-se* desassombradamente.

O *Jazz* tocava com curtos intervalos músicas de dança, que punham em movimento grande número de pares.

Os namorados, aproveitando a ocasião de conversarem sem peias, abraçados deixavam-se arrastar no turbilhão da dança e percorriam a sala em íntimos colóquios.

O amor, a alegria e o prazer imperavam naquela noite.

Nas outras salas menos frequentadas refugiavam-se os que procuravam a solidão ou o convívio apenas de um reduzido número de amigos.

A certa altura houve uma cena desagradável entre dois cavalheiros por ciúmes.

Trocaram-se algumas palavras em voz baixa, dois cartões de visita e no dia seguinte tinham de bater-se em duelo; um ficaria estendido no *campo da honra* e o outro voltaria triunfante a receber os emboras e aplausos dos seus pondeirosos amigos.

Servida a ceia, o baile redobrou em entusiasmo e animação até ao nascer do sol.

E quando os convivas se retiraram, cansados e lassos por uma noite de insónia e prazer, cruzaram-se na rua com aqueles que, tendo acordado de um sono reparador, voltavam ao trabalho e canseiras do novo dia.

*

* *

x
No salão de uma casa do bairro operário havia um baile popular.

Os pares, premidos uns contra os outros, bailavam, dando os mais variados passos de dança.

Em uma atmosfera pesada de fumo de cigarros e emanações de corpos transpirantes, havia ruído e sussurro de vozes, que por vezes abafavam o som metálico dos instrumentos musicais.

Nos intervalos da dança fugiam pares para outra sala onde era a cantina e aí, de pé ou sentados a pequenas mesas, tomavam refrescos.

De repente há grande reboliço, gritos e berros; dois homens, deixando os seus respectivos pares, atiram-se um contra o outro, engalfinhando-se.

Intervém a polícia que espreitava às portas no salão, e, apartando-os, aparece um de navalha em punho, gotejando sangue, e o outro segurando com as mãos o abdómen e gritando que o tinham matado.

Tirados da sala, lá seguem: este para o Hospital e aquele para a Cadeia.

Depressa tudo, porém, esqueceu e o baile continuou na mesma forma até ao romper do dia.

Àquela hora algumas mães no leito levantavam a cabeça do travesseiro a escutarem os passos de seus filhos que entravam em casa e algumas esposas choravam a ausência dos seus maridos.

*

*

*

Houve cinema naquela noite no Teatro.

Estava repleto e jogou-se com entusiasmo nos intervalos das fitas.

Pessoas que mal se conheciam atiravam serpentinhas, a que era de bom tom corresponder.

Os rapazes da boa sociedade, formando grupos, faziam assaltos aos camarotes das suas mais gentis contendoras, que ofereciam grande resistência, e depois de uma acesa luta, que geralmente terminava por gritinhos e desmaios provocados pelo éter das bisnagas, recebiam das lindas mãos das vencidas prendas e guloseimas.

*

*

*

Estes quadrozinhos da vida social foram traçados em uma terça-feira de Entrudo na pequena cidade de B.

A vida do homem tem, porém, certas semelhanças em toda a parte; ao lado da muita dor e amargura, este tenta aturdir-se no prazer quantas vezes para esquecer os seus próprios tormentos.

Um Sonho

Pela altura do sol deviam ser duas horas da tarde.

A paisagem era triste, de uma melancolia doentia. Da terra amarelenta destacava-se o verde escuro dos olivais, que formavam na campina ilhas de verdura, e sobre os campos marginados de piteiras, onde frutificavam as videiras e as figueiras, dardejavam os raios de um sol ardente, coados por nuvens acasteladas de uma borrasca iminente.

Na encosta de um pequeno outeiro, à sombra de gigantescas árvores, longe do povoado, achava-se uma multidão de gente, ouvindo atenta a prédica de um homem que serenamente discursava. Envolto em uma túnica, coberta com um manto, sentado numa pedra, o tronco erecto do orador sobrepujava o auditório, reclinado ou recostado na relva que cobria o terreno.

O seu rosto emoldurado em longos cabelos, que lhe desciam até aos ombros, e em barba castanha, cortada em dois bicos no mento, era feio e desagradável.

Se, porém, não era atraente o semblante, do seu porte nobre e altivo, da sua figura insinuante, da sua voz sonora e bem modelada recendia tamanho encanto que prendia as almas e as arrebatava.

Duma dicção fluente, a sua linguagem era simples e de todos compreensível, empregando frequentes vezes a parábola e a comparação.

Serena e suavemente expunha a sua doutrina e só tinha assomos de ira e indignação quando verberava os defeitos e pecados dos homens.

O tema do sermão daquele dia era o despreendimento dos bens terrenos.

— Na verdade vos digo — exclama ele — é mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico no reino dos céus e, aconselhando, continuava: não queirais entesoír para vós tesoiros na terra, onde a ferrugem e a traça os consome e onde os ladrões os desenterram e os roubam, porque onde está o tesouro aí está o vosso coração.

Não andeis cuidadosos da vossa vida que comereis, nem para o vosso corpo que vestireis. Não é mais a alma que a comida e o corpo do que o vestido?

Olhai para as avezinhas do céu que não semeiam, nem segam, nem fazem provimento nos celeiros e contudo vosso Pai celestial as sustenta. Por ventura não sereis vós mais do que elas?

E qual de vós percorrendo pode acrescentar um côvado à sua estatura. E porque andais vós solícitos pelo vestido?

Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham nem fiam. Digo-vos mais que nem Salomão em toda a sua pompa se cobriu jamais como um destes.

Nos vos aflijais, pois, dizendo: que comeremos ou que beberemos ou com que nos cobriremos.

E assim não andeis inquietos pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã a si mesmo trará seu cuidado; ao dia basta a sua própria aflição...

Discorrendo desta maneira aquela estranha figura rodeada de criancinhas que afagava, espargia, como uma demorada carícia, o seu terno olhar por sobre a multidão que o escutava religiosamente.

Um homem de aspecto grave, que distante demorava assentado numa pedra, perguntou a um barbi-chas, de olhar vivo e maldoso, quem era aquele profeta:

— É o filho de José, o carpinteiro — responde com palavras breves e irónicas o interrogado — que diz ser o filho de Deus vivo.

A uma mulher ainda nova, sentada no chão, que, olhando para duas crianças que brincavam no regaço, tinha ouvido o sermão com ar compungido e resignado, responde um homem já idoso, tipo de pescador:

— É o rabi da Galileia. É Jesus Nazareno, o Cristo, filho de Maria.

Pedro de Aguiar, que vinha assistindo, como a uma fita cinematográfica, aquela tão sugestiva cena, focou mais uma vez o orador e viu irradiar daquele ser sobrehumano uma luz tão viva e brilhante que lhe ofuscava a vista e aquecia o peito, a cara e as mãos.

E aquela luz era tão forte, tão deslumbrante que o cegava e incomodava.

Voltou então o rosto e com aquele movimento... acordou!

O sol, despontando no horizonte e entrando no quarto pela janela entreaberta, inundava-lhe o leito de luz e calor e fê-lo despertar daquele sonho em que um idealista há pouco mais de mil novecentos e trinta e um anos pregava uma doutrina nova — abatia os ricos e poderosos, exaltava os pobres e humildes e pretendia estabelecer entre os homens uma vida de paz e amor — *implantar na terra o reino dos céus*.

O Crime

Na noite de 28 de Novembro de 1377 o infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, dirige-se a Coimbra e, como um bandido vulgar, entra no Palácio de Subripas, nos aposentos de sua mulher D. Maria Teles, que, espavorida e ao reconhecer os nefandos intuitos de seu marido, levanta-se da cama, envolta em uma colcha, e suplica-lhe que a não mate.

Ele, porém, apenas diz: — «não vim aqui para estar convosco em palavras» — e, arrancando-lhe a colcha, descompondo-a diante dos sicários que o acompanhavam, enterrou-lhe no peito o bulhão de que vinha armado.

Razão deste hediondo crime?

D. Maria Teles era irmã da Messalina portuguesa D. Leonor Teles, casada com o nosso formoso e inconstante rei D. Fernando, enquanto por Castela passeava seu primeiro marido João Lourenço da Cunha, ornamentado com chifres de ouro.

D. Maria Teles, mulher honesta, gozava de gerais simpatias entre todos que com ela privavam e o infante D. João seu marido era um dos indigitados herdeiros do trono português.

D. Leonor Teles, sentindo definhar o rei, minado pelos desgostos e tuberculose e receosa de ver no trono sua irmã e cunhado, em prejuízo de sua filha D. Beatriz, insinuou no ânimo do infante a ideia do seu casamento com esta, fazendo propalar ao mesmo tempo a infidelidade de D. Maria Teles para com seu marido.

Que reais bandidos!

D. João era filho, como dissemos, de D. Pedro, o cru, que certo dia em Santarém, de barbas besuntadas em sangue, saboreou o esquisito pospasto dos corações ainda palpitantes dos assassinos de sua mulher ou amante D. Inês de Castro, e neto de D. Afonso, o Bravo, filho revoltado, fraticida impune e mandante inflexível da morte da mãe de seus netos!

Tinha, pois, a quem sair...

Dir-se-á que hoje há mais moralidade; que não se praticam crimes desta ordem.

Praticam sim e com a hediondez dos antigos.

Em uma comarca qualquer ainda há pouco tempo foi condenado um pai que, incitado pelas intrigas da amante, envenenou a filha com estricnina, assistindo indiferente às contorções agónicas da moribunda e, quando preso na cadeia, mandava distribuir esmolas pelos pobres e dizer missas por alma da sua vítima.

Em outra, um irmão mata outro por questões de partilhas de uma herança.

Na Penitenciária está a cumprir pena um filho que matou o pai para herdar umas courelas da sua avoenga.

Nas prisões e no degredo estão não sei quantos maridos que mataram suas mulheres, além dos que andam à solta por terem praticado esse crime *ao abrigo da lei!*

De tudo isto se vê que o homem não é o animal menos feroz da criação.

A humanidade na sua aspiração para a felicidade atravessa períodos de lutas tremendas, de combates ingentes.

Por cada conquista do seu bem estar quantos espezinhamentos, quantas violências e quantas mortes.

Os ricos e poderosos do mundo, abusando da sua força, oprimem os fracos, provocando as revoltas contra a escravidão. Em Roma surge Spartaco na revolta dos escravos; na idade média as infindáveis lutas entre a realeza e as classes predominantes e no século XVIII e princípios do seguinte os enciclopedistas, as lutas do liberalismo contra o absolutismo, à derrocada dos privilégios.

Agita-se na actualidade a maior convulsão social que nos aponta a história: a luta do comunismo contra a burguesia.

Triunfante o bolchevismo na Rússia e estabelecida ali a «Felicidade Humana», pelo despotismo, pretendem levá-la a toda a terra, reparti-la por toda a humanidade.

Um dos países escolhidos pelos bolchevistas russos para plantar a árvore da *sua felicidade* foi a pobre Espanha.

Para opor à onda avassaladora do comunismo forma-se o dique salvador do nacionalismo, do fascismo e trava-se nesta hora a luta mais tremenda da histó-

ria entre estas duas formas sociais: a burguesia e o comunismo.

Luta fratricida sem tréguas, luta sem quartel, luta de extermínio a que se está travando na velha Espanha entre dois ideais tão opostos.

Na revolução russa não se deu uma oposição tão forte à implantação social vigente. A organização social do povo russo era muito diferente da das nações ocidentais.

Havia os muito ricos e os muito pobres; faltava-lhes a classe média, a burguesia e o povo aceitou como uma liberdade a nova organização, passando facilmente dum despotismo para o outro e aos Czares e Grão-duques sucedem os Lenines e os Stalines.

As nações ocidentais, com excepção de poucas, com uma burguesia forte com uma classe média poderosa, opõe à invasão comunista a organização *fascista*.

Nesta ordem de ideias há apenas dois campos em luta o comunismo e o fascismo.

Quem não for comunista tem de ser fascista, ainda que de diversas ideologias.

É o que se vê na Espanha desde os *requetés*, os monárquicos até aos republicanos moderados e alguns radicais.

O governo de Azaña perdera a confiança da burguesia republicana liberal desde que nesta luta armou as milícias marxistas. (2)

Notas dum Político Socialista

ADVERTÊNCIA

Encontramos certo dia na loja de um alfarrabista um caderno manuscrito enrolado e atado com cordel vermelho.

Desatando-o deparamos com o título: «Notas D'um Político Socialista».

Nunca fomos *político* e da *política* fugimos sempre, mas, como as Notas eram de um socialista, ainda que político, despertou-nos o interesse e curiosidade de o ler.

Adquirimo-lo pois, e como era um inédito, resolvemos dá-lo à publicidade.

Temos, porém, a advertir que não perfilhamos em absoluto a doutrina exposta nesse livrinho; se alguém não concordar com ela, não venha connosco discutir porque não defenderemos a opinião do seu autor neste assunto, mas se pelo contrário a achar aceitável, pode adoptá-la e fazê-la sua, que pela nossa parte não reclamaremos contra o plágio.

Acaba aqui a Advertência e segue a cópia fiel do manuscrito.

PRÓLOGO

Para que os pobres sejam menos pobres é preciso que os ricos não sejam tão ricos; deve ser este um dos princípios fundamentais da sociedade futura.

Pobres e ricos são duas classes que sempre existiram e continuarão a existir.

A fusão dessas duas classes em uma só, a dos ricos, é inconsistente. As aptidões de cada indivíduo e a própria natureza humana tornariam insustentável a continuação desse estado social, se por acaso tentassem implantá-lo.

A realização, pelo contrário, da teoria da pobreza universal, defendida por alguns sociólogos, negando o direito de propriedade, não traria com certeza a felicidade e a alegria de viver. O homem molécula da sociedade, tornar-se-ia um escravo da mesma; perderia o incentivo para o trabalho, seria uma máquina, quantas vezes avariada, para o bem estar social.

Se não pode haver o nivelamento social, o desaparecimento daquelas duas classes, é urgente porém corrigir e fazer desaparecer as grandes desigualdades ora existentes.

É por isso que para que os pobres sejam menos pobres é preciso que os ricos não sejam tão ricos.

Moderem pois estes a sua ganância às riquezas, prestem o auxílio devido aos seus irmãos pobres e não queiram ser tão ricos que com a sua opulência afrontem os que o não são.

Tirem, como é de justiça, do produto do seu trabalho ou do capital acumulado pelos seus antepassados uma remuneração justa e equitativa, mas façam reverter o excedente em benefício dos desprotegidos da fortuna.

Não é a esmola que vimos aqui pedir para os pobres, que essa, não obstante suavizar muitos males, rebaixa e deprime.

É a criação de novas instituições, é o desenvolvimento de algumas já existentes, é finalmente o estabelecimento de um novo direito que preconizamos e aconselhamos para bem de todos nas várias Notas que se seguem.

Serão estas outros tantos remédios para extirpar os males de que enferma a sociedade actual e constituirão o Decálogo do novo Estado Social.

I

COZINHAS ECONÓMICAS

É esta uma instituição que deve ser bafejada pelos ricos.

As cozinhas económicas virão prestar incalculáveis benefícios aos menos remediados; o operário, o trabalhador sem família ou com pouca família, aproveitar-se-á com certeza delas. Por uma módica quantia, compatível com os seus recursos, terá refeições, ainda que modestas, reparadoras das forças dispendidas no trabalho.

Deixará as tabernas, que começou a frequentar por necessidade e acabou por vício, e sua mulher e filhos, se os tem, bem alimentados poderão empregar a sua actividade em misteres lucrativos.

Para a fundação e funcionamento de tão útil instituição bastam apenas dois factores: o produtor e comerciante ceder uma parte dos seus produtos ou dos artigos do seu comércio com um lucro mínimo e uma sábia e honesta administração.

É uma pequena contribuição lançada àqueles, suave no seu pagamento, e um apelo aos que pelas suas qualidades pessoais podem bem servir a sociedade na gerência desta tão útil instituição.

As almas bem formadas e impregnadas de ideais socialistas recomendamos a criação das Cozinhas Económicas.

II

COMISSÕES DE ASSISTÊNCIA

A mendicidade deve desaparecer; é uma vergonha para a humanidade que ela subsista. Não é porém a proibição absoluta neste momento que vimos proclamar. Dizer ao mendigo que não peça esmola, sem lhe fornecer os meios necessários à vida, seria condemná-lo a morrer de fome ou lançá-lo no caminho do crime.

Os pobres estropiados da vida, quer pela idade, quer pela doença, não têm actualmente outro meio de

adquirir o seu sustento, abrigo e vestuário a não ser a esmola.

Associados ou isoladamente percorrem andrajosos em períodos certos as casas dos *seus benfeitores*, importunando-os com lamúrias e queixumes, ou estendendo na via pública a mão à *caridade*, dando assim um espectáculo triste e degradante. Juntamente com estes andam outros que pela sua idade e validez bem podiam aplicar a actividade própria em misteres lucrativos e úteis para a sociedade.

É preciso, pois, fazendo uma selecção, socorrer uns e restituir outros ao trabalho.

Impõe-se para isso a criação de organismos que procedem a essa dupla tarefa, aos quais chamaremos *Comissões de Assistência*.

Em cada freguesia deve haver uma dessas comissões para recolher os donativos dos ricos e remediados e distribuí-los pelos seus pobres, enviando as sobras se as houver à comissão concelhia, a qual por sua vez as repartirá por aquelas freguesias em que haja *déficit*.

São estas entidades que com segurança melhor podem conhecer as necessidades dos seus pobres para fazerem por eles uma justa distribuição dos donativos recebidos.

Os ricos e remediados, para seu bem e para bem dos seus semelhantes, têm obrigação de concorrer com uma *contribuição voluntária* para os pobres, os mendigos, considerados como tais.

Só depois de estabelecida esta nova ordem de coisas é que a mendicidade deve ser proibida.

III

COFRE DOS TRABALHADORES

O operário, seja em que campo for, é um funcionário público; o seu trabalho redonda no bem social: Determinado o salário mínimo e o salário de família, proporcional ao número de pessoas que tem obrigação de sustentar, tendo em atenção para a fixação desse salário as aptidões de cada trabalhador, as suas faculdades intelectuais, etc., devem todos começarem a descontar dos seus proventos e proporcional a estes uma quota semanal para o *Cofre dos Trabalhadores*.

Constituído assim um capital, que dentro em breve será grande, dele serão pagas as pensões aos trabalhadores, impossibilitados para o trabalho no caso de doença ou invalidez pela idade, e às famílias que delas careçam, no caso de morte daqueles.

O trabalhador terá desta maneira um incentivo para o trabalho, vendo assegurado o seu futuro e o de sua família.

IV

SEGUROS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS

Sobre *seguros sociais obrigatórios para o caso de desastre*, nada diremos: já estão estabelecidos por lei. O cumprimento rigoroso desta é que se exige.

V

HOSPITAIS, SANATÓRIOS E CASAS DE REPOUSO

O *hospital*, multiseccular entre nós, ainda não satisfaz as necessidades da ocasião. É preciso amparar e socorrer essas tão benéficas instituições para que elas ampliem a sua acção sobre as classes pobres; promover a criação de novas instituições congéneres de modo que todos os que necessitem serem internados, encontrem aí um pronto alívio aos seus males.

É também de necessidade urgente facilitar a assistência médica aos pobres que não querem ou não podem ser hospitalizados. Quantos morrem sem ela por falta de recursos!

É preciso ainda promover a criação de *Casas de Repouso e Sanatórios* para os convalescentes de doenças graves e para os que estejam atacados de moléstias incuráveis. Aquelles encontrarão ali o completo restabelecimento das suas forças para o trabalho e estes a minoração dos seus males e prolongação da sua existência, o que actualmente só conseguem os ricos à custa de muito dinheiro.

Pois tão preciosa é a vida daquelle que concorre para o bem estar da sociedade apenas com o seu trabalho, como a do que concorre para o mesmo fim com o seu capital acumulado.

VI

MATERNIDADES, CRECHES E ASILOS

Nas cidades e vilas, sedes de concelhos, há necessidade de *Maternidades*, onde a parturiente higiênica e sossegadamente dê à sociedade novos valores para a sua conservação e continuação.

Nos centros industriais, junto às grandes fábricas em que são empregadas mulheres, devem haver *Creches* em que sejam recolhidas as crianças de tenra idade, filhas daquelas.

É também urgente a criação de *Asilos*, tanto para a invalidez como para a infância desvalida.

Se esta, como a planta tenra, deve ser guiada e protegida no seu desenvolvimento, o velho adquiriu o direito ao repouso e à protecção da sociedade.

VII

HABITAÇÕES ECONÓMICAS

Depois do sustento e vestuário a maior necessidade que o homem tem é sem dúvida a do abrigo.

Deve ter uma habitação condigna ao seu estado social que o abrigue dos rigores do tempo, mas sobretudo higiênica para o precaver contra as doenças. Casas limpas, asseadas e independentes devem ser

mandadas construir pelo Estado, Corporações Administrativas e Empresas particulares, a fim de serem alugadas aos trabalhadores por uma renda compatível com os seus recursos, sendo incluída nesta a quantia necessária para servir de preço de compra do prédio.

Desta maneira todo o trabalhador decorrido certo tempo será proprietário, ao menos da casa em que vive com sua família.

VIII

INSTRUÇÃO

Além das *Escolas Infantis* e de *Instrução Primária*, inteligentemente distribuídas pelo país e dos *Estabelecimentos Científicos* existentes, é necessário criar *Escolas Técnicas* nas cidades e vilas mais importantes.

Criem-se pois escolas técnicas para os vários ramos da actividade humana: comércio, indústria e agricultura.

IX

COLÓNIAS PENAIS E HOSPITAIS PARA DOIDOS

O criminoso é como o doido: um doente que necessita ser tratado.

É preciso isolar da sociedade tanto um como outro;

os incuráveis e furiosos para livrar aquela da sua acção nefasta e os regeneráveis e curáveis para os restituir sãos ao seu convívio.

As cadeias, antros de imundície, inferno de vivos, devem ser transformadas em verdadeiros hospitais e casas de saúde para tratamento das doenças morais.

A regeneração do condenado deve ser pelo trabalho.

Construam-se pois *Colónias Penais* onde o condenado, exercendo a sua profissão, se entregue a uma vida de trabalho e regeneração.

Para os doidos, *Casas de Saúde, Hospitais*, onde sejam entregues aos cuidados da ciência.

X

TRABALHO

Toda a pessoa válida, para seu bem e para bem da sociedade em que vive, tem a obrigação de trabalhar e correlativamente o direito ao trabalho.

Para a efectivação desse direito compete à sociedade, ao seu governo, fornecer-lhe os meios necessários.

Criem-se indústrias novas, desenvolvam-se as actuais e abram-se serviços públicos em que sejam empregados todos os que se acham em uma inactividade forçada.

Acabe-se por uma vez com o *desemprego*; trabalho é como o pão: deve haver para todos.

Neste ponto achava-se o manuscrito rasgado e amarfanhado por mão nervosa, havendo tentativa de destruição

Com a sua publicação livrámo-lo pois da completa ruína futura.

Poderá alguém aborrecido com a leitura atirar para o cesto dos papéis velhos, rasgar e inutilizar este livrinho, mas fazer desaparecer por completo a sua doutrina será tarefa improfícua: restam os outros exemplares que o prelo produziu.

Salvamos assim para a posteridade esta merífica e humanitária obra da qual apenas somos o editor.

Loucos de Amor

Filipe *o Belo*, assim cognominado pela formosura do seu rosto e elegância do seu porte, era de sangue real português por pai e mãe: pelo lado paterno era filho do imperador da Alemanha Maximiliano, neto de Frederico III e da imperatriz D. Leonor, esta irmã do nosso rei D. Duarte e pelo lado materno era filho de Margarida de Borgonha, filha de Carlos *o Temerário*, sendo este neto de D. João I de Portugal por sua filha D. Isabel, casada com Filipe *o Bom*, Duque de Borgonha.

Filipe *o Belo*, casou com Joana de Castela, conhecida por *Joana a Louca*, filha dos reis católicos D. Fernando e Isabel.

Casada, bem depressa se apaixonou por seu marido, caindo em excessos de amor desvairado e praticando muitos desatinos.

Uma vez, partindo Filipe para a Flandres, estando ela no castelo de Medina d'el-Campo, quis ir juntar-se a ele a pé e durante três dias e três noites conservou-se na atalaia do castelo para fugir, ao que obstou a isso o ânimo varonil de sua mãe que a chamou à razão.

Filipe *o Belo* morreu muito novo, 27 anos apenas,

redobrando após a morte o amor de sua viúva por ele, chegando até à loucura.

Não consentiu que o sepultassem e mandava repetidas vezes abrir o caixão para contemplar e beijar o cadáver embalsamado do seu bem-amado.

Com receio que lho roubassem, deslocava-se de umas terras para outras, acompanhada sempre dos queridos despojos. O carro em que assentava o ataúde ia-se deteriorando, sendo preciso repará-lo várias vezes.

Assim esteve insepulto 19 anos aquele cadáver para não contrariar a pobre louca, até que o imperador Carlos V, subindo ao trono, fez acabar o triste espectáculo, mandando sepultar seu pai.

Joana a Louca teve então crises de fúria, lançando-se sobre as suas aias, ferindo-as, por as julgar cúmplices no rapto do cadáver de seu marido.

A pobre e infeliz louca viveu até aos 75 anos sempre turvada da razão.

Joana a Louca foi avó do nosso rei D. Sebastião «o Desejado» que, se teve alguns transtornos de juízo, não foram por certo loucuras de amor, pois até nunca amou mulher alguma.

D. Sebastião era filho da princesa D. Joana, casada com o nosso príncipe D. João, filho de D. João III, que morreu de amor aos 16 anos de idade, e sobrinho por sua mãe do *Demónio do Meio-Dia*, Filipe I de Portugal e II de todas as Espanhas.

D. João V, se não praticou verdadeiras loucuras de amor foi talvez por empregar este em muitas amantes: teve um amor extenso e disperso.

Nos seus actos amorosos usava de todo o protocolo: ao visitar as amantes em Odivelas ia debaixo do pálio.

Teve contudo crises furiosas de ciúmes.

Que o diga o pobre duque de Cadaval que por sua ordem e numa daquelas crises viu-se às portas da Capela Sixtina e quase apto a enfileirar-se entre os seus cantores.

Todos estes nossos loucos de amor são descendentes de D. Pedro I, o do grande «Desvairo».

Sentou no trono este rei o cadáver coroadado da sua bem amada, «que depois de morta foi rainha», obrigando a corte a beijar-lhe a mão enregelada.

Depois desta macabra cerimónia encerrou-o no túmulo de pés voltados para outro onde ele seria sepultado, de modo que no Juízo Final quando deles se levantassem para o julgamento entreolhar-se-iam.

Na vingança da morte da «mesquinha» foi de uma ferocidade atroz para com os assassinos.

Perseguido pelos espetros das suas vítimas levantava-se de noite e ia dançar nas praças públicas até ao romper do dia.

Ao seu querido pajem Afonso Madeira tornou apto para guarda dos haréns maometanos e se não cantou na católica Capela Sistina é porque ela ainda não existia.

Bondade e Humanidade

Vem nos jornais de grande circulação a narrativa do acto ultra-humanitário que os povos da Baviera acabam de praticar para com as simpáticas andorinhas que este ano, surpreendidas pelo frio traiçoeiro do Inverno, que se antecipou, caíam sem alento nas montanhas daquela país.

Bandos de piedosas pessoas saíam de casa a caçarem as pobres avezinhas, não com o intuito dos nossos caçadores de perdiz e coelho para as matarem e comerem, mas para as tomarem e agasalharem, trazendo-as para os povoados, onde aviões prestes a partirem as conduziriam ao clima temperado da Itália.

Ali, restituídas à liberdade, elas depressa tomarão o rumo do seu país, onde não há gelos nem invernos.

Belo foi o gesto do povo bávaro e mais belo ainda se tornou por serem as crianças daquele país as vanguardistas dessa cruzada do bem.

O povo da Baviera deu deste modo um exemplo de bondade àqueles que maltratam os animais.

Devemos incutir aos nossos filhos desde a mais tenra idade a ideia de praticar o bem, despertando-lhes o sentimento de amor pelo próximo, estendendo-se

esse sentimento até aos animais que tão úteis nos são e nos alegram a vida.

Enquanto as crianças, que são a geração de amanhã, vão pelos campos em socorro dos pobres animais que esfomeados tiritam de frio, vamos nós, os homens de hoje, pelas mansardas e tugúrios dos pobres dispensar-lhes o nosso auxílio e levantar das bermas das estradas e dos portais da rua aqueles dos nossos semelhantes que, como as andorinhas da Baviera, tiritam e caem de fome.

Preparamos assim às gerações futuras melhores dias dos que vivemos.

Barcelos nos Tempos Passados

A Assembleia Barcelense, aí por 1916, saiu dos moldes das associações suas congéneres provincianas.

Não se ia lá só para ler os jornais, conversar ou jogar com parceiros certos o solo, o bridge e o burro americano; haviam ali tardes e noites de verdadeira arte. Várias vezes abriu aquela agremiação o seu salão para festas recreativas e instrutivas.

Após uma série de conferências, realizadas em noites sucessivas e feitas por distintos advogados, em que se tratou, não de direito ou política, mas dos transcendentos temas sobre a arte, a mulher e o amor, foi promovida uma exposição de rosas no salão principal daquela assembleia, que constituiu por assim dizer o fecho do ciclo daquelas festas tão cheias de encanto e intelectualidade.

Por cima de consolas e mesas antigas foram distribuídas em solitários as rosas, que faziam sobressair do tom escuro dos móveis a alacridade da sua policromia.

Na tarde designada para o encerramento dessa exposição, organizou-se uma sessão solene, com entradas pagas, cujo produto revertia em benefício de uma

casa de caridade da localidade, e em que tomaram parte os bons oradores da terra, que então os havia e muitos.

Foi uma festa muito *chic*, a que correu a alta roda de Barcelos.

Ao terminar, porém, a sessão, que decorreu brilhante, percorrendo a elegante assistência os vários *stands* dos expositores, foi encontrar entre as mais lindas rosas, pertencentes a um distinto floricultor, uma que pela forma e colorido das suas pétalas destoava em beleza e brilho das outras.

Examinada bem, veio a apurar-se que não era uma rosa mas uma camélia, que furtivamente ali tinha sido colocada.

Levantou-se então grande celeuma e alvoroço entre a assistência e discutiu-se acaloradamente o caso, terminando por se constituir um tribunal presidido pelas mais distintas e formosas damas presentes, para ser julgada a atrevida camélia, que sub-repticiamente se tinha introduzido entre as suas tão lindas companheiras. De tudo se fazia espírito naquela época.

Fez-se o libelo verbal, defesa e alegações finais, nada faltando a tão famoso processo; foi o pretexto para um jogo floral encantador.

Qual fosse a sentença proferida pelo venerando tribunal colectivo das damas não nos lembra, mas devia conter uma pena grave, visto a enormidade do crime.

Já tudo debandava, quando das cadeiras do público partiu uma voz máscula que em castelhano cerrado bradava: *pido la palabra*.

Correu célere por todos um frémito de assombro e espanto; depois de tão lindos discursos proferidos com graça e leveza, que mais se poderia ouvir?

Bem depressa se soube quem desejava falar: era um grande industrial e benemérito, que havia anos tinha vindo para Barcelos, onde ia espalhando o bem por entre o povo.

Num fraseado pouco compreensível para a maioria dos ouvintes, discorreu o orador alguns momentos, fazendo-se só compreender claramente por todos quando no fim disse: que dava cem escudos para a festa. Pagou desta maneira as custas do processo da pobre camélia.

Era assim que naquele tempo se divertia a gente de Barcelos e praticava o bem. (3)

Homenagem a um Barcelense

Nasci em uma aldeia deste concelho, que tanto quero por ser o berço da minha infância, mas só comecei a conhecer o meio social de Barcelos, por passar parte da minha mocidade por fora, em 1900.

No marulhar da vida dos homens de então sobrelavava-se a figura simpática e destacante de Domingos Carreira.

Inteligente, vivo, Domingos Carreira era conhecido em todo Barcelos. Nas horas vagas dos deveres profissionais empregou a actividade das suas aptidões artísticas à música, que cultivou com carinho.

Discípulo de José da Cunha e de Miguel Ângelo Pereira, outro barcelense ilustre e músico exímio, conquistou o nosso homenageado um lugar elevado na sublime arte de Mozart.

Arrebatado ao convívio dos seus patrícios em 1907 pela transferência para o Porto do Chefe da sua Repartição, o saudoso Dr. Luís Novais, continuou Domingos Carreira a firmar bem alto o seu bom nome como funcionário e como músico distintíssimo que é.

Às vezes vinha a Barcelos matar saudades, onde era recebido sempre com verdadeira estima por todos os que conheciam as suas belas qualidades de carácter.

Agora tornaram-se mais raras essas visitas, mas, quando encontra no Porto, quer na rua, quer no escritório, algum conterrâneo, na alegria e satisfação que lhe vai na alma mostra bem o amor que conserva à sua terra natal.

Domingos Carreira é, sobretudo, um bom barcelense!

O Abade de Panque

No 3.º quartel do século XIX houve em Panque um abade que foi célebre pregador. Correu a grande fama deste orador não só no concelho de Barcelos mas ainda em outros vizinhos. Pois foi aquela uma época em que por essas aldeias campeava a fama de grandes oradores: havia o P.º Pequenino de Rates, o P.º Pedrosa das Necessidades e muitos outros.

Do Abade de Panque contam-se passagens de seus sermões que ficavam na memória dos vindouros. Vamos respigar algumas dessas passagens para não caírem no esquecimento.

Havia festa em uma capelinha no alto de um monte. Como o templo fosse pequeno armaram o púlpito à entrada da porta principal, debaixo do alpendre ou galilé. Dali podia ser ouvido o pregador não só dos fiéis que se aglomeravam dentro da capela mas ainda dos que se acotovelavam no adro.

Pregava nessa tarde o abade de Panque e à hora aprazada apareceu o orador a cavalo na sua velha égua fugideira, acompanhado de uma cadelita coelheira, que dava pelo nome de *Jóia*. As suas boas qualidades de padre e pregador juntava o abade a de infa-

tigável caçador e por isso era infalível sempre este seu séquito.

Acomodada naquela tarde a égua, feitos os cumprimentos aos mordomos, que já de opa e vara de prata o esperavam no adro e os colegas na sacristia, revestindo-se encaminhou-se para o improvisado púlpito.

Ia desfiando o seu sermão quando reparou que na encosta de um monte vizinho a cadelita, levada pela sua paixão de caça, seguia rasto de coelho latindo.

O abade, não perdendo o seu prumo de orador e satisfazendo os seus impulsos de caçador, começou a gritar do alto do púlpito: Ah! *Jóia*. Ah! *Jóia*! Ah! *Jóia*... aquela preciosa jóia, a Mãe de Deus, Nossa Senhora...

E naquela tarde o abade de Panque foi compreendido por todos: pela cadelita que caçava no monte próximo e pelos fiéis que no adro ouviam a palavra eloquente de tão afamado orador.

Num sermão de S.^{to} António pregado pelo mesmo abade de Panque, tendo em vista mostrar os muitos milagres que aquele Santo fazia e a sua distribuição a esmo por todos aqueles que ao Santo recorriam, teve esta imagem oratória: S.^{to} António a fazer milagres é como uma cabra em cima de um penedo caganita para aqui, caganita para ali...

O povo achando-lhe graça, ficou mais afervorado nos grandes milagres de S.^{to} António.

Num Sermão do encontro na Procissão de Passos.

Havia, como ainda há, a cerimónia do encontro de Nossa Senhora com o seu amado filho.

O andor com Nossa Senhora saía de um caminho e vinha ao encontro do andor em que ia o Senhor dos Passos com a cruz às costas e chegando ali paravam e poisavam os andores em cima de uns banquinhos que para isso levavam.

Os mordomos naquela tarde iam com Nossa Senhora por um campo, compassadamente e sem pressa de chegar ao sítio do encontro.

O abade seguia o seu sermão, mas, não contando com tamanha demora, ia-se-lhe acabando *a corda*. Num momento de impaciência exclama então: *Não acabais com isso? Levai-a para Barcelos...*

E, como aproximados os andores, não os poisassem ele comanda do púlpito — *Oh! Mateus, chega-lhe o mocho.*

Mal acabadas aquelas palavras, deu-se um facto estupendo que aterrorizou toda a gente; o pregador, como tivesse proferido a maior das blasfêmias, desapareceu do púlpito, afundando-se por ele dentro.

Parecia que a terra vingadora se tinha aberto e o tragara!

Restabelecida por fim a ordem e serenidade, viu-se que o caso era o mais natural deste mundo.; com o bracejar e bater dos pés do orador impaciente, os tampos do fundo da dorna tinham-se descolado e abatido ao peso da respeitável corpulência de sua reverendíssima.

Em vista deste *fracasso*, a procissão, entre frouxos de riso da assistência, recolheu apressadamente nessa tarde à Igreja.

O José do Botequim

Na Rua Direita em Barcelos, ao nascente da travessa da Praça, havia no último quartel do século passado um Café, conhecido por o «Botequim da Rua Direita».

O proprietário deste estabelecimento era naquele tempo o conhecido «José do Botequim».

Ainda o conheci; era um homem alto, magro, de *suiças* num rosto prazenteiro, alegre e jovial.

Eram notáveis os seus *espirros*: um espirro dado por ele, ouvia-se em toda a rua; tinha um som metálico, estridente, semelhante ao produzido pelos pratos de uma banda de música, quando chocados rápido e fortemente um contra o outro.

O botequim da Rua Direita era então o melhor estabelecimento do género na terra e, atendendo à bonomia do seu proprietário, o mais frequentado. José do Botequim via em cada freguês do seu estabelecimento um amigo e como tal o tratava. Em certas épocas do ano oferecia-lhes alguns mimos; assim no Natal servia a todos chocolate acompanhado de pão com manteiga, na Páscoa *pão leve*, etc.

Deram-se ali várias peripécias, algumas engraça-

das, umas provocadas pelo génio alegre e folgazão do anfitrião, outras pelos seus amigos e fregueses.

Recordemos algumas.

Certo dia abancaram a uma mesa do Café uma súa de amigos, bons rapazes, e depois de tomarem uma *rodada* de café, acompanhado da competente *cana*, levantou-se entre eles grande discussão sobre quem pagaria a despesa. Todos queriam pagar e, quando o dono do estabelecimento estava perplexo de quem havia de receber, um do lado que não vinha no rancho, recomendou:

— Oh! José, não recebas...

Ele, ouvido isto, virou costas e foi reborcar-se no balcão a contemplar o grupo que se retirava, questionando ainda sobre o caso.

No dia seguinte o amigo, que recomendara para não receber a importância, entrou como de costume no estabelecimento, tomou o seu habitual café, no fim atirou para cima da mesa com os devidos trinta réis e ia a retirar-se, quando o bom José do Botequim lhe lembrou sorridente o pagamento da despesa dos amigos da véspera, ao que ele formalizado lhe retorquiu:

— Eu não disse que te pagava; eu apenas disse que *não recebesses*.

— Está bem, está bem. Eu é que não compreendi... respondeu o botiqueiro, soltando uma grande gargalhada, e, regressando ao balcão, deu meia dúzia de espirros, daqueles que só ele sabia dar.

José do Botequim andava há muito tempo intrigado com a baixa de nível que todas as noites notava em uma garrafa de *capilé* que tinha à mão, em cima de uma mesa, para servir aos fregueses.

Uma noite em que estavam, como de costume, conversando vários fregueses na cozinha notou ele que enquanto fora à sala atender os clientes, se dera o repetido fenómeno na garrafa.

Parando em frente à mesa e apontando para a garrafa exclama:

— Quem seria o desgraçado que bebeu deste líquido? É um veneno que me deram e que me esqueci de fechar no armário.

Um rapazote, que por ali demorava, encostando-se à parede, enrubescendo e enlivedecendo alternadamente, gemeu:

— Oh! Sr. José, fui eu. Ai meu Deus que será de mim...

— Ah! rapaz, que estás perdido — berra-lhe o José do Botequim — e, virando-se para o cântaro da água e enchendo um copo, despeja-o na boca do infeliz e atrás deste outro e outro, incitando sempre:

— Bebe, rapaz, bebe, rapaz, que é para ver se vomitas...

Por um cálice de capilé encharcou-lhe o estômago de água.

Em outro dia entrou no Botequim da Rua Direita uma trupe de estudantes de passagem por Barcelos.

Chirriantes como sempre, pediram refrescos e enquanto esperavam começaram a criticar o estabelecimento em voz audível: que era uma espelunca, que não parecia botequim, mas uma taberna, etc.

José do Botequim ouviu, serviu-os sorridente e, quando eles pediram a conta da despesa, disse-lhes:

— Não devem coisa alguma. Os senhores poderão

encontrar em qualquer parte botequins melhores do que este, mas mais barato é que não encontram com certeza.

Havia nessa época duas bandas de música em Barcelos: a dos Bombeiros e a do Cunha.

Cada uma tinha os seus admiradores e afeiçoados, que manifestavam os seus sentimentos musicais com aplausos à sua banda e apodos à dos contrários.

Um dos maiores admiradores da banda do Cunha era um indivíduo que tinha por alcunha «O Sopa» e daí o grupo da banda dos Bombeiros chamarem «Sopas» à claque daquela.

Mas Deus não castiga com pau nem com pedra...

Numa romaria em Barcelinhos, em que tocou toda a noite a banda dos Bombeiros, os festeiros para mimossearem os músicos mandaram fazer no adro da Igreja um painelão de água d'unto e servi-la no fim do arraial.

Os «Sopas», sabendo isto, puseram o nome de «Águas d'Untos» aos seus adversários.

A Vila esteve dividida por muito tempo em dois partidos e gastou-se muito dinheiro para a satisfação de caprichos. Havia músico que não tocava em determinada festa se lhe não dessem umas calças, outro umas botas, outro um chapéu, etc.

Quem satisfazia essa exigência eram os admiradores da respectiva banda.

O saudoso José do Botequim pertencia a um destes partidos, não sei a qual.

Passeio e Digressões

PÓVOA DE VARZIM — SETEMBRO DE 1931

Por uma manhã linda de Setembro corríamos na estrada de Famalicão à Póvoa de espírito leve e despreocupado; a amenidade do dia e o seu ar puro e fresco, batendo no rosto ainda quente do aconchego do leito, dava-nos uma sensação moça de bem estar.

Tínhamos feito um desvio no caminho a seguir pela necessidade de ver certa pessoa que nessa ocasião estanciava na Isabelinha, ridente lugar, cujo nome herdara de uma formosa vendeira, da freguesia de Viatodos.

A marcha era regular ainda que não podíamos ultrapassar os trinta quilómetros à hora por causa do mau estado da estrada que não conseguira a alta classificação *de turismo*, com as suas inerentes regalias.

Mas não nos impacientávamos com isso, porque, não tendo pressa de alcançar o término da viagem íamos observando e gozando as belezas da variada paisagem minhota, que a nossos olhos, se desenrolava demoradamente, sem o estonteamento das grandes velocidades.

O amigo que me acompanhava nunca passara por aqui; era de Barroso e não tinha visto ainda o mar.

O caro leitor que vive neste jardim à beira-mar plantado, talvez se admire de que nesta altura da civilização haja em Portugal alguém regularmente instruído que nunca tivesse presenciado o marulhar contínuo dessa imensidade de água.

Pois creia que há e esse meu amigo era uma dessas pessoas.

Deveria fazer uma ideia aproximada do que seria, mas ainda assim, a sensação que experimentaria ao avistá-lo seria semelhante à minha ao defrontar-me com as pirâmides do Egipto, com os arranha-céus de Nova Iorque ou os palmares da Índia.

Na véspera li em uma crónica da Póvoa do Mar, como alguns lhe chamam e de cujo nome tanto se orgulha, que aparecera pela primeira vez na sua bolichosa mas burguesíssima praia um pijama e o cronista, rendilhando com mãos hábeis essa sensacional notícia, descrevia minuciosamente o seu talhe e a sua cor, a qual por sinal «era azul, como os olhos da sua elegante possuidora».

Eu venho do tempo em que se usava no mais recôndito da casa *as chinelas e o robe de chambre*; apareceu depois o *pijama* para ali ficar alapado durante muito tempo e, se amedrontadamente prepassava em algum corredor, era para imediatamente se recolher ao seu primitivo recato.

Os jornais e revistas dão ultimamente a notícia que ele acaba de sair à rua para ir saracotear-se pelas praias da moda.

Na Póvoa, porém, só em Setembro do ano da graça de 1931 é que fez o seu público aparecimento.

Foi mais uma razão que me levou a sair do remanso

dos montes onde vivo para gozar esse tão raro e inédito espectáculo.

A minha situação neste ponto era igual à do meu amigo de Barroso: ele nunca tinha visto o mar e eu, confesso, era a primeira vez que ia ver um pijama passeando pelas suas praias.

Ao contemplarmos cada um o seu espectáculo, a expressão do nosso rosto devia ser a mesma e o supercivilizado, que nos observasse, não sei de quem se riria mais.

Em conversa amena o caminho tinha-nos parecido curto e dentro em breve, passados os arcos que outrora levavam a água às freirinhas de Vila do Conde, tomamos a estrada que directamente conduz à Póvoa.

Transpondo adiante a ponte sobre o caminho de ferro, entramos em uma rua desta vila e passamos em seguida em frente a uma igreja de frontaria alta e elevada, que à direita se ergue, ao fundo de um pequeno terreiro.

O automóvel, abrandando então a sua marcha já tão moderada, parou e nós de dentro perguntamos o que havia.

— Foi um *furo*, senhores — respondeu-nos o motorista, preparando-se para sair. — Pela nossa parte continuamos a conversar comodamente recostados até que, notando que a demora se prolongava, saímos também para distender as pernas e tomar ar.

— Não trazia sobressalente e por isso era preciso concertar o *pneu* avariado, o que levava tempo, informamos o condutor.

Para esquecer o acidente deste nosso passeio tão auspiciosamente começado, fomos andando rua abaixo conversando acerca da igreja que víamos, a Matriz da Póvoa, recordando que esta florescente povoação

ainda nos princípios do século XVII era um pobre lugarejo da freguesia de Argivai, quando me veio à lembrança que perto do sítio onde estávamos devia ter existido uma capelinha muito antiga que no século XIV tão célebre se tornara: a Capela da Madre de Deus.

Não devia ter sido longe daqui; onde? Desejoso de colher informações olhei por toda a rua, mas só avistei à porta de uma mercearia o rosto simpático de uma velha que com curiosidade nos observava.

Para ela nos dirigimos e, após os cumprimentos do costume, disparei à queima-roupa a pergunta que me aflorava aos lábios.

— Era ali junto ao Largo, entre este e a travessa da Madre de Deus aqui defronte — me respondeu ela. — Minha mãezinha ia lá muitas vezes ouvir missa e eu ainda me recordo de ser demolida. Ficava exactamente no sítio daquela casa de esquina que é hoje do Sr. Timóteo.

— Em que ano foi demolida?

— Do ano não me lembro bem, mas devia ser há uns trinta anos pouco mais ou menos.

— Ela não pertencia a uns fidalgos?

— Não sei; sobre isso não lhe posso dizer nada. O senhor S., que mora ali abaixo e que lê muitos livros antigos, é que o poderá informar, mas agora deve estar a almoçar, e ele não gosta de ser interrompido no seu almoço...

— Pois que coma à sua vontade, que nós o deixaremos em paz.

— É verdade — exclama ela!

Tenho um livro, que meu falecido pai dizia ser do tempo dos *afonsinhos*, que talvez o ilucide sobre o que deseja.

— Oh! Santa criatura! Compadeca-se de nós e deixe-nos ver essa preciosidade.

Depois de nos convidar a entrar no seu estabelecimento, foi dentro e trouxe-nos um calhamaço *in folio* de capa de pergaminho, o qual folheado vimos ser muito interessante. Intitulava-se: «Capela da Madre de Deus na Póvoa de Varzim» e dele extraímos os apontamentos que se seguem.

*

*

*

João Gomes Gayo, filho de Martim Gomes Gayo, que serviu o rei D. Afonso V, e de D. Violante da Novoa, descendente da casa de Macêdo na Galisa, neto paterno de Fernão Anes Gayo e de D. Isabel de Andrade este filho de Estevão Lourenço Gayo e de D. Tareja de Meira Faria, foi senhor da casa de Alvito, do couto de Bouçós e da Capela da Madre de Deus, por herança de seus pais.

Por sua bisavó D. Tareja de Meira Faria, filha do valoroso alcaide do castelo de Faria, Nuno Gonçalves, era dos Farias de Barcelos e por o dito seu bisavô Estevão Lourenço Gayo era descendente legítimo directo, por linha varonil, de Martim Gomes Gayo, tronco dos Gayos.

Por aqui se vê a prosápia da sua ascendência.

Orgulhoso, como bom fidalgo que era, teve questões com um senhor da Casa de Cavaleiros acerca do Couto de Bouçós, pelo que o desafiou e matou em duelo na vizinha freguesia de Amorim.

O seu antagonista era sem dúvida tão fidalgo ou mais do que ele e por isso não podia ficar impune a sua morte.

João Gomes Gayo, temendo as iras de D. João II, fugiu e o rei, visto não lhe poder fazer outra coisa, confiscou-lhe os bens.

Este facto originou outros subsequentes que engrandeceram e tornaram célebres o homiziado.

Foragido, lançou mão de ofício do qual lhe adveio proveito e honras, fez-se corsário.

«Armou um navio em corso e andou no mar, pelejando contra os inimigos da pátria e da religião», como dizia o manuscrito que examinamos.

D. Manuel I pelos seus serviços não só lhe perdoou e lhe restituiu os bens confiscados mas ainda lhe fez grandes mercês e o Papa concedeu muitas graças, entre as quais a de ter o S. S. Sacramento na sua capela da Madre de Deus.

Era esta graça raramente concedida a capelas particulares, quando muitas Igrejas Paroquiais a não tinham.

João Gomes Gayo foi casado com D. Maria Dias da Maia, filha de Diogo Gonçalves Maia, dos verdadeiros e autênticos Maias, descendentes de Ramiro II de Leão e da gentil moira Artiga ou Zara Alboazar, pertencendo pois à melhor e mais apreciada nobreza do reino.

Daquele auspicioso casamento houve pelo menos dois filhos: André Martins Gayo, casado com D. Isabel Gonçalves, o qual segundo dizem, «fizera à sua custa a Igreja da Póvoa de Varzim, conforme uma inscrição que estava nas costas da dita Igreja e que desapareceu quando esta foi demolida e construída de novo», e João Martins Gayo, herdeiro da casa de

seus pais, que serviu em África e voltando instituiu-se um vínculo em 1542 tendo por cabeça a sua capela da Madre de Deus.

Viveu em Vila do Conde e casou com sua parente D. Maria Afonso Maia.

Estes dois fidalgos, filhos daquele ilustre corsário, tiveram geração preclara, que alguns geneológicos trazem até ao presente.

O Morgado da Madre de Deus andou sempre na linha bem conhecida do seu instituidor até à sua extinção nos meados do século XIX, sendo seu último administrador Bento Pereira da Rocha Faria Gayo, casado com D. Ana de Noronha de Menezes.

Tão absorvidos estávamos na leitura do velho cartapácio, que não demos pelo tempo decorrido, quando fomos chamados à realidade pelo toque a rebate da buzina do automóvel; o motorista, acabado o serviço e admirado do nosso desaparecimento, desesperadamente tocava a reunir.

Atarantados, metêmo-nos no carro e seguimos para a praia; qual não foi o nosso espanto ao chegar aí a encontramos deserta; os banhistas e com eles o nosso pijama tinham abandonado por passar do meio-dia e serem horas do almoço.

Tão desapontado fiquei que nem me lembrei de olhar para a cara do meu companheiro ao avistar o mar.

Aquela *panne* junto à Matriz trouxe consequências funestas para todos: para mim uma contrariedade e para os leitores uma estopada com a leitura de genealogias, que é sempre aborrecida.

Província do Minho

Princesa pelas belezas naturais e pelas tradições históricas a província do Minho, jardim de Portugal, berço da nacionalidade portuguesa, tem encantos que nenhuma outra iguala.

Das suas frescas montanhas e verdejantes outeiros descem vales amenos, serpeados de rios e ribeiros que, formando verdadeira rede de veias e artérias, os fertilizam e tornam ubérrimos.

Subi às suas estâncias de repouso e meditação: à alegre St.^a Luzia, ao poético Bom Jesus ou à melancólica Penha e admirareis os mais lindos panoramas de Portugal, quedando estáticos na contemplação das mais variadas paisagens.

Aqui não há latifúndios; a propriedade está completamente fraccionada.

Ao lado do velho solar português, da ampla casa do abastado, erguem-se as pequeninas moradas dos remediados ou os tugúrios dos pobres e no verde escuro dos campos branquejam as suas vilas e cidades.

Ao norte Melgaço, Monção, Valença, Cerveira e Caminha firmam-se nas margens do rio Minho, velhos fortes de defesa, sentinelas vigilantes da nossa independência, hoje namorados das suas vizinhas galegas.

Do alto da montanha, qual estendal de roupa branca a secar, espreita Paredes de Coura e percorrendo o litoral na foz do Lima, lentamente se espreguiça a linda princesa desse rio, Viana do Castelo, que tomou o seu apelido de um dos seus feitos mais heróicos.

Na foz do Cávado demora Esposende, revendo-se no suave Mar; mais ao sul a acolhedora praia da Póvoa, vigiando os seus incansáveis obreiros marítimos, e, como um seu prolongamento, na foz do Ave, a aristocrática Vila do Conde, tão cheia de tradições.

No interior, Guimarães, a primeira capital de Portugal, levando nas suas mãos, qual hóstia sacrossanta, as ruínas do seu vetusto castelo, laboriosa caminha na senda do progresso fabril.

Rodeiam-na, como filhas lindas, Santo Tirso, Famalicão e Fafe, que no seu labor e canseira tomam o exemplo da mãe.

Barcelos, a dona do Cávado, sede do mais vasto e antigo concelho e comarca do reino, não adormeceu sobre os seus pergaminhos, progride e aformoseia-se.

Braga, capital dos reis suevos, adquirindo foros de Roma portuguesa, estende os seus gigantes membros por entre esguios choupos numa tão poética paisagem.

Rodeiam-na pelo norte as campesinas Vila Verde e Amares e lá mais acima, nas margens do Lima e Vez, estanceiam a linda Ponte e as fidalgas Barca e Arcos.

Na linha divisória de Trás-os-Montes, nos pendores das altas serras que separam estas duas províncias, estão Vieira, Póvoa de Lanhoso, os Bastos e Amarante.

Percorrendo assim as povoações mais importantes desta província encontramos dissimuladas por uma densa e laboriosa população, entregue aos seus vários mesteres, que torna o Minho rico e produtivo.

Foi neste abençoado torrão que se soltou o primeiro grito da independência pátria.

D. Afonso Henriques em 1127, revoltando-se contra o governo de sua mãe entregue ao estrangeiro, começa por tomar os castelos de Neiva e Faria, no centro desta província, e aderindo Braga, levando esta luta o seu epílogo nos campos de S. Mamede, junto a Guimarães.

Vencendo o filho, vence Portugal, sendo entregue o seu governo a portugueses.

É pois esta província, sem dúvida, o coração da nossa nacionalidade; foi nela que primeiro pulsou o sentimento da sua independência e nela se conserva sempre latente em patriótico sentir.

Passeios e Digressões

MONÇÃO

O Destino atirou-me um dia para as terras de Deu-la-Deu.

Não é a primeira vez que aqui venho; desde tamanho as conheço e nelas sempre tenho encontrado belezas e encantos.

Nunca me acolhi, Deus louvado, às virtudes terapêuticas das suas *Águas de Saúde*, nem tão-pouco vim procurar o prazer inefável dos seus afamados vinhos; aproveito os breves e fugidios dias de um descanso no convívio de amigos, que aqui sempre tive, e em longos e solitários passeios.

Presentemente o meu raio de acção ficou limitado à margem esquerda do Minho, porque os nossos convulsionados vizinhos, apavorados com o perigo comunista, interditam as fronteiras a *sus hermanos* indocumentados ainda mesmo aos conservadores, como eu, da apetecida terra.

Abençoada proibição! Mais tempo tenho para ver e observar o que é nosso.

Por uma tarde suave e linda de outono em que o sol declinando no ocaso nos bafeja com seus oblíquos raios, franqueamos as muralhas em parte já arrasa-

das da antiga e afortalezada vila e tomamos a estrada dos Arcos.

Galgados alguns quilómetros, deixamos o macadame na freguesia de Moreira e metendo por caminhos e carreiros, entramos na de Cambezes.

Sendo a primeira vez que por aqui passava, era acompanhado nesta digressão por um amigo de infância, natural desta freguesia, que me levava como um cego pelo braço.

Depois de muito andar, chegamos ao cimo de um outeiro onde deparamos com um largo ao fundo do qual negrejava um portal em estilo clássico, que chamou a minha atenção pela exotice das suas ameias. Ao aproximarmo-nos notei que estas eram formadas por oito figuras humanas em corpo inteiro, quatro de cada lado, representando guerreiros, tocadores de viola, de pandeiro, etc. Na verdade só por isso tornava-se interessante aquele portal.

— Cá está a música, como chamam por aqui aquele figurame — diz o meu companheiro perante a minha admiração.

O portal, de resto, é vulgar: ao centro, por cima da porta ostenta um simples escudo bipartido: no 1.º, as armas dos Barros e no 2.º, as armas dos Pereiras; elmo com o timbre das do primeiro.

Na padieira da porta tem a seguinte inscrição: — «CALISTO . DE . BARROS . PRº . CAVALEIRO DA . ORDEM . DE . CRISTO . M . F . A . D . 1740».

Metido no muro da quinta a pouca altura do solo, mostrando que não era dali, vê-se um bem trabalhado paquife, do qual arrancaram o respectivo braço encimado por uma coroa heráldica de seis pontas.

Ao lado esquerdo do portão, separado deste,

ergue-se uma capela de regular aparência com frontaria perpendicular àquele.

Dentro tem altar de talha antiga e pavimento lajeado onde se vêem algumas sepulturas.

Ao lado direito do terreiro, um pouco distante para o nascente, em frente à capela, divisa-se um curioso cruzeiro de coluna torcida em cujo capitel estão gravados quatro quadros da Paixão de Cristo, sustentados cada um por cabeças de anjos, encimando-a uma cruz com a imagem de Cristo Crucificado.

Do alto da coluna sai um braço de ferro, onde se dependura uma lâmpada de azeite cuja luz acesa mostra bem a devoção do povo pela imagem ali venerada.

Tudo isto despertou em mim a curiosidade de perguntar ao meu companheiro o nome da casa a que pertencia aquele portal.

— É a quinta do Carregal.

Da família que a possui ainda descendo por Jesuíno Brandão de Sousa Menezes, respondeu-me ele.

Acordaram então em mim vagas reminiscências dos tempos em que estudei genealogia; já tinha lido algures referências a esta quinta.

Vim para casa e compulsando documentos, que por acaso ainda possuí, encontrei acerca dos Barros de Esposende o que se segue.

*

*

*

Os Barros de Esposende honram-se em considerar seu progenitor Gaspar de Barros da Costa.

Não sei ligar estes Barros com os descendentes de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Castro Daire

e das Terras de Entre-Homem-e-Cávado, que viveu no tempo de D. João I, em quem a maior parte dos genealógicos, entre eles António de Vilas Boas Sampaio, fazem tronco desta família com solar no lugar de Barros, na Província de Entre-Douro-e-Minho.

Com um pouco de estudo, porém, não será difícil fazer essa ligação, se a há, pois a avó materna de Gaspar de Barros da Costa foi Isabel de Barros, casada com Afonso da Costa o «Olhão», descendente este da casa do Paço em Alvelos, Barcelos, a qual devia ter sido contemporânea de D. João II, vivendo pois em época não muito afastada daquele Gonçalo Nunes.

É certo que a família Barros começou a ser conhecida em Portugal já no tempo de D. Dinis e portanto Isabel de Barros, se não é descendente de Gonçalo Nunes pode ser pelo menos parente colateral não muito afastada dele.

Quem tiver interesse e paciência entreter-se-á a deslindar estas genealogias.

O que está averiguado é que Gaspar de Barros da Costa, era filho de Diogo Afonso de Araújo e de sua mulher Grácia de Barros da Costa.

Mas aparece-nos aqui outro ponto obscuro: porque é que ele adoptou os apelidos da mãe e desprezou os paternos?

Pois seu pai não foi um *quidam* qualquer: Almo-xarife da Alfândega de Esposende, era filho de Afonso Vaz Ribeiro, abade de S. João de Vila Chão e S. Martinho de Gandra. E eis talvez o motivo porque não tomou aqueles apelidos.

As mais orgulhosas casas nobres de Portugal, entre elas a Casa Real, contam no número dos seus ascendentes padres e prelados da Santa Igreja Cató-

lica, mas para um pretense fidalgo foi sempre arreliante correr-lhe nas veias sangue sacrílego.

Era ele irmão de Pedro Anes, que succedeu nas duas abadias de seu pai. Comendador de S. João d'Arga, cuja comenda lhe deu o Marquês de Vila Real, de quem foi valido e acompanhou quando foi a Badajoz receber a princesa D. Joana, mãe que depois foi de D. Sebastião.

Pedro Anes, voltando ao reino, veio para Esposende e fundou aí junto à matriz a casa do Rego, considerada, deixe-nos assim dizer, solar destes Barros, o qual por não ter descendência legou-a a seu sobrinho Gaspar.

Gaspar de Barros da Costa, foi o herói de um conto que publiquei em «O Espozendense», com o título — «No Regresso de Alcácer-Kibir», cujo único merecimento é ser verídico.

De facto, como ali narro, acompanhou o Duque de Bragança, D. Teodósio, naquela infortunada jornada de África, para a qual tinha sido convidado por cartas que, segundo o testemunho insuspeito de alguns escritores, existiram na casa do Rego.

Esteve na batalha de Alcácer-Kibir, tendo a sorte de escapar aquela carnificina, o que não succedeu a seu filho Gregório, que lá deixou os ossos.

Regressando ao reino, faleceu em Esposende, sendo sepultado na capela-mor da igreja daquela vila lado do evangelho, em campa rasa, hoje desaparecida, na qual tinha esculpido o seu braço e a seguinte inscrição: «Aqui Jaz Gaspar Barros da Costa da sepultura desta capela. Anno de 1583».

Foi Almoxarife da Alfândega de Esposende, Juiz da mesma, Capitão daquela barra, Cavaleiro fidalgo da Casa Real e casado com D. Filipa Cardoso.

Deixou vários filhos, entre os quais mencionaremos os que tiveram geração: o Dr. Pedro de Barros, instituidor de um vínculo no couto de Tibães, com capela em S. João do Souto, Braga, casado com D. Isabel Aranha Barbosa; D. Albina de Barros da Costa, casada com Domingos Teixeira Tinoco, segundo administrador da capela dos Reis Magos na Colegiada de Barcelos (Morgado do Perdigão), vínculo instituído em 3 de Dezembro de 1519; Marco de Barros, administrador da capela de Isabel Vaz, vínculo instituído em 30 de Junho de 1597 e instituidor de outro, que juntou àquele, com terras — Quinta do Barral — em Palmeira de Faro, Esposende; D. Ana de Barros, casada com Paio Pereira e Madalena de Barros da Costa, que sucedeu na casa do Rego, casada com Belchior Vaz Pereira, Capitão-Mor da Vila de Esposende, Governador daquela barra e Juiz da sua Alfândega.

Por hoje só nos interessa a sucessão desta, deixando em paz as dos outros seus irmãos.

Teve esta de seu marido os seguintes filhos: Calixto de Barros, abade de Valadares, bispado do Porto; António de Barros Pereira, casado com D. Leonarda Bulhão Fialho, dos Bulhões de Lisboa; Domingos de Barros, Juiz da Alfândega de Esposende, Manuel de Barros Pereira, abade simples de Cambezes, Monção, e D. Maria de Barros, casada com Gaspar Alves Marinho, que sucedeu na casa do Rego.

Destes últimos eram filhos Manuel de Barros Marinho, vigário de Esposende, e João de Barros Marinho que sucedeu na casa do Rego e foi também abade de Cambezes.

Este teve vários filhos bastardos.

Referir-nos-emos, porém, apenas a dois: João da Costa Barros, Sargento-Mór das Ordenanças de Espo-

sende, por carta de 27 de Outubro de 1693, casado com D. Maria Maciel e que foi o senhor da casa do Rego, em cuja linha se conservou até seu bisneto Joaquim José de Barros que, decaindo de bens, a vendeu, passando a estranhos.

Esta casa pelo decorrer dos tempos teve as suas vicissitudes: possuída pelo brigadeiro José Gomes de Vilas Boas, que a tinha mandado reconstruir e aumentar, o povo, alcunhando-o de *jacobino*, a incendiou e reduziu a escombros na ocasião das invasões francesas.

Hoje apenas existem dela vagos vestígios.

O outro filho daquele abade de Cambezes foi António de Barros, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-Mor de Infantaria do Maranhão, com patente para servir de Mestre de Campo do dito Estado e no Grão-Pará.

Foi senhor da Quinta do Carregal, na dita freguesia de Cambezes, casado com D..., cujo nome ignoro, e teve Calisto de Barros Pereira, o da inscrição do portal daquela quinta, Vereador na vila de Monção, Cavaleiro da Ordem de Cristo, etc. Tirou brasão em 22 de Janeiro de 1724 e casou com D. Leonor Sarmento de Valadares, filha dos Conde de San Romão, descendente de Grandes de Espanha. Destes nasceu Alexandre de Barros Pereira, que foi senhor da quinta do Carregal, casado com D. Teresa de Sousa, de quem procede D. Maria Gestrudes de Barros Pereira, casada com Francisco Manuel Brandão de Vasconcelos de Menezes, da vila de Ponte da Barca.

Destes nasceu Manuel António de Vasconcelos, senhor da quinta do Carregal, casado com D. Ana Joaquina de Sousa Menezes, que foram os pais do P.^e Francisco de Barros Brandão de Menezes, abade da freguesia de Merufe, Monção, e de Emídio Brandão

de Vasconcelos, casado com D. Maria Procedia. Sendo estes últimos os senhores da quinta do Carregal, ficou esta à sua morte retalhada e dividida por vários herdeiros.

Houve vários filhos, entre eles o P.^e Francisco Brandão de Menezes, Coadjutor durante muitos anos da freguesia de Barcelinhos, Barcelos; Calisto Brandão de Sousa Menezes, casado com D. Maria da Glória Rodrigues; Teotónio Brandão de Sousa Menezes e Jesuíno Brandão de Sousa Menezes, casado com D. Maria Pereira de Araújo Moscoso. Deste último há descendência legítima e ilegítima. Os actuais possuidores da quinta do Carregal são alguns filhos do Calisto, do Alexandre e do Jesuíno.

Eis aqui como um passeio à freguesia de Cambezes, do concelho de Monção, deu causa a uma digressão pelos meandros da genealogia, mais emaranhada que o labirinto dos jardins da minha vizinha Brejoeira.

Carta da Póvoa de Varzim

— BALANÇO DO MÊS DE AGOSTO — (1932)

A Póvoa, a lindíssima Póvoa do Mar, tem a sua vida intensa nesta época.

A pacatez e sossego dos primeiros dias deste mês sucede a animação e bulícios dos últimos.

A sua praia povoa-se e agita-se em crepitações de alegria; enquanto as crianças brincam e chafurdam na água, os adultos nadam ou simplesmente tomam banho.

O Dr. A. de B. está quase anfíbio e o nosso popular poeta V. nada e faz o cristo na água, quando os invejosos do seu talento e habilidade lho permitem.

Depois de um prolongado banho, a maior parte dos banhistas vem para terra secar as suas reduzidas roupas à torreira do sol; a terapêutica moderna assim o aconselha, não sem o protesto indignado dos *banheiros* ainda do tempo das três ondas e do banho de choque.

Deitados na areia corpos moços, iodados, quase nus, em desenvoltura pagã recebem os raios ardentes do sol tonificante.

A multidão dos espectadores ondula, move-se e passa revista à praia.

Assim decorre o tempo das 10 às 13 horas em que tudo recolhe a quartéis a saborear o almoço reclamado pelos estômagos esfomeados por uma manhã de movimento e ar puríssimo.

À tarde enxameia-se outra vez a praia; enquanto os papás nos toldos e barracas cavaqueiam e jogam a bisca e as mamãs se entretêm em rendas e bordados, a mocidade, recostada no grande sofá da areia, palra, flirteia ou entrega-se a leitura amena, segundo o gosto de cada um. Depois de assistirem ao grandioso espectáculo do desaparecimento do sol na imensidade das águas e de algum feliz ter visto *o raio verde*, sinal de casamento nesse ano, tudo debanda, vindo animar com suas pessoas as ruas e passeios da vila.

À noite há muitos passatempos: passeio nas Avenidas à beira-mar, em que se refresca um pouco de calor destes dias caniculares; música clássica no Café Universal; *sonoro* no Teatro e em certos dias da semana reunião na Assembleia, onde ao som de um bom *jazz* se dança animadamente.

É este o divertimento predilecto das meninas da sociedade. Cada família tem ali o seu cantinho preferido; formam-se grupos por terras. De um lado Braga, de outro Guimarães, de outro Fafe, de outro Barcelos, etc.

Barcelos, como sempre, esteve bem representado este ano, pela gentileza das suas componentes.

Houve ainda festas extraordinárias: as da Assunção, uma Gincana de automóveis e Concurso hípico no Estádio, a Milha da Póvoa, que se é como a légua é descomunal, um Chá dançante e Baile na Assembleia.

De tudo isto resulta o seguinte saldo positivo: armazenagem de forças em quem já as tinha, muitos *flirts*, alguns namoros a sério e projectos de casamento.

A Póvoa foi sempre uma boa velha casamenteira.

As Misericórdias

Em 15 de Agosto de 1498 a Rainha D. Leonor, a instâncias e conselhos de Fr. Miguel Contreiras, instituiu a confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, cujos fins principais eram redimir cativos, curar enfermos, soltar presos, alimentar pobres, casar órfãs e amparar viúvas.

Sintetizando o espírito caritativo cristão da época, veio realizar esta instituição a maior obra de assistência social de todos os tempos.

Criada em Lisboa a primeira Misericórdia do país, sem fundos nem capitais, os seus primeiros recursos foi buscá-los às dotações régias e às esmolas.

Em determinado dia do ano saíam à rua o Provedor e Irmãos em peditório público a angariar donativos para as despesas da irmandade e no fim de certas missas iam dois Irmãos à porta das igrejas pedir esmolas de pão para os presos e para os doentes do seu Hospital.

Foram-se acumulando os capitais e proventos das Misericórdias até que a estes fundos, provenientes da munificência régia e da caridade pública, veio juntar-se a generosidade dos benfeitores, que em seus testamen-

tos e doações instituíam a favor daquelas legados e valiosos donativos.

Tornaram-se assim algumas Misericórdias ricos e poderosos organismos.

A instituição das Misericórdias, devido à sua especial constituição e finalidade, tomou um incremento e importância tal que em breve tempo as vamos encontrar espalhadas por todas as cidades, vilas e algumas aldeias de Portugal. E não só no continente, mas até no vasto império das descobertas e conquistas portuguesas, em África, no Brasil, na Índia e ainda na China floresceram as Misericórdias.

Barcelos foi uma das vilas portuguesas em que primeiro se criou tão útil e simpática instituição.

No reinado de D. Manuel I fundou-se nesta vila um Hospital com igreja e porta para a rua Santa Maria, que depois se passou a chamar rua da Misericórdia, o qual era administrado por *juizes e regedores*.

Organizado pouco depois a irmandade da Misericórdia em Barcelos, regulada pelo compromisso da sua congénere de Lisboa, foi-lhe entregue aquele Hospital.

Como fossem diminutas as rendas da Misericórdia e a Gafaria, estabelecida na Fonte de Baixo, extra-muros da vila, havia muito tempo que não tinha doentes, D. Manuel por carta de 12 de Maio de 1520 uniu os bens da Gafaria àquele Hospital.

Funcionou a Irmandade da Misericórdia e o seu Hospital naquela rua até 1836, data em que tendo-lhe sido cedido pelo Governo, a instâncias do Visconde de Leiria, o convento e cerca dos capuchos no campo da Feira, mudou para ali a sua sede e hospital.

Em 1888 fundou-se o Asilo de Inválidos para ambos os sexos, sob a administração da Misericórdia, cons-

truindo-se ao norte da igreja um edifício adequado ao fim.

A acção da misericórdia de Barcelos não se limitava, porém, à administração do seu hospital e do seu asilo: era muito mais vasta.

Regida desde o princípio pelos estatutos da de Lisboa, acompanhava nos últimos momentos os condenados à morte, dispensando-lhes socorros materiais e espirituais; esmolava os encarcerados, indo até os irmãos pessoalmente em certas épocas do ano distribuir-lhes pão e dinheiro; mandava dizer missas àqueles nos domingos e dias santos, primeiramente na capelinha de Sant'Iago, em frente à Torre da Porta Nova, e depois no próprio edifício da cadeia; distribuía todos os anos dotes para casar raparigas pobres e bem comportadas; fornecia uma ração aos doentes que terminavam a sua hospitalização e assistia aos enterros de seus irmãos, prestando-lhes honras funebres.

No banco do seu Hospital facultava consultas médicas aos pobres e fornecia-lhes curativos e medicamentos.

A Irmandade da Misericórdia de Barcelos foi rica, tendo uma vida desafogada na sua administração, cumprindo as obrigações a que se impôs e que lhe eram impostas por legados.

Com a mudança, porém, das condições económicas do país após a grande guerra, sofreu esta instituição, como todas as suas congéneres, um grande abalo financeiro, passando a ter grandes dificuldades económicas.

É certo que o Governo, vendo a situação aflitiva em que se debatem as Misericórdias, veio em seu auxílio, concedendo-lhes subsídios e donativos.

Serão estes, porém, suficientes para que as

Misericórdias possam desempenhar cabalmente a alta missão reparadora social quando a pobreza e a miséria cada vez se alastra mais?

Para resolverem problemas importantes à sua vida, reúnem-se as Misericórdias de todo o país e organizam os seus congressos em que se ventilam os mais graves assuntos a elas referentes.

O IV Congresso das Misericórdias realiza-se este ano no próximo mês de Maio em Braga.

Não deve faltar a ela a Misericórdia de Barcelos, como uma das mais antigas e das mais importantes.

As Misericórdias devem pugnar pelos seus interesses e alargar tanto quanto possível o âmbito da sua acção, mas ter sempre em vista o fim para que foram criadas, amoldando ao tempo presente; conservar o espírito cristão que lhe foi insuflado na ocasião da sua criação, mas repulsar os actos daqueles que à sua sombra queiram fazer proselitismo e praticar a intolerância.

A caridade deve beneficiar a todos que precisam de auxílio e amparo, bons e maus, crentes e não crentes; *faze o bem e não olhes a quem.*

Se em alguns campos, visto as condições sociais modernas, a acção das Misericórdias foi reduzida e até anulada, como na remissão dos cativos, na assistência aos presos e condenados à morte, nos encargos com os expostos e menores abandonados, nas *amizades* entre os que tinham demandas pendentes, vizinhos que se malqueriam ou famílias desavindas, etc., alargou-se em outros campos de horizontes ilimitados aquela sua acção de justiça e bondade.

Assim compete às Misericórdias a criação e sustentação de Maternidades, de Creches e Lactários, de Colégios e Asilos para crianças, para velhos e estro-

piados da vida, de Hospitais de clínica geral e de especialidades. Numa palavra, pertence às Misericórdias a assistência e protecção à infância, à velhice e à humanidade enferma.

Para o desempenho desta tão augusta missão precisam as Misericórdias da protecção do Estado e da benemerência dos ricos; são estes quem mais obrigação têm, até no seu próprio interesse na conservação e expansão de tão útil instituição.

Por seu lado as Misericórdias devem pugnar pela sua existência e engrandecimento e nunca abdicar da sua vida própria e da sua individualidade independente.

As Misericórdias e os seus Congressos

As Misericórdias nasceram do consórcio de duas almas boas: a de um santo e a de uma mulher e Rainha que na dura escola do infortúnio e nas suas torturas morais aprendeu a minorar o sofrimento alheio, a espalhar o bem e a reparar as injustiças sociais.

Esta bela instituição tem prevalecido através dos séculos, amparada pela acção beneficiente das almas caridosas e altruistas que com ela repartem o supérfluo dos seus haveres e fortalecida pela acção directiva dos seus irmãos e associados.

São inúmeros os benefícios que ela tem prestado à humanidade, quer tratando os seus doentes e enfermos, quer educando e preparando para uma melhor vida social a infância desvalida, quer albergando e asilando os velhos inválidos, suavizando-lhes assim os últimos dias da sua existência atribulada.

Há mais de quatro séculos que esta Instituição faz sentir em Portugal a sua acção humanitária.

Com as alterações das condições económicas por que tem passado a nação nestes últimos tempos, as Misericórdias têm encontrado, não obstante o auxílio

prestado pelo Estado, estorvos e dificuldades na realização dos fins a que se propuseram.

É necessário, pois, que todos os que comungam na sublime ideia que presidiu à fundação desses humanitários Institutos se reúnam, discutam e promovam a sua defesa e o seu engrandecimento.

É para esse fim que se organizam os Congressos das Misericórdias, dos quais para estas tantos benefícios há a esperar.

Brevemente realizar-se-á no Porto o 11.º Congresso e nele se apreciarão os problemas que mais interessam à vida e funcionamento dessas tão belas instituições.

Esperançado nos bons resultados que desse congresso se obterão para as Misericórdias do país, aplaudimos a ideia da sua realização e seguiremos com interesse a discussão das questões nele apresentadas.

A Harmonia da Dor

A dor nasce com o homem e acompanha-o na vida.

Os seus vagidos são manifestações de dor; o homem antes de aprender a rir, chora, pois a sua primeira sensação é de dor.

E pela vida fora quantas cruciantes dores, longos e dolorosos dias de dor para breves e fugitivos momentos de prazer!

A vida é uma amálgama de muitas dores com alguns prazeres e quantos prazeres são o produto da própria dor ou das dos outros.

Não pode haver prazer sem compreensão da dor; são ideias correlativas.

O que seria o prazer sem a dor?

O prazer é um pequeno oásis na imensidão da dor.

Aver-o-Mar

Aver-o-Mar tem por orago Nossa Senhora das Neves, padroeira da antiga capela que hoje serve de Igreja Matriz.

Está esta no centro de um pequeno adro, no lugar da Perlinha. É antiga, mas foi reconstruída em 1881. A sua arquitectura é simples e de estilo moderno. A fachada alta e elevada era para ser amparada por duas torres, estando porém concluída uma, a do lado direito. A sacristia foi construída do lado direito da capela-mor.

Dentro a capela-mor é forrada a estuque decorado e pintado. O altar é em boa talha pintada e dourada.

O corpo da igreja é forrado a madeira em forma de abóbada artesoada, pintada, tendo no centro a imagem da padroeira N.^a S.^a das Neves. Tem cinco altares laterais, coro, púlpito e baptistério com pia de mármore. Por cima das duas janelas que dão luz ao coro vê-se a seguinte inscrição: «FOI MANDADA PINTAR PELOS HABITANTES DESTA FREGUESIA NO ANO DE 1928 P.^{or} M. A. C.».

Este templo amplo e espaçoso é porém pequeno relativamente à população desta freguesia.

Esta freguesia é de recente criação: a sua data é de 1922 ficando com uma população superior em dois terços à de Amorim, da qual foi destacada.

O *Cruzeiro Paroquial* fica em frente à igreja em uma recta da estrada que atravessa esta povoação no lugar de Aldeia Nova. Cercado de uma grade de ferro é alto, de base rectangular com coluna estriada até um terço de altura, capitel liso e cruz florenciada. Na base tem gravada a seguinte inscrição: «MARÇO DE 1904 FEITO POR M. J. L. AMORIM».

A *Residência Paroquial* fica ao lado norte da igreja a facear com a estrada.

O *Cemitério Paroquial* é de 1924.

Há nesta freguesia apenas uma capela que é:

A *Capela de Santo André* no lugar do mesmo nome junto ao mar.

É um destes pequenos templos, construído em umas ribas junto ao mar e erigido por devoção dos lutadores daquele grande elemento da natureza.

É uma destas ermidazinhas que se vêem ao longo da costa.

De estilo humilde e de arquitectura singela ergue-se na orla do mar.

Dentro a capela-mor é forrada a estuque liso e o pavimento em tijolo. O seu altar é em talha singela mas antiga.

O corpo da igreja é também forrado a estuque liso e tem dois altares laterais no mesmo gosto do altar-mor. No altar do lado direito vê-se representadas as almas do Purgatório em um barco em chamas tudo em alta talha muito bem pintada. Completa este quadro encimando-o a imagem de S. Miguel o Anjo e a de outro Santo na figura de um frade com um grande livro. Por baixo do camarim deste altar lê-se

a data — 1878. Do mesmo lado está dependurado da parede um painel em madeira representando também as almas do Purgatório, e por cima a Trindade e a imagem da Virgem.

Nas duas pilastras que sustentam o coro lê-se na do lado esquerdo — M. G. J. — e na do lado direito — 1902.

Parece que esta capela era de construção mais pequena tendo sido reformada posteriormente e aumentada. Na porta travessa vê-se ainda vestígios de uma data hoje desaparecida por se achar a pedra salitrada.

A fachada desta Capela é baixa, sem arrebitos de arte, terminada em ângulo e abre-se ao centro uma pequena fresta que dá luz ao coro.

Há duas festas por ano nesta Capela: uma no 1.º Domingo de Dezembro a Santo André e a outra no segundo a Nossa Senhora do Leite.

Ao poente está um pequeno penedo com uma pequena cova rectangular no meio, que o povo diz, era a pia onde Santo André deitava os peixes para comer. O povo na sua ingénua crença faz natural ou pelo menos residente nesta freguesia Santo André.

Chamam-lhe a *Cova do Santo*. Parece ser onde esteve firmado um cruzeiro. Ainda hoje vão lá as procissões na ocasião das festas nesta Capela.

Mais ao norte outro penedo onde se vê a *Pegada do Santo*. Mais ao poente existe entre duas penedices o antigo *Porto de Carreiro* onde me contaram aproavam as naves romanas.

Esta freguesia situada à beira-mar, na orla de uma extensa planície de largos horizontes em que a vista se perde ao nascente até aos montes de Laundos, de Terroso e de Rates e ao poente na imensidade do mar.

Linda praia onde o mar entrando na terra forma uma pequena baía.

Dominam essa praia os moinhos de vento com suas grandes velas na sua contínua laboração, os barcos em fileiras do mexoalho e as rimas redondas do sargaço seco cobertas de colmaço que parecem as cubatas de uma sanzala liliputiana africana.

Aver-o-Mar é uma das mais lindas povoações desta costa.

Dentre a exuberância de luz e cor destaca-se a alvura do casario desta povoação.

Não houve porém plano na construção das casas desta aldeia. Cada um construiu onde quis ficando pois sem alinhamento as suas ruas. Doutra forma seria hoje já uma vila com suas praças e ruas pois para isso tem muitas e boas casa.

Esta freguesia confronta do norte com a de Aguçadoura, do nascente com a de Amorim, da qual foi desmembrada, do sul com a de Beiriz, pois esta freguesia vem ao norte do Estádio da Póvoa de Varzim numa faixa de terreno até ao mar e do poente com o Oceano Atlântico.

É atravessada pelo ribeiro do Esteiro que nasce na freguesia de Terroso e vai desaguar no mar e é servida pela estrada que vem da Póvoa de Varzim à beira-mar e vai ligar com a do Porto a Viana do Castelo.

A sua população actual é de e está distribuída pelos seguintes lugares habitados:

— Caramujo, Paralheira, Paço, Perlinha, Palmeiro, Paranho, Paranho de Areia, Agro Velho, Fragosa, Morincheira, Aldeia Nova e Boucinha.

Uma ruela que vai da Igreja até ao edifício das escolas tem em cada extremidade uma placa em mármore que diz: «1827-1927».

Tem vários estabelecimentos comerciais de mercearia, indústria de moagem a vento, uma importante padaria, farmácia, etc.

Grande parte do povo desta freguesia emprega-se na apanha do mexoalho para adubo das terras, o qual ainda vende muito.

A terra é fértil produzindo boas batatas, cebolas, milho e hortaliças.

Tem um bom edifício para Escola Oficial para ambos os sexos com 3 lugares e um Posto de Ensino.

No edifício da Escola por cima da galeria de entrada tem a seguinte inscrição: — «EDIFÍCIO CONCLUÍDO SOB O GOVERNO DA DITADURA NACIONAL — ANO DE 1932.

Ao norte da Escola, muito perto desta está a humilde casa onde nasceu o grande poeta Gomes de Amorim na qual a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por ocasião das grandes festas promovidas pelo 1.º centenário do seu nascimento mandou colocar em uma lápide em mármore a seguinte inscrição: — «AOS 13 DE AGOSTO DE 1827 NASCEU NESTA CASA FRANCISCO GOMES D'AMORIM UMA GLÓRIA DESTE CONCELHO DESTE INFELIZ E VELHO PORTUGAL. EM HOMENAGEM À HONRADEZ AO TALENTO E AO RENOME CONQUISTADO PELO ESTUDO E PELO SABER EM SESSÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1888 A CAMARA MUNICIPAL DESTE CONCELHO MANDOV COLOCAR AQUI ESTA LAPIDE COMEMORATIVA NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO 1827 13 DE AGOSTO 1927. A CAMARA MUNICIPAL DA POVOA DE VARZIM».

Fontes — As fontes públicas desta freguesia são: a do Galo e a do Paranho. Houve a antiga fonte da Perlinha, hoje seca.

A população serve-se geralmente da água de poços.

Alminhas — Há nesta freguesia as seguintes alminhas: — As de Santo André, as da Caramuja, as do Paço, a do Galante, a de Paranhos e a da Aldeia.

As de Caramuja tem a seguinte inscrição: — «M. G. M. C. 1868».

Dizem que existiu aqui a antiga casa do Paço, no lugar do mesmo nome, hoje desaparecida, que pertencia aos condes do Paço d'Amorim (?).

Há nesta freguesia a Carreira de Tiro Militar, à beira-mar.

Em 22 de Agosto de 1934 deu-se em frente à Capela de Santo André um horrível naufrágio em que se afundou a traineira *Santa Cruz* da praça de Matosinhos.

Anedota que me contaram: — A Capela de Santo André antigamente não tinha soalho e na ocasião das festas ali realizadas deitavam feno para os devotos se ajoelharem.

As mulheres arrepenhavam o feno que podiam para arranjar uma almofada fofa debaixo dos joelhos não se importando com as outras que estavam ao lado delas.

Um pregador, vendo isto do púlpito, disse: — Estejam quietas as senhoras mulheres, senão eu vou lá abaixo e tiro a umas e meto às outras.

Avêr o Mar, Ávelomar a que o povo também chama *Abre o Mar*.

Habitantes Ilustres: — Francisco Gomes d'Amorim, nascido nesta freguesia aos 13 de Agosto de 1827 e falecido em Lisboa aos 4 de Novembro de 1891, era

filho de José Gomes de Amorim e de D. Mariana Joaquina Bento.

Aos 10 anos embarcou para o Brasil, Pará.

Caixeiro travesso, aprendeu aí a ler o que não tinha conseguido na sua terra natal.

Depois de deixar a vida comercial, seu irmão Manuel e seu primo, em casa de quem estava hospedado, quiseram que ele seguisse a carreira das letras, nada conseguindo.

Vagueando pelas florestas do Amazonas, aos 12 anos encontrou por acaso em casa de uma família indígena «O Camões» de Garrett, que leu com sufreguidão.

Entusiasmado com a leitura deste livro escreveu ao seu autor, contando-lhe as suas impressões, ao que ele lhe respondeu em carta.

Voltou ao reino pobre como foi e acolheu-se ao valimento de Garrett que o protegeu.

Tendo de angariar os meios de subsistência fez-se chapeleiro, convivendo, porém, com os melhores escritores da época — A. Herculano, Visconde de Castilho, Rebelo da Silva, Mendes Leal, etc.

Entrou por fim na burocracia e em 1858 foi eleito membro da Academia Real de Ciências.

Foi casado com D. Maria Luísa Barbosa de quem teve descendência.

A sua obra foi grande: escreveu sobre crítica, romance, teatro, poesia, etc.

Escreveu ainda, talvez a sua obra máxima, as «Memórias de Garrett» três grossos volumes.

Em 12 de Agosto de 1937 fizeram-lhe uma grande consagração em comemoração do 1.º centenário do seu nascimento, colocando na frontaria da humilde casa onde nasceu uma lápide com a inscrição que atrás transcrevemos.

Bernardino Gomes de Ponte, «O poeta do Infortúnio»
— Nasceu nesta freguesia e faleceu na mesma em 25 de Março de 1917.

Emigrando para o Brasil, veio de lá tão pobre como foi.

Sem emprego e sem rendimentos ia para o mar pescar e colher sargaço. Conseguindo por fim ser empregado na Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, exerceu interrompidamente alguns baixos empregos como o de zelador do jardim e Alameda e por fim Guarda da Biblioteca e Museu Municipal.

Escreveu um livro de versos e entregou a Guerra Junqueiro para lho prefaciar mas tão infeliz foi que esse manuscrito se perdeu, e por mais que pedisse a sua devolução ao grande poeta, nunca o conseguiu obter.

Depois da sua morte alguns amigos, coligindo os versos que ele tinha publicado em vários jornais, publicaram um livro de 271 páginas em 1917 a que deram o título de «Calmarias e Tufões», o mesmo do manuscrito que se tinha perdido.

Cantiga

Ouvi nesta freguesia por uma noite de Setembro de 1897 numa *espadelada* a seguinte cantiga que por sinal não é das piores das que por aqui se engendram.

Foi a uma rapariga nossa vizinha.

Parece que a estou a ouvir cantar com a sua voz forte e possante:

*Adeus ó lugar de Paços
Não é vila nem aldeia
Onde passo c'o meu amor
As noites de lua cheia.*

Poesias Inéditas

JOSÉ D'ALMEIDA CASTELO BRANCO BEZERRA

I

José d'Almeida Castelo Branco Bezerra, senhor da Casa de Pereiró, freguesia de São Paio do Carvalhal, concelho de Barcelos, versejou nas horas vagas.

Algumas das suas produções métricas foram publicadas em um livro, conhecido apenas entre poucos curiosos «Guimarães Agradecido».

Tivemos a suprema dita de o ler, edição de 1740, mas apenas a 2.^a parte, que trata «Do Aplauso Metrico que a celebre Academia da muito notavel villa de Guimaraens recitou na presença, e em louvor do Serenissimo Senhor D. Joseph Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, com a narração dos progressos que o mesmo Principe tem feito, desde que se deu a luz a primeira parte até ao Natal, em que já tem completo hum anno da sua existencia. Dado á luz por Tadeu Luiz Antonio Lopes Carvalho, Fonseca e Camões, Moço Fidalgo da Casa de S. Magestade, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Officio, Senhor dos Coutos de Abbadim

e Negrelos, Academico da Academia Real e da dos Infecundos, e da Academia de Roma e Patrono da Academia Vimaranesse etc.».

Não conseguimos ler a 1.^a parte desta obra, mas da leitura da segunda ficamos fazendo uma ideia do que aquela será.

Com isto não queremos porém dissuadir o nosso estudioso leitor de ler a obra completa.

Na referida 2.^a parte, que acabamos de denunciar, apparece-nos várias poesias de Joseph d'Almeida Castello Branco Bezerra, sócio da Academia Vimaranesse.

Assim a páginas 331 «Romance Lyrico Acrostico, o qual se lê nas segundas esferas do Labyrintho», a páginas 359 «Glosas» e a páginas 387 «Oitavas de Paranomasias».

Rebuscando agora papelada em arquivo, encontramos um manuscrito oferecido pelo nosso saudoso amigo P.^e João Pereira Gomes Rosa, pároco que foi na freguesia das Carvalhas, deste concelho, o qual contém entre outros uma poesia jocosa de José d'Almeida Castello Branco Bezerra.

Temos quase a certeza de que esta poesia ainda não foi publicada e por isso aqui a transcrevemos.

Diz o documento a que acima nos referimos:

O CUCO EM PEREIRÓ

Cópia dum manuscrito cujo teor é o seguinte:

ASSUMPTO

Estando eu na cidade do Porto, havia um mez, a tractar d'uma demanda, lá me escreveu uma carta minha mulher; e no fim délla, por galanteria disse:

— Tenho observado, que desde que tu estás nessa cidade, todos os dias me vem um Cuco aqui cucar dentro à quinta; manda-me dizer o que isto significa?

— Ao que lhe respondi nas seguintes:

DÉCIMAS

1.^a

Senhora D. Luiza:

*Esse Cuco, logo, logo
Se pudesse por-lhe o fogo
Era coisa bem precisa,
Sempre infortunios avisa
Do seu canto o triste horror
Entre gente de primor,
Que decorre com prudencia,
Nesta triste contingencia
Sempre assenta no peor.*

2.^a

*S'o Cuco canta à mulher,
Inda pode ser ouvido;
porém, se cuca ao marido
Dá-lhe muito que entender;
Entra logo a discorrer
Nos costumes destas eras
E, formando mil quiméras,
No discurso se embaraça,
Sem distinguir se é de graça,
Sem assentar s'ê deveras.*

3.^a

*Tal cuco se não consinta,
 Que é desaforo isso agora,
 Não só cucar lá por fóra
 Mas ir cucar dentro á quinta...
 Eu conheço-o pela pinta:
 Esse Cuco é um ladrão.
 Não lhe dê tu atenção,
 Pois não tem mais que fazer
 Senão deitar a perder
 A minha reputação!*

4.^a

*Pôr casados em duéllos
 São dos Cucos os costumes,
 Suscitando-os a ciumes
 E motivando-lhes zélos.
 Não te cause êle dísvélos
 Nem faças espalhafato
 Por ouvires êsse ingrato,
 Pois pódes ter entendido
 Que te deu Deus um marido
 Que nunca quebrou um prato.*

5.^a

*É pior que Belzabu
 Êsse Cuco e tem mais rônha,
 Pois sem nenhuma vergonha
 Te vai lá cantar — cú, cú.
 Que tal ficarias tu*

*Se já me não conhecesses?
Talvez que agora perdesses
O bom conceito em que estamos,
Porém (com bem o digamos)
Por ora não sómos désses.*

6.^a

*Não te bastava estar só
(Talvez em continuo pranto),
Mas inda has de ouvir um canto
Mais triste que o negro dó!
Na quinta de Pereiró
Não consintas tal carrasco
Que a toda a gente mete ásko,
Pois o seu truco e retruco
Para os casados é cuco
Para os solteiros é chasco.*

7.^a

*Por isso de um tal tredor
Não ouças essas trapagens,
É melhor que tu faças
Ouvidos de mercador;
Manda tocar um tambor
A vêr se foge da bulha,
Pois dos Cucos a patrulha
Inda aos que são bem casados
Se não lhes causam cuidados
Sempre lhes metem a pulha.*

8.^a

*Faz seu canto um tal sussurro
 Nos ouvidos dos casados
 Que antes querem os cuitados
 Ouvir ornear um burro;
 É tão maligno o seu urro
 Que aos casados logo empresta
 O que bem se manifesta
 Pois de seu canto os horrores
 Ou causa à cabeça dôres
 Ou faz inchaços na testa.*

9.^a

*Só um marido bolómio
 Gostará de ouvir tal canto
 Porque não lhe causa espanto
 Ouvir aquelle demonio.
 Com o santo matrimonio
 Seu humor não lhe alvoroça,
 Ou possa ouvi-lo, ou não possa,
 Ou lhe cause gosto, ou tédio,
 Vai lhe usando o remedio,
 Que é fazer a vista grossa.*

10.^a

*Com que esse Cuco tratante,
 Que a ouvi-lo te convida,
 Aos mais cúque toda a vida
 A ti nem um só instante.
 Para quem é fino amante,*

*Os Cucos são uns venenos;
Cúque nos prados amenos
Não cúque a minha mulher,
Que êsse cucar quere dizer
Côrno, pouco mais ou menos.*

11.^a

*Em fim, pelo que te toca,
Se lá torna êsse diabo,
Ou lhe põe o pé no rabo
Ou mete-lhe um corno na boca;
Se os ciúmes te provoca
Cantando nêsse contorno,
Não se vá sem o retorno
Então returca-lhe tu
Em te dizendo: cú cú.
Responde-lhe: corno corno.*

12.^a

*Que eu chegando do Porto
Com saude a essa quinta,
Hei-de pôr o Cuco à cinta
Semi vivo ou quasi morto;
Novas de seu avô torto
Levará por toda a terra,
Já que nos faz tanta guerra,
Ha-de pagar penas tais
Ou, senão, não seja eu mais*

Joseph d'Almeida Bezerra

II

JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA LEITÃO

Viveu este poeta nosso contemporâneo na terra de Bernardes, versejando pelas margens do Lima.

Assinava as suas produções: V. L. ou Vieira Leitão e às vezes com o pseudónimo de «Serrano».

Foi fecundo, escrevendo muitos versos, alguns dos quais publicou em jornais da sua terra, cuja publicação teve porém de suspender por imposição superior.

O seu estro, como o de Bocage, teve seus deslizes, forrageando em campo livre.

Fechado o respiradouro da imprensa distribuía as suas produções pelos amigos.

Dos muitos versos deste poeta que nos vieram à mão, escolhemos apenas alguns dentre os que podem ser lidos por todos.

O leitor apreciará.

AO GRANDE POETA ANTÓNIO FEIJÓ

*Chorai ó ninfas do Lima
O vosso exímio cantor,
Que jamais a lyra afina
P'ra cantar hinos d'amor.*

*Morreu António Feijó,
Um dos génios mais brilhantes,
Basta ver um verso só
O seu Estro de gigante!*

*Da Suécia as cinzas vem ter
À pátria que tanto amou
P'ro descanso eterno haver
Junto ao rio que cantou!*

*A grande nação qu'adora
P'ra honrar as musas desta terra
Manda-o à Mãe Pátria que chora
N'um rico vaso de guerra.*

*De Camões teve o lyrismo,
De Bernardes pátrio amor;
Foi poeta de grande mimo
A história dá-lhe louvor.*

*Literato e aristocrata
Conquistou nome imortal
Foi um grande diplomata
Que deu honra a Portugal.*

*Chorai, ó ninfas, chorai
Lá no seio cristalino
Com mãos virgens abraçai
O nosso cantor divino.*

(Versos de há 3 anos)

O «AUREA»

*Um certo padre ilustrado
Pregador da «Ordem selecta»
Nunca deixava a caneca
Lá na casa d'um Morgado.
Este, já enfastiado
Daquele «Aurea» de luneta
A berrar como um pateta,
Vai dizer à dispenseira:
Tira-lh'o copo da beira
E não voltes à adega.*

ENTRE ABADES

DÉCIMA

*A certo colega amigo
Foi um abade impingir
Uma burra p'ra servir
De seu eterno castigo.*

*Contracto não rescindido,
Que vergonha entre colegas!
Em guerra acesa, sem tréguas...
Por lhe pregar pulha inteira
Com arte, como na feira,
Aquele regatão d'éguas!*

Sá 17 Outubro

DÉCIMA

*Desculpe o leitor amigo
Estes versos sem valor,
Pois inda não tem sabor
A poeta merecido.
Dalguns 'estou arrependido
Por serem bastante frouxos,
Outros à pressa, até coxos,
E para serem galantes
Saíram alguns picantes;
As rimas — deram arrochos.*

GIGANTE... SOU EU!...

*Adeus ó Periquito,
Rapaz tão engraçadinho,
Por seres mui pequeninho
És tratado com mimito
Como a galinha ama o pito.
Tem natura o erro seu
Por nasceres um pigmeu.
Arrebita os calcanhares
C'o a cabeça lá p'ros ares
E diz: — Gigante sou eu!*

O CAVAQUINHO DO SACRISTÃO

(Poesias originais)

Compõe-se esta produção de 27 quadras.
Na impossibilidade de as transcrever todas, publicaremos apenas as seguintes:

1

*Minha mãe quando eu nasci
Pos-me à beira o cavaquinho
A primeira vez que o vi
Logo lhe dei um beijinho.*
.....

*Cavaquinho da minh'alma
Morro sempre por te ver
Deus me dê no céu a palma,
Cá força p'ra te tanger.*
.....

*Outro de corda instrumento
Qu'a tocar me dá prazer
Vou tangê-lo n'um momento
P'ra gorgeta receber.*

*E toco-o bem tocadinho
Quando for d'um baptizado,
A que vai rico padrinho
Qu'o sino quer repicado.*

*Mas o meu maior consolo
É tocar p'ras ladainhas;
Trazem-me todas ao colo,
As beatas nas palminhas.*

*Canto-lhes depois cantigas,
O alcoviteiro é o sino,
Viram-se depois perdidinhas
A dançarem ao cavaquinho.*

*Entre elas há burburinho,
Não sei bem determiná-lo,
Umas querem cavaquinho
Outras do sino o badalo.*

.....

*E o bondoso sacristão
A todas contenta amigo:
Velhas vão p'ra oração,
Novas dancem comigo.*

*Rapazes, quando eu morrer,
Entregai-me o cavaquinho
Qu'a tocar hei d'apar'cer
Lá no seio d'um anginho.*

«O SOM ROUCO E A GAITA DE FOLE»

por Serrano em 22 quadras

Não transcrevemos por a liberdade da sua linguagem.

Para finalizar:

DESCRIÇÃO

(da velha a enfiar a agulha)

DÉCIMA

*A velha a coser,
Quebrando-se a linha
Da sua agulhinha,
Vai outra meter,
E a triste sem ver
Começa a torcê-la
Depois de lambê-la
E aponta p'ra lado
Aonde tem o rabo
E záz... lá vai ella!*

III

JOAQUIM DIAS RIBEIRO DE LIMA

Joaquim Dias Ribeiro Lima, da casa da Quinta, freguesia de Forjães, do concelho de Esposende, não nos consta que fosse poeta, mas um dia, recebendo uma carta em verso de Francisco Ferros Ponce de Leão, senhor da casa de Curvos, seu vizinho, que tinha a mania do verso, respondeu-lhe nesta, que gostosamente transcrevemos:

*Ilustríssimo Fidalgo
Ferros Ponce de Leão,
Saiba que sou seu amigo.
Do centro do coração.*

*A minha pouca assistência
Não faz perder um ceitil
À amizade que lhe tenho
Nem que me dêem dias mil.*

*Para causar saudades
A tão Alta Personagem
Não tenho merecimentos
Por atractivos nem linhagem.*

*O meu génio calado
(Não por gosto), natural,
A todos melancoliza
Em particular e geral.*

*Eis o motivo porque
Eu não tenho aparecido
Na amável companhia
Em casa do meu amigo.*

*Sou triste, sou melancólico,
A todos causo fastio;
Para nada tenho préstimo,
A mim mesmo me odío.*

*Por tanto vou para o alto
Ver correr o ventilante,
Ver no campo as belas ninfas,
Ver no mar o navegante.*

*Tudo isto me interessa
Não é só por um motivo,
Pois um me faz abundante
Outro menos pensativo.*

.....

*Enquanto à ida ao Mar
Se lhe custa é Verdade,
Bem se diz que o que se faz
No mundo tudo se sabe.*

*De visitar o Lacerda (4)
Vontade hoje em mim sinto,
Com toda a sua família,
D. Ana e Franc.º Pinto.*

*Diz que quer acompanhar-me,
Do que estou abismado!
Faz-me muito grande honra
Levar-me por seu criado.*

*Se quiser isto assim,
Então queira-me avisar,
Por que eu depois de dar aula,
Só tiro tempo para almoçar.*

*A respeito das Estampas
Resposta não posso dar
Fique isso para outro dia
De mais descanso e vagar.*

*Pois tem tantos atributos
Encantos, tanta beleza
Que parece só foi pródiga
Com elas a Natureza.*

.....

*A Deus meu Caro Amigo
Perdoe a minha ousadia
De responder neste estilo;
Pois a sua assim pedia.*

*Pego meus cumprimentos
Para a Sr.^a D. Maria,
Para seu Ilustre Mano (s),
E para Vossa Senhoria.*

*Do quem sou humilde servo,
Pois um tal Senhor anima,
A servi-lo com todo o gosto
Joaquim Dias Ribeiro Lima.*

*Forjães, Casa da Quinta,
De Setembro vinte e cinco
Do ano que vai correndo
Oit'centos quarenta e cinco.*

IV

P.º ANTÓNIO JOSÉ LEITÃO

«O PEDREIRA»

Não fazem mal as musas aos padres, já dizia o Dr. António Ferreira, referindo-se aos doutores.

O P.º Pedreira, como vulgarmente era conhecido, natural da freguesia de Minhotães, do concelho de Barcelos, viveu também em meados do século XIX.

Escreveu muitos versos; nós porém só podemos obter os que se seguem.

Os primeiros são uma petição que ele fez ao seu colega de Macieira de Rates pedindo missas.

*Diz António da Pedreira,
Assistente em Minhotães,
Que por avós, pais e mães
Herdou muita lazeira,
Com obediência inteira
Na vossa dextra se vê
E pede a Vossa Mercê
Lhe remeteis devoções
Para novas provisões
E receberá Mercês.*

Ditas as missas, nova mensagem ao colega, pedindo-lhe o dinheiro:

*Reverendo de Macieira
O Senhor vos dê saúde
Pela sublime virtude
Com que animais o Pedreira.
É tal a minha lazeira
Que não paguei ao vendeiro
O dizimo todo inteiro,
Sendo pronto em comê-lo;
Tenho muito desmazêlo
Porque não tenho dinheiro,
Mas se vierem magros cobres
Acudir a um triste réu
Deus vos há-de dar o céu.
Bem fazeis, Oh! Pai dos pobres.*

Os padres a certa altura da missa costumam limpar o corporal com a patena, raspando. Um colega do P.^e Pedreira escrupuloso em excesso rapava muito com a patena o corporal, ao que ele lhe fez os seguintes versos:

*No tremendo sacrifício
Tudo vai segundo a arte,
Encostando a esquerda parte
Nos corporais tantos rapas.
Maldito, não rapas mais!
Olha que são corporais,
Não são tigelas de papas.*

A um sobrinho e afilhado que o visitava frequentes vezes fez-lhe a seguinte décima:

*Meu proveitoso afilhado
Tu és muito meu amigo
Porque vens comer comigo
Quanto eu tenho ganhado.
Muito melhor a mim fôra
Que cá viesses menos vezes;
Vem cá pois só d'ano a ano
Ou de seis em seis meses,
Porque me causas mais dano
Do que se fossem franceses.*

V

BERNARDINO LOPES

Em meados do século XIX viveu na freguesia de Macieira, no concelho de Barcelos, um destes poetas repentistas e populares, cantador de romarias e festas de aldeia, que se tornou notável.

Vamos copiar algumas das suas cantigas, transmitidas pelos velhos que assistiram a alguns prélios entre ele e outros não menos célebres cantadores e cantadeiras daquele tempo.

Para melhor entendimento das suas produções daremos algumas notas elucidativas que acompanharão as várias poesias.

Bernardino Lopes era vulgarmente conhecido por Bernardino Leça e morava no lugar do rio, da sua freguesia.

Era feio de feições e andava geralmente mal enroupado.

Nos seus desafios era por vezes violento para com os seus contendores, que diga-se de passagem o não tratavam melhor, usando de uma linguagem muito livre, que o público não estranhava e ria.

Em uma romaria das Necessidades, em Barqueiros, era ele ainda moço, não se tendo estreado, mas sentindo porém já a veia poética, assistia a um desafio entre uma cantadeira de fama e vários cantadores,

galos pimpões, que ela ia pondo de parte e calando com as suas cantigas e remoques.

A certa altura Bernardino Leça toma ânimo e sai a terreiro:

*Com licença entra o pinto
Seu papinho quer encher,
Onde estão galos de crista
Que vem o pinto cá fazer!*

Ela:

*Quem me dera aqui papel
E tinta para escrever,
Queria ver o bacharel
O que aqui vem fazer!*

.....

Depois continua ele com suas cantigas respondendo às dela, que não podemos arquivar, mas que em parte se presume o seu sentido.

*Perguntas-me quem eu sou?
Sou o Bernardino Leça,
Sou grosseiro de feições,
Sou d'licado na conversa.*

.....

*Sou o Bernardino Leça,
Sou o Bernardino do Rio,
Tu tens a cara ao pintar
P'ra a carranca d'um navio.*

.....

Era às vezes satírico. A uma cantadeira que lhe pedia uma saia, ele canta:

*Tu queres que eu te dê uma saia
Mas eu dou-te um vestido inteiro
Dout'o com três varas de pano,
Metendo-lhe dentro um colmeiro.*

Não havia esfolhada ou espadelada, casamento de lavrador ou anos de Morgado de casa abastada que o Bernardino Leça não fosse. Cantava, batia-se com os mais afamados cantadores e cantadeiras que ali também vinham de longe e voltava a casa bem comido e bem bebido e com o bolso cheio de *pintos*.

Em um casamento cantava ele quando a noiva saía de casa dos pais a chorar ficando as irmãs também a chorar.

*Clementina vai-se embora
Deixa a casa de seu Pai
Ela bem boa casa deixa
Mas p'ra melhor casa vai.*

*Tais coisas vejo no mundo
Que não posso construir
Umas choram por que vão
Outras choram por não ir.*

Um dia vinha ele de regresso de uma romaria pela manhã cedo com a *ronda* a cantar e encontrou um pescador junto às margens de um rio.

Canta ele então:

*Quando Deus criou o mundo
Criou os peixes do rio
Também criou estes asnos
P'ra andar por aqui ao frio.*

Em uma espadelada de noite chega-se ao pé do Bernardino um mascarado, mete-lhe um pinto na mão e pede-lhe para dar um aviso a certa pessoa que estava presente sem dizer quem é e sem que os outros percebam.

*Menina entre as meninas,
Eu não sei qual delas é,
Manda dizer não sei quem
Que fosse não sei onde é.*

.....

*Daqui onde estou, bem vejo
O que vós estais fazendo,
Mas eu faço que não vejo...
É mundo, vamos vivendo.*

.....

Bernardino Leça não foi feliz com o seu casamento, dava-se mal com sua mulher e até parece que se separaram. Um dia vai a uma espadelada e uma das espadeladeiras era a sua mulher.

De entrada ele tinha de cumprimentar todas as espadeladeiras e quando chegou a vez de sua mulher, cantou:

*Era d'uma vez um homem
Casado com uma mulher,
Zangaram-se no contrato
Cada qual faz o que quer,
O barrete é para quem serve
Entenda-me quem quiser.*

Um dia em que um cantador se referiu à infedilidade da mulher ele respondeu:

*A respeito de mulheres
Calemo-nos ambos dois
Se a minha fugiu primeiro
A tua fugiu ao depois.*

VI

ABUNDIO DA SILVA

O Dr. Manuel Isáias Abundio da Silva, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1900 e era natural de Viana do Castelo.

Abriu banca de advogado em Viana do Castelo e durante algum tempo em Barcelos, onde vinha em certos dias da semana.

Escreveu vários livros — «Cartas ao Sr. Abade», etc.

Casou com D. Lúcia... sobrinha do P.^e João Pereira Gomes Rosa, reitor da freguesia das Carvalhas e apreciado escritor.

Veio algumas vezes às Carvalhas e em uma dessas passou o Natal de 1901 na Residência daquela freguesia. Escreveu nessa ocasião a poesia que vai copiada do original:

«AO MEU REV.^{do} TIO, O P.^e JOÃO ROSA»

*Dia sagrado que é o do Natal!
Na residência do sôr abade
Reina a alegria, fraternidade
Que neste mundo nada mais val!*

*Eis vem de longe, lá de tão longe
Para abraçar o bom reitor
(Que no presbitério, quasi qual monge
Vive sozinho), o sôr doutor.*

*Jovem sobrinha, mais um irmão!
Doce folguedo que aviva a alma
Que dá ao esp'rito monção e calma
Que alegra a todos o coração.*

*Senhor abade! Senhor abade!
Festa de todos, dos pobrezinhos
E dos que vive entre os arminhos;
Festa de todos... e da Saudade!*

*Vamos seguindo da vida a via
Cantando sempre, louvores a Deus,
Aquele brado de um novo dia:
Gloria in excelsis! Glória aos Céus!*

*Mas lá no vale... pobre tugúrio
D'uma velhinha recolhe os ais!
Senhor abade, nesse murmúrio
Da vossa vida vos pede mais.*

*Que umas palavras de doce unção!
Pede que agora do Deus nascido,
Abade corras, estremecido,
Para lhe dar santo perdão!*

*Senhor abade, senhor reitor,
Vai caminhando vereda além...
Deixou parentes, anjo do Bem,
Só uma pobre viu em redor.*

*Nessa noite deixou os seus
E caminhando por matagais
Foi dessa pobre colher os ais
Em boas festas abrir-lhe os céus!*

Improviso 25 dez. 1901

Para se entender a poesia: o Dr. Abundio tinha vindo consoar com sua mulher e sogro, Domingos Pereira Gomes Rosa (sobrinha e irmão do Reitor) à residência das Carvalhas e, quando estavam em plena festa, o P.^e João foi chamado para confessar uma sua paroquiana em perigo de vida.

Contos e Lendas do Minho

NO REGRESSO DE ALCÁCER QUIBIR

Os raios oblíquos do sol, declinando no ocaso por cima de um mar de prata, punham no firmamento tons de púrpura e oiro; eram como as colgaduras que ficam após a passagem de um cortejo real.

Sua Majestade o sol, terminada a sua marcha triunfal na terra, escondia-se ao longe na imensidade oceânica.

No vasto salão da Casa do Rego, em Esposende, ao lusco-fusco dessa tarde de Setembro, em frente da larga janela rasgada ao nascente, uma velha dona, sentada em cadeira de alto espaldar, alongava a vista, um tanto já cansada pela idade, até um ponto distante, onde terminava a verde campina dos milheirais, que da povoação se estendia até ao mais próximo outeiro.

E a sua atenção fixava-se de preferência nas saibreiras que se destacavam lá no verde-escuro dos pinhais onde passava a estrada real de Barcelos a Esposende.

Junto da velhinha, sentada em banco raso, estava outra dona mais nova do que ela.

Impaciente levantava-se repetidas vezes porque o peitoril da janela lhe interceptava a vista daquele ponto, tão atentamente perscrutado, e, em constantes passeios do banco à janela, acalmava um pouco os nervos excitados por tão longos momentos de ansiedade, não deixando contudo as duas de conversar e suspirar.

D. Albina de Barros da Costa casada com Domingos Teixeira Tinoco, 2.º administrador da Capela dos Reis Magos na Colegiada de Barcelos, viera com o marido, da casa do Perdigão, na freguesia das Carvalhas, acompanhar sua mãe, aquela doce velhinha, D. Filipa Cardoso, logo que soube da infausta morte, nas margens do Lucus, de seu irmão Gregório de Barros e do próximo regresso de seu pai Gaspar de Barros da Costa, o esforçado cavaleiro de Alcácer Quibir.

Meses antes tinham assistido à partida daqueles dois guerreiros que, tão cheios de entusiasmo, iam juntar-se às tropas do Duque D. João, que por cartas os tinha convidado para a infortunada jornada de África.

Dos dois voltava agora apenas um; o outro ficaria para sempre enterrado nos adustos areais africanos, humedecidos pelo mais generoso sangue português.

A saudosa lembrança daquela despedida, a pungente notícia da morte do bravo rapaz e a volta do velho e alquebrado cavaleiro era o assunto constante da prática das duas mulheres.

Dias antes D. Filipa recebera carta do Duque, desanojando-a da morte de seu heróico filho e participando-lhe o regresso a casa naquele dia de seu marido, o valoroso amigo e fiel companheiro do jovem Duque D. Teodósio.

Ao limiar da noite, porém, as suas vistas, já cansa-

das de seguirem sempre o mesmo rumo, conseguiram por fim divisar ao longe, na volta da estrada, um tropel de gente a cavalo e a pé.

A velha, trémula, levanta-se para a janela, que dava para o terreiro fronteiro à Igreja Matriz, mas a filha mais ágil antecipa-se-lhe e, debruçada no balcão, comunica a boa nova a um grupo de homens que, sentados no banco de pedra, junto à porta, também esperavam e conversavam.

Eram eles Marcos de Barros, o Dr. Pedro de Barros, que de sua casa de Tibães tinha vindo assistir a sua mãe e aguardar a chegada de seu saudoso pai, os cunhados deste, o sobredito Domingos Teixeira Tinoco, Belchior Vaz Pereira e mais alguns amigos e parentes ali reunidos para o mesmo fim.

Alvoroados levantam-se ao receber a esperada notícia e dirigem-se em sentido contrário à casa, para a rua, ao encontro da avistada cavalgada.

Abrços, sorrisos e lágrimas foram as primeiras manifestações daqueles corações amigos, tão estreitamente ligados.

Após breves palavras encaminham-se todos para casa, onde eram tão ansiosamente esperados.

Por entre filas de povo, que à pressa se foi ajuntando desde a entrada na antiga povoação, e recente vila, marchava à frente o velho, na sua armadura reluzente, montado em cavalo coberto de suor e pó dos caminhos, com aspecto triste e carregado, qual a figura do antigo Portugal que acabava de sofrer a mais tremenda derrota.

*
* *

Alguns anos se passaram e por aquela mesma porta, onde tinha dado entrada tão nobre Companhia, saíam duas alas de padres, com as suas sobrepelizes alvinitentes, em direcção à Igreja Matriz, que ficava frenteira, e atrás um ataúde, rodeado de pessoas com luto e aspecto consternado.

O velho guerreiro de África, Gaspar de Barros da Costa, Almoхарife da Alfândega de Esposende e Capitão-mor daquela vila, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, etc., ia a enterrar, na sua sepultura privativa, em campa rasa, com armas esculpidas, na Capela-mor daquela Igreja.

Assim desaparecia do mundo uma figura notável de guerreiro daqueles tempos!

COSTUMES ANTIGOS

Era uma linda e fria manhã de Janeiro.

O sol que acabava de despontar mal derretia o branco lençol da geada que cobria a fértil veiga de Viatodos.

Naquele deslumbramento de alvura, espelhada pelos raios do sol, começavam a aparecer manchas escuras e moventes na campina em determinada direcção.

Vários ranchos de camponesas, em seus trajes domingueiros, por caminhos e carreiros, dirigiam-se para a encosta do outeiro onde se via a pequena Igreja de S. Pedro do Monte de Fralães e entre eles notava-se, principalmente, nos que vinham da aldeia de Camposinho, freguesia de Viatodos, mulheres com gigos à cabeça, cobertos com alvas toalhas de linho.

Era dia de festa naquele povo; festa da natureza e festa dos homens.

Celebrava-se todos os anos nesse dia um acto solene e tradicional para os moradores da Honra de Fralães: a eleição ou nomeação do Juiz e mais autoridades que lhes deviam ministrar justiça.

Acabada a missa e reunido o povo, dirigia-se este para o solar da nobre família dos Correias de Fralães, senhores de tempos imemoriais daquela Honra.

Ao nascente da Igreja e junto ao seu Adro erguiam-se umas nobres e apalaçadas casas que, no dizer do Padre Carvalho na sua «Corografia Portuguesa», era um dos edifícios maiores deste reino.

Ouçamos o que ele diz no citado livro, volume I, páginas 294: «Tem estes Senhores aqui a maior casa das antigas de quantas vi em Portugal e Galiza, com torres e grandes salas, muitas fontes curiosas, jardins e hortas dilatados pomares de toda a fruta ordinaria e de espinho e uma grande mata de carvalhos e castanheiros, cousa magnifica».

Com vários cargos e dignidades andava esta Honra na família desde tempos anteriores aos princípios da monarquia.

Vinda do Castelo, do alto do monte da Saia, cujo nome dizem deriva do romano Elio Saio, onde se tinha firmado e resistido aos ataques e correrias dos mouros, quando estes calcaram as formosas terras de Espanha, aqui se estabelecera.

Dela tinham saído os mais notáveis reconquistadores da península:

D. Paio Ramires, seu progenitor D. Paio Soares Correia, que se achou na tomada de Sevilha, e D. Paio Correia, Mestre de Santiago, «o Josué Português», que mandara parar o sol para acabar uma batalha, pertenciam a esta ilustre família.

Na época em que estamos era senhor da Honra de Fralães, que se compunha das freguesias de S. Pedro do Monte e da de Santa Maria de Viatodos, Diogo Correia, preclaro seguidor das virtudes de seus maiores, casado com D. Isabel Pinheiro, filha do Alcaide-Mor de Barcelos Álvaro Pinheiro Lobo e de sua mulher D. Joana de Lacerda.

O povo reunido no vasto terreiro que enfrentava

a casa, esperava atento o costumado sinal do mordomo para subir a larga escadaria, que dava acesso às grandes salas, de que falaria mais tarde o P.^e Carvalho.

Dado finalmente o almejado sinal, entra no salão com modos respeitosos e submissos.

Ao fundo, sentado em cadeira de alto espaldar, com sua opa roçagante de brocado, comprida espada pendente de talabarte prateado e gorra de veludo na cabeça, rodeado de sua família, Diogo Correia aguardava os seus súbditos.

Abancado em pequena mesa ao lado dele estava o Escrivão que de Barcelos vinha ali escrever *por distribuição*.

Terminadas as vénias e cortesias devidas a tão alto senhor, mandou este ao juiz ordinário e dos órfãos, que findava o seu cargo, arrumar a vara que tinha na mão, à parede e proceder em seguida à nomeação ou eleição do novo juiz, que devia servir naquele ano.

Era geralmente escolhido um *homem bom* daquela Honra e o povo acolhia com agrado essa nomeação, pois se não ficava a ser julgado por um letrado saído das sábias Universidades daqueles tempos, encontrava quase sempre no seu juiz um homem de sã consciência e um seu igual.

Seguia-se a nomeação dos vereadores e mais oficiais que tinham de servir com aquele magistrado.

Desta maneira se fazia aquela eleição ou nomeação sem as falcattruas e manigâncias das dos tempos actuais.

Saído o povo ao terreiro comia ali as *fogaças* que as mulheres de Camposino traziam em seus gigos e bebia o vinho que o senhor lhes dava.

E era assim que terminava o acto eleitoral na Honra de Fralães; o carneiro com batatas, que nestas ocasiões se usa, foi invento muito posterior.

DO CASTELO AO PRESBITÉRIO

Ao fundo do amplo terreiro, que se estende ante a Igreja Paroquial de Santa Ovaya de Rio Covo, ensombrado por grossíssimos castanheiros, que tornavam aquele sítio tão ameno, onde piedosos romeiros vinham orar à milagrosa imagem de Nossa Senhora das Águas Santas e tomar banho nos toscos tanques de tijolo, que naquele sítio existiam, os quais mais tarde, passados séculos, seriam destruídos por ordem de um seu abade (6), negrejava uma velha construção que servia de residência paroquial.

Ainda nessa época, grande e espaçosa, fora em tempos idos habitação dos Comendadores e freires da mui poderosa Ordem dos Tempreiros ou Templários.

Extinta a Ordem, passou Santa Ovaya a comenda de Cristo e parte desse velho casario foi adequado a residência Paroquial.

Por uma manhã de verão, junto à escada que dava acesso à sala principal, quedava uma nédia e possante mula, ajaezada para longa viagem.

Pela qualidade da montada poder-se-ia avaliar a da pessoa que era aguardada.

Assentado no poial, junto ao muro, estava um velho labrego de figura magra e angulosa e de aspecto rude;

era o *sargente* de sua mercê, o mui poderoso e respeitável abade de Santa Ovaya de Rio Covo, pronto a acompanhar seu amo e senhor na projectada viagem, que devia ser iniciada ao nascer do sol, finda a missa.

Da sonolência em que estava emergido foi despertado de repente pelo ruído dos ferrugentos ferrolhos de uma porta que se abria no pátio sobranceiro.

Descerrando os olhos, que a custo podia abrir por causa dos raios do sol, que acabava de despontar, para os lados de Sequiade, nas alturas do Monte de Airó, viu aparecer no patamar a figura nobre e ainda viril de seu amo.

E pela mente rude daquele aldeão perpassou então uma cena que presenciara no Castelo de Faria, onde fora um dos seus homens de armas.

Via o Castelo cercado pelos castelhanos, um grupo de soldados inimigos enfurecidos contra um velho, que matavam às machadadas e lançadas, junto dos muros; via seu amo, agora ali presente, no alto de uma das torres a bracejar e a arrepelar-se, chegando até ele lá do alto os gritos inarticulados do desespero impotente e ouvia cá em baixo a voz serena e ainda forte do bom velho que até morrer não cessou de recomendar ao filho amor e lealdade ao seu rei e à sua pátria.

Rápida foi, como um sonho, a reconstituição daquela cena, pois seu amo, descendo a escada, com voz trovejante e imperiosa o apelidava.

Gonçalo Nunes de Faria, valoroso defensor do Castelo de Faria, Senhor de Azurara, Pindelo e Fão, por mercê de el-rei D. João I, e abade de Santa Ovaya de Rio Covo, etc., estava prestes a montar para ir visitar sua irmã Tereja Afonso, casada na Póvoa de Varzim com Estêvão Lourenço Gayo e na volta passaria na vila de Faria pela casa que herdara de seus

pais e cedera a seu irmão, o esforçado cavaleiro de Aljubarrota, Álvaro de Faria, com quem conversaria algumas horas.

Após a defesa heróica daquele Castelo, e entregue ao seu legítimo rei, como lhe tinha recomendado seu pai, Gonçalo Nunes renunciou aos bens herdados e ordenou-se de clérigo, escolhendo para galardão dos seus feitos a abadia de Santa Ovaya de Rio Covo.

Era esta freguesia uma das mais antigas e mais rendosas abadias daquele tempo.

Outra coisa não podia ser pois Gonçalo Nunes, depois do feito heróico que praticou e da alta importância social que teve, escolhendo a vida eclesiástica seria monge ou ermitão, ou havia de ascender aos lucrativos e honrosos cargos que lhe dava jus o seu passado.

A mediania de broa e couves galegas grangeadas no passal de uma abadia sertaneja, não era compatível com a altivez e grandeza do seu ânimo.

No poderoso abade de Santa Ovaya de Rio Covo, descendo as escadas da sua residência, via-se ainda o porte altivo do antigo cavaleiro e o sol oriental batendo em chapa no seu corpo alto e desempenado projectava na relva do adro a sua sombra enorme, gigantesca...

Assim o seu vulto homérico, lendário seria estampado no *écran* da história.

CRIMES SOCIAIS

O lugar do Cartaxinho, perto de Condeixa-a-Velha, ficou tristemente memorável na história pelo facto que aí se deu na manhã de 18 de Março de 1828.

Pelas nove horas desse dia seguia pela estrada de Coimbra a Lisboa uma caravana de gente a pé, a cavalo e em liteiras; era a deputação dos lentes, cônegos e demais pessoas gradas do partido absolutista de Coimbra, que ia a Lisboa cumprimentar D. Manuel I por ter faltado aos seus sagrados compromissos e à sua fé jurada.

Levava, segredava-se, uma lista dos nomes mais em evidência do partido liberal daquela cidade, para os oferecer em holocausto à sagrada Majestade de El-rei Absoluto.

Ia já descuidada e livre das apreensões de represálias dos seus adversários políticos, quando ao passar por aquele lugar foi cercada por um bando de rapazes dos seus 18 a 25 anos, de rosto coberto que, agarrando e prendendo a árvores os criados e demais pessoas que seguiam essa deputação, arrombaram as malas em cata da decantada lista de condenados e levaram para lugar um pouco distante o Dr. Mateus de Sousa Coutinho, lente de cânones, de 80 anos de

idade, sobre quem dispararam três tiros e acabaram de matar a punhaladas; o Dr. Jerónimo Joaquim de Figueiredo, lente de medicina, que assassinaram com uma bala na cabeça; António de Brito, deão da Sé de Coimbra, que mataram também a tiro e facadas; o Cónego Pedro Falcão Costa e Menezes, que recebeu quarenta punhaladas, sendo também arcabuzado, bem como dois seus sobrinhos, ainda crianças, que o acompanhavam.

Aquela espantosa sangueira, que tornou tão tristemente célebre o lugar do Cartaxinho, foi praticado por imberbes rapazes, vítimas do meio em que tiveram a infelicidade de viver, com os seus corações cerrados à piedade e os seus cérebros obscurecidos pelas paixões políticas.

Lavrava em Portugal uma campanha de ódios e malquerenças: desencadeava-se a luta fratricida!

Quando se dá o choque de dois princípios antagónicos o homem torna-se verdadeira fera.

Aos assassinatos, aos sequestros e prisões perpetradas pelos realistas, respondiam do campo liberal também com actos condenáveis como este.

Descobertos pelos gritos de uma mulher, que, pávida de susto e horror, presenciara tudo de uma eminência ao terreno circunjacente, são logo presos nove dos assassinos e mais tarde dois.

Conduzidos a Coimbra e dali a Lisboa, são poucos dias depois enforcados no Terreiro do Trigo, e assim foi castigado um crime com outro crime!

O que o leitor talvez não saiba é que um dos supliciados no Terreiro do Trigo era natural de Barcelos.

Chamava-se Delfim António de Miranda e Matos e era filho do Dr. Manuel de Miranda Maciel, neto

materno de Domingos de Sousa e de Maria Josefa de Matos, descendente por esta linha de uns honrados lavradores da freguesia de Vila Cova, deste coelho.

Pertencendo ao clube dos *divodignos* em Coimbra foi um dos executores da sentença proferida por esta associação contra aquela deputação.

Pobre vítima da sociedade em que viveu e das ideias do tempo!

PROEZAS DE UM FIDALGO

Ao sul da Igreja Paroquial de Mazarefes, ergue-se um casarão ameiado, separado do adro por um espaçoso terreiro, ladeado por altos muros e fechado por portão em estilo clássico: era a residência do Morgado de Mazarefes, um dos senhorios mais importantes do Minho, pois a ele se tinham unido várias casas e coutos.

Disfrutava-o nos fins do século XVI Rui Pereira, filho do Dr. Gaspar Pereira, Desembargador da Suplicação e instituidor daquele vínculo.

Foi Rui Pereira um homem ilustrado e muito viajado, indo por três vezes à Índia, uma delas a pé, escrevendo um roteiro dessa viagem, mas de génio despótico e violento.

O súbdito ou caseiro que não cumprisse com o que ele julgasse seus deveres, que das terras dos seus coutos não lhe pagasse os quartos de frutos, madeiras e mato, que levantasse casa de sobrado ou fizesse lagar sem sua licença, que não viesse pisar as uvas a sua casa, etc., podia contar com uma tremenda represália, a qual começava por prisão e cárcere privado na mais escura e lóbrega loja do velho solar.

«Teve muitos crimes de que seus grandes serviços lhe adquiriram perdão» — diz o P.^e Carvalho na sua *Corografia Portuguesa*, vol. I, pág. 117.

Vamos narrar um desses, para o qual conseguiu mais tarde, se não o perdão costumado, pelo menos o esquecimento.

Pelas 9 horas da noite do dia 5 de Agosto de 1590 saíam do portal da casa de Mazarefes vultos de homens embuçados.

Debaixo dos seus rebuços reluziam os metais das armas daquele tempo.

Não se podia contar bem o seu número, por causa da escuridão da noite, mas deviam orçar por uns oito ou dez.

Não obstante o adro àquela hora estar deserto e silencioso, intuitiva e cautelosamente olhavam para todos os lados, antes de tomarem o caminho em direcção de sudoeste.

Se os seguissemos, veríamos que eles só pararam à distância de dois quilómetros, em sítio ermo e feio onde alvejava a casa que fora de Jerónimo de Alpuim, já conhecida nesse tempo pelo pomposo nome de Paço de Vila-Fria, por nela se ter acolhido D. António, Prior do Crato, quando andou foragido pelo Minho.

Era habitada nessa noite apenas por D. Belizenda da Silva, viúva, sua filha D. Isabel, um rapazito de 13 anos e poucos criados.

Soavam 10 horas no relógio da sala quando aquele bando de malfeitores, cercada a casa, bateram às portas, intimando que estas se abrissem em nome, diziam eles, da Justiça.

Acordando estremunhados os de dentro, reconhecendo a cilada e sabendo de quem partia pelas prévias ameaças instigadas pelas intrigas de uma das muitas

amantes do de Mazarefes, gritaram e resistiram enquanto puderam.

Em breve, porém, com os machados de que vinham munidos os sitiante arrombaram as portas, invadiram a casa, prenderam e espancaram os criados, a viúva e a filha, pretendendo forçar esta e, porque gritasse, cortaram-lhe o nariz.

Acudiu por fim a vizinhança e os facínoras fugiram.

Tomando conhecimento a Justiça de Barcelos abriu devassa e saíram culpados Rui Pereira, seu primo Jácomo Pereira, Francisco da Rocha Cardoso, os criados e apaniguados destes, e Pedro Vilela, criado de Nuno Álvares Pereira, irmão de Rui Pereira e mais tarde seu sucessor no Morgadio e Couto.

Por sentença de 12 de Dezembro daquele ano foram condenados os réus plebeus a morrerem na forca e os nobres a serem decapitados.

Aos fidalgos, valeu-lhes fugirem, para não ser cumprida a pena.

Rui Pereira foi levado *em estátua* ao pelourinho de Barcelos e da sua casa de Mazarefes foram mandadas apear as ameias.

Foi então que ele, fugindo, empreendeu a sua viagem à Índia e da qual escreveu aquele diário.

Chegando lá, acolhendo-se à protecção de seus amigos e parentes da governança daquele Estado, conseguiu ser nomeado capitão Mombaça.

Quando porém, passados anos, voltava ao reino, como Capitão-mor da nau *Salvação*, naufragou no Cabo da Boa Esperança, onde morreu às mãos dos cafres.

D. Belizenda da Silva viveu ainda muitos anos, apesar da sova que levou naquela malfadada noite,

e D. Isabel, a *desnarigada*, casou, não obstante isso, com Francisco de Sousa e Menezes.

Tudo acabou o melhor possível, menos os pobres plebeus, comparsas naquela tétrica cena, que morreram *de morte natural* na forca!

Quem os mandou também, sendo o que eram, meterem-se em questões entre fidalgos!

PELO MUNDO MONÁSTICO

Vamos sacudir do pó dos velhos alfarrábios as figuras de dois insignes e veneráveis frades, contemporâneos um do outro e nascidos na mesma freguesia.

São eles Fr. João de Santa Eulália de Rio Covo, da mui seráfica Ordem do Nosso Padre S. Francisco e Fr. João Baptista da Silva, douto e sapientíssimo beneditino.

O primeiro, cuja filiação se ignora, natural da freguesia que lhe deu o nome, foi um distintíssimo aluno de Fr. José de Fora, que era um dos lumiares da Ordem.

Não se sabe também quando e onde professou, mas, pelo andar dos tempos, o seu saber e as suas virtudes ascenderam-no às mais altas dignidades: assim nos diz «A Crónica da Província da Soledade».

No Capitulo Provincial, celebrado em 13 de Fevereiro de 1700, saiu Definidor pelo Minho Fr. João de Santa Eulália de Rio Covo, Ex-Leitor de Teologia e Qualificador do Santo Officio, o qual foi Visitador da Arrábida e, sendo Definidor habitual, foi presidente do 1.º Capitulo da Santa Província da Conceição deste reino de Portugal, por autoridade apostólica.

cisco da Silva Fonseca, senhor da Casa de Paços de Cima, de Santa Eulália de Rio-Covo, deu à luz no dia 24 de Junho de 1679 uma robusta criança do sexo masculino: era pouco mais ou menos a notícia que dariam os jornais se tivessem conhecimento de tal facto.

Tomou este menino na pia baptismal o nome de João Baptista e na Ordem a que depois pertenceu o de Fr. João Baptista da Silva.

Desde a infância mostrou, ou fizeram-lhe ter, tendências para a vida monástica.

Em 1 de Julho de 1694 tomou o hábito da Congregação Beneditina no convento de Tibães.

Um dia, rebuscando papéis velhos na gaveta de uma carunchosa cómoda, encontrei um assento, escrito em letra garrafal, referente a este reverendíssimo Frade, honra da casa em que nasceu e da Ordem em que floresceu.

Cita-se nele um livro que desconheço mas que deve ter existido.

Reza assim aquele assento:

«Segundo os *Elogios dos DD. Abades Benedictinos*, o Dr. D. Fr. João Bâtista da Silva foi o melhor estudante do seu tempo, merecendo ser creado Mestre, graduou-se em Doutor anos depois.

— Foi duas vezes Abade e duas vezes Geral de Ordem.

Recolheu-se ao mosteiro de Alpendurada, onde ainda viveu treze anos. Faleceu em 26 de outubro de 1765, com 86 anos de idade e 71 de Religião».

E não diz mais.

O Dr. Manuel José da Costa Felgueiras Gajo, no seu «Nobiliário», volume 31, letras — S. F. — Capí-

tulo — Silvas de Rio-Covo, também afirma que foi duas vezes Abade e duas vezes Geral da Ordem Beneditina.

Na galeria dos retratos dos Gerais da Ordem, existentes em Tibães, está ainda o deste insigne varão com o seguinte letreiro:

«O R^{mo} P. M. João Bâtista, N^{al} d'S. Eulália de Rio/Côvo. Eleito no ano d'1737. Seg.^a vez Geral ã d'1748. Jaz em Pendorada».

Não obstante as honras e aplausos que recebeu dos seus contemporâneos, nunca se esqueceu da casa onde nasceu.

Ilustrou-a pelo seu saber e virtudes e aumentou-a materialmente.

Mandou construir a parte dessa casa que está ao poente da varanda com duas salas, três quartos, dois para habitação e um para oratório.

Aqueles dois quartos que são pequeníssimos, cabendo pouco mais do que uma cama, tinham janelas quadradas, dando uma perfeita ideia das celas conventuais.

Em 1714 levantou ao sul do terreiro um majestoso portal ameiado, em estilo clássico.

Corre na tradição oral que, findo o exercício dos cargos para que tinha sido eleito na Ordem, tencionava vir passar em Paços os seus últimos dias e que foi para o Convento de Alpendurada por um desgosto de família, talvez um casamento de um seu colateral, feito pouco ao seu agrado, após o qual não mais voltou àquela casa, por dizia ele: *cheirar-lhe mal, cheirar-lhe a peixe*.

Qual a origem do mal cheiro que incomodava a pituitária de Sua Reverendíssima, não a sabemos.

Rescenderia esse fedor do casamento de sua sobrinha Senhorinha de Andrade Rego e Faria filha de sua irmã, Maria Bernardes da Fonseca e de seu cunhado Sebastião d'Andrade Rego e Faria, com João Pacheco Pereira, natural de Fão, terra à beira-mar, onde há peixe?

Ou proviria de um casamento de um filho de outra sua sobrinha, irmã daquela Senhorinha, Felícia Maria da Fonseca, o qual casou com uma judia?

Não sabemos nem esses maus cheiros queremos aspirar e... acabou-se a história destes dois ilustres e notáveis riocovenses.

HEROICIDADE DE UM HUMILDE SOLDADO

Por uma formosa tarde de Maio rodava na estrada de Vila do Conde a Famalicão uma modesta traqui-tana, tirada por dois magros cavalos; não *ia nas horas de estalar* porque as covas e regueiros no macadame imprimiam ao trem movimentos oscilatórios, incómodos para os viandantes, e a sua força motriz esgotava-se com tão contínuos e repetidos estorvos.

Torneando o monte da Serra, entrou na fértil veiga que se estende a leste, onde está situada a importante freguesia de S. Cristóvão de Rio Mau, daquele concelho.

Deixando à direita a estrada, seguiu o pequeno ramal que conduz ao largo, no fundo do qual se ergue, na sua majestade românica, a notável e histórica matriz daquela freguesia, e em frente ao adro parou a esfalfada parelha, que parecia não poder ir mais longe.

O cocheiro sonolentemente abandona as quase inúteis rédeas, encosta à boleia o serviçal chicote e, descendo, vai abrir a desengonçada portinhola da arcaica e desconjuntada viatura.

Salta então em terra um venerando sacerdote, baixo, forte, de cabeção vermelho, indicativo de qualquer dignidade eclesiástica, chapéu de coco de abas

largas e arqueadas, envolto em asseada sobrecasaca, cuja lapela ostentava um pequeno laço de cores ber-rantes, distintivo de qualquer condecoração militar: era o senhor abade de G. (7) cónego titular da Sé de Braga e capelão militar do Corpo Expedicionário Português a França na Grande Guerra.

Usufruindo uma situação preponderante no seu concelho e arcebispado, foi um dos que por sua livre vontade, sem soldo, desprezando os cómodos da vida paroquial, tinha seguido para os campos de batalha a avigorar a fé em Deus, o amor à pátria de tantos combatentes e a dispensar as últimas consolações aos moribundos, almas simples e crentes, que exalavam o último suspiro com um sorriso nos lábios.

Após tão grande sacrifício, o senhor abade de G... vinha a esta freguesia no desempenho de uma bem alta e simpática missão que a si impusera: a identificação de um soldado que obscura mas heroicamente tinha tombado nos campos da Flandres, abraçado à sua metralhadora, no cumprimento de um sublime dever.

Finda a guerra, nomeado para uma comissão de serviços de estatística e identificação dos mortos, encontrara este digno padre e grande português em um cemitério alemão um coval divisado por uma cruz de madeira, na qual se lia naquela língua o seguinte epitáfio:

«Jaz em Deus um valente soldado português que morreu combatendo pela sua pátria.»

Invulgares actos de valor e heroicidade tinham sido praticados, com certeza, por aquele *soldado des-*

conhecido, para o inimigo patentear de tal forma a sua admiração e prestar-lhe tão rara homenagem!

Iniciados os trabalhos no local, removida a terra daquela sepultura, aparece um cadáver de estatura alta, esguia, com rosto comprido, barba e cabelo castanho escuro, envolto na sua farda de *serrano*, sem distintivo ou qualquer indício, porém, que o identificasse.

Rebuscados os bolsos da sua fardeta, encontrou-se apenas uma carta com o seguinte endereço: «Manuel da Silva, soldado do C. E. P. — França».

Era uma carta de amor, a qual, junto àquele coração parado, suprema ironia da sorte, continha somente palavras de ternura e esperança, vindas de uma terra tão longe, donde ele partira cheio de saudades; e assinada por um simples nome — «Maria».

No envelope liam-se ainda vários carimbos do correio e entre eles um: «Vila do Conde».

O nosso abade guardou religiosamente em si e, quando voltou à pátria munido de tão vagas informações, tratou de esclarecer o assunto que tanto o interessava.

Foi a Vila do Conde e lá lhe indicaram várias freguesias, entre as quais a de Rio Mau, que mandaram soldados à guerra.

Começou por aqui; o pároco era da sua amizade; tinha sido condiscípulo nos bons tempos de Braga, a ele pois se dirigiu. É por isso que nesta radiosa tarde de primavera o vemos à porta do presbitério desta freguesia.

Anunciando-se entrou à saleta e, depois de expansões de amigos, que à muito se não encontravam, passou a expor o assunto que ali o trazia.

O anfitrião, suspenso uns momentos, disse por fim: Já sei de quem se trata; vamos a casa da pessoa que escreveu essa carta.

Seguindo por atalhos, marginando campos semeados de pouco, foram até uma casinha de humilde aparência que perto distava.

Chegados, falou-lhe uma velhinha, em seus trajes de trabalho, que os cumprimentou respeitosamente e chamou para dentro pela filha, rapariga forte e espaduada, que veio apressadamente cumprimentar os visitantes.

Depois de trocadas algumas palavras preliminares, perguntaram às duas mulheres se conheciam o Manuel da Silva.

A rapariga, passando-lhe por o rosto uma nuvem de tristeza, foi sentar-se muda na pedra da tosca escada que dava acesso à casa, e a velha, encostada à ombreira do portal, de mãos enroladas no avental, disse: conhecemos, sim senhores, conhecemos muito bem. O Manuel da Silva, o Manuel do Barroco, como também lhe chamavam, era de Barcelos, da freguesia de Santa Baia de Rio Covo. Veio para aqui servir e começou a *rentar* a minha filha.

Ela gostava também dele e foi sua *conversada* muito tempo. Quando *entrou às sortes* foi assentar praça em Barcelos e ali *deu a vida militar*. Voltando, dirigindo-se ao pároco de Rio Mau, tratavam de casar, como o senhor abade bem sabe, quando rebentou a guerra e ele, tendo passado para as metralhadoras, foi por essas terras de Cristo.

A princípio ainda escreveu, mas por fim deixou de o fazer e por isso *palpitame* que esteja morto.

Pois conformem-se com a vontade de Deus, disse o senhor abade de G..., morreu gloriosamente em

França e eu encontrei junto do seu cadáver esta carta que, vejo, pertence àquela menina... e lançou-lhe no regaço.

Ela agarrando-a, levantou para o piedoso mensageiro o formoso rosto e dos olhos começaram a correr grossas bagadas, que iam cair no colo a delir os mal seguros caracteres do triste despojo.

Foram estas as primeiras e talvez as únicas lágrimas que orvalharam a memória daquele tão grande como obscuro herói; não tinha no mundo outra pessoa que por ele chorasse.

UMA REVOLUÇÃO... GEOGRÁFICA

«Ouue huum rrey em Leon a que chamarom rrey Ramiro o segundo, e porque lhe chamarom segundo foy porque ouue li outro rrey Ramiro que foy ant'elle: e outro ouue li rrey Ramiro o terceiro.»

Port. Mon. Hist.

Livro de Linhagem.

O rei Ramiro II de Leão era descendente de D. Afonso «O Católico» e, não obstante ser casado com a rainha D. Urraca, tanto se enamorou da princesa moura Zara, irmã de Alboazar Alboçadam, senhor de toda a terra de Gaia até Santarém, que este a pediu em casamento.

O mouro, mais honesto que o cristão, negou-lha, dizendo que, sendo ele casado à face da Igreja, não podia ter duas mulheres legítimas ao mesmo tempo.

O rei retorquiou-lhe que era certo ser casado e com filhos, mas sua mulher era tão sua próxima parente que o Papa facilmente anularia o casamento e ele ficaria apto para contrair outro.

Alboazar não se deixou porém convencer e recusou formalmente o seu consentimento.

«Amor contrariado, amor dobrado», como se costuma dizer, e por isso o rei Ramiro marchou disfarçadamente para Gaia e, por artes do astrólogo Aamon, que o acompanhava, conseguiu raptar a formosa e apetecida moura e leva-la para Leão.

Chegando aí, se não casou logo, teve porém o cuidado, como bom cristão que era, de a baptizar, recebendo ela nessa ocasião o suave nome de Artiga.

Em real mancebia ou em casto casamento, como alguns querem, viveram os dois por muito tempo juntos e tiveram descendência.

Alboazar, afrontado pelo acto do rei cristão, sabendo que a rainha vivia em Minhor, abandonada por seu legítimo marido, embarcou para aquela terra, tomou-a de assalto e «filhou a rainha Dona Urraca e meteo nas naas com donas e donzellas que hi achou e da outra campanha muita, veose ao castello, de Gaia que era n'aquelle tempo de grandes edificios e nobres paaços».

Ramiro, quando lhe contaram o sucedido, «foy em tamanha tristeza que foy louco huuns doze dias».

Passada, porém, a crise e recuperada a razão, mandou aparelhar as galés, cobri-las de panos verdes, e, embarcando com alguns fidalgos e com seu filho D. Ordonho, navegou para o sul, entrou na foz do Douro e, encostado à margem revestida de verdura, chegou até perto de Gaia.

Ali, vestido disfarçadamente, saltou de noite em terra, recomendando aos seus companheiros que se conservassem sossegados nas galés, não saíssem a terra «ataa que ouvissem a voz do seu corno», e foi deitar-se no chão, junto a uma fonte, às portas daquele castelo.

De manhã cedo veio um *sargente* colher água à fonte para a rainha beber e ele, então, pedindo-lhe

água, lançou disfarçadamente dentro do *açeter* um camafeu que «auiá partido com sa molher a rrainha per metade».

Aconteceu que na véspera Alboazar tinha ido caçar para Alafões e a rainha, encontrando ao beber a prenda do seu primeiro noivado, intrigada, mandou vir à sua presença o portador.

Reconheceu-o imediatamente e perguntando-lhe ao que vinha ali.

— Por amor de ti — disse o rei.

— Por amor de mi, não, pois abandonaste-me por Artiga.

Seguiu-se uma discussão acalorada, como o leitor bem pode imaginar, quando a este tempo a rainha, pressentindo que vinha entrando no castelo o seu senhor, mandou recolher o rei em uma alcova e fechou-a por fora, à chave.

Entrando o mouro à sala a rainha denunciou-lhe a presença de seu marido.

Alboazar, irado, arranca o pávido hóspede do esconderijo que se vê veementemente acusado por sua mulher.

Este, fingindo-se arrependido, diz que viera cumprir uma condenação. Que o seu confessor lhe impusera a pena de morrer diante de suas vítimas, em um sítio alto, tocando o seu corno até cair exangue.

O mouro acredita ingenuamente, concorda nessa expiação e, levado o culpado a um «curral», começa o seu fingido suplício.

Ouvido nas galés o sinal convencionado, saltam em terra e tomam o castelo desprevenido.

Ramiro então «filhou sa molher, com sas donzelas e quanto anez achou e meteo nas galés».

Descendo o rio e navegando junto à costa para o

norte, chegam, passado a foz do Lima, a um sítio ameno, onde desembarcaram.

O rei, desfadando-se, sobe a um outeiro, que perto havia, e, arrastando até lá o pobre mouro, que levava prisioneiro, mata-o na presença da rainha; esse lugar ficou desde então a chamar-se Montedor, *monte da dor*.

Voltando ao navio e fazendo-se de vela, chegam a uma formosa enseada, na foz de um rio a que os romanos chamaram *Vico Spacorum*, quando vem dizer ao rei que sua mulher não cessava de chorar e lamentar-se.

Procurando-a, pergunta-lhe o rei, com um sorriso mau porque chorava.

Ela responde: «porque mataste aquele moiro que era melhor que ti».

«Elrrey mandoua anton amarrar a huuma mó e lançalla ao mar».

Desde essa ocasião aquele sítio chamou-se Foz d'Ancora.

Estes crimes deram origem à mudança dos nomes a estas duas terras; não sei se succedeu o mesmo com os outros muitos que este rei praticou.

Se assim foi devia no seu tempo ter-se dado uma revolução... geográfica na península e muito principalmente no reino de Leão, pois Ramiro II foi um grande rei, muitos disputam a sua ascendência, mas foi também um grande celerado.

NÚPCIAS DE UM MORIBUNDO

Em uma tarde de Outubro de 1803 várias pessoas de aspecto consternado, sentadas nos arquibancos da varanda da Casa do Perdigão, conversavam em voz baixa.

O assunto era a doença repentina do Morgado que, na pujança da vida, 32 anos apenas, forte e sadio, no regresso dos seus casais de S. Cláudio de Curvos, no dia antecedente, após uma leve refeição, o tinha prostrado no leito onde agonizava.

Divagando sobre o seu estado, as causas prováveis de tão inesperado mal e sobre o seu talvez breve desenlace.

De manhã viera o cirurgião que receitara e aplicara os remédios que naqueles tempos se usavam em todas as doenças: sangrias, sanguessugas e chá de umas misturas inconcebíveis.

Do quarto ao fundo da varanda ouvia-se de quando em quando os vagidos de uma criança, o baloiçar monótono de um berço e uma voz mulheril acalentando. Da porta desse quarto saía e entrava o vulto forte e espadaúdo de uma mulher ainda nova que, nos seus passeios constantes entre aquele aposento e a cozinha que ficava ao lado, repartia os seus cuidados pela criança, nascida de meses, sua filha, e os aprestos da ceia que se preparava na vasta lareira, onde ardia a fogueira cujos reflexos chegavam até à varanda.

Ana Joaquina de Vilas Boas, da freguesia de Pedra Furada, a criada de maior confiança do Morgado e em quem ele tinha gerado, segundo voz corrente, aquela filhinha, tratava do governo da casa, enquanto que ele acompanhado de um criado arvorado em enfermeiro agonizava no seu amplo leito de colunas no quarto segunda porta à entrada da varanda onde velavam os seus amigos.

Ao fundo desta perpassava, atravessando-a, a figura alta e esguia de uma outra mulher embrulhada no seu xale, deitando de passagem um olhar oblíquo de ódio à criada que saía do quarto e outro desconfiado às visitas que se mantinham nos seus poisos.

Era esta a irmã do doente, Jerónima Maria da Fonseca, acerca da qual corriam boatos de suspeita, que mais tarde se desvaneceram, de criminalidade naquela doença.

Abre-se nesta ocasião o portal fronho que fecha o eirado junto à casa e vê-se assomar à escada a figura alta e erecta de um venerando sacerdote envolto na sua sotaina preta.

O vigário das Carvalhas, José António da Silva Fonseca, vinha visitar o seu paroquiano e dispensar-lhe os socorros espirituais.

Nunca faltava ao seu dever em tais ocasiões.

Subido à varanda, cumprimenta com modos affectuosos e insinuantes aquela assembleia de seus fregueses e amigos, informando-se rapidamente do estado de saúde do dono da casa e encaminha-se para o quarto onde este jazia.

Fechada a porta ninguém soube o que lá dentro se passou; a isso se opunha o segredo profissional.

Decorrida meia hora volta o vigário à varanda com ar risonho e até um pouco malicioso, como tinha

por hábito, conversa uns instantes com cada um dos presentes e disfarçadamente faz-se encontrado com a criada, que saía do seu quarto com a criança nos braços, com quem troca algumas palavras em surdina. Dirige-se de novo para os aposentos do doente onde entra, depois de ter dito a Joaquim Carneiro de Sá Gran Magriço, das Carvalhas, João José Lopes da Silva, de Remelhe e André de Gouveia Mendanha Benevides, da vila de Barcelos, que o seu amigo e senhor Morgado deseja falar-lhes.

E sobre estes cerrou-se de novo a porta conservando-se assim durante outra meia hora.

Lavrava cá fora já a impaciência quando aparece outra vez à porta o pároco arvorado em contra-regra daquela inédita cena, e convida o público a entrar.

Eram sete horas da tarde e já escurecia.

Na ampla câmara vê-se deitado no leito o doente com cara de sofrimento e uns laivos de resignação; aos pés sorridentes os três amigos; à cabeceira aconchegando a roupa Ana Joaquina entrada a ocultas de todos por uma janela e ao lado o vigário a dizer-lhes que: «o Senhor Morgado, querendo regularizar a sua vida e reparar o mal feito, acabava de casar com a mãe de sua filha, dispensadas as formalidades que geralmente antecedem aquele acto — *ob bonum spirituale contrahentis et prolis legitimationem gravissimo periculo mortis iminentis*.

A futura 10.^a Morgada do Perdigão deitada atravessada na cama de seu pai, insensível a tudo, perneava e gritava desabaladamente; em todos os rostos se via estampada a satisfação, menos em um que, acudindo ao reboliço apareceu à porta do quarto: era a da irmã do noivo que, como o Teodórico Raposo da «Relíquia» de Eça de Queiroz, via por um canudo fugir o morgadio.

CASTIGO DE DEUS

Nas margens do Cávado, a jusante da Penida, havia uma quinta, fértil e de um pitoresco admirável.

O rio, apertado na Afurada, passando aquela estreita garganta, espraia-se e corre manso e sereno, lambendo as terras marginais.

Em uma das suas graciosas curvas estava essa quinta; na parte mais funda do vale, formava como uma arena cercada de um amplo anfiteatro, onde o casario das povoações se assentava nos socalcos dos montes vizinhos.

Nos seus campos, espaçados por filas de altos choupos, em que as vides se estendiam, produzindo o bom vinho de *enforcado*, amadureciam os melhores cereais, que enriqueciam o seu proprietário. Este era, na época em que estamos, um avarento e misantropo; vivia apartado de todo o convívio social, não sabendo conjugar o verbo dar na primeira pessoa de qualquer tempo.

Não tinha amigos e os seus parentes andavam afastados.

Tinha ele porém uma mania, todo o homem a tem e quem julga não a ter, tem duas, como diz um meu

alegre e conceituado vizinho; era essa mania a de coleccionar cães.

Possuía-os de todas as raças e de todos os feitios: para caça, único vício que, depois do da avareza, se lhe conhecia, para guarda de sua pessoa e bens e amestrados em escorraçar os pobres da porta.

Nunca dera uma esmola e um mendigo que enganado o procurasse, podia contar com meia dúzia de cães às canelas, açulados pelo malvado.

Após uma vida miserável succedeu-lhe o que succede a toda a gente: morreu.

A sua morte foi festejada algumas léguas em redor.

Acorreram os parentes, atraídos pelo bolo da herança, alguns curiosos, que os há sempre nestas ocasiões, e as autoridades.

Rebuscadas as gavetas e escaninhos em cata das riquezas, que eram muitas, no fundo de uma cómoda, entre dinheiro e roupas, foi encontrado um testamento cerrado.

Aberto e lido com as formalidades legais, continha uma disposição que a todos causou estranheza e espanto: instituiu por seus universais herdeiros os seus fiéis amigos, os cães.

Correu ligeira a nova, levantando-se um coro geral de exclamações e recriminações.

Os cães herdeiros de um homem tão rico e senhores de uma quinta tão linda!

A pobre raça canina, apeada dos altares das divindades dos povos orientais vivia em uma época de desconforto e miséria e a sua má sorte infelizmente tem-se prolongado pelas idades fora até ao presente.

É certo que há bem pouco tempo a injustiça dos homens para os pobres animais está sendo reparada por alguns filantropos, que estabelecem nos grandes

centros de civilização asilos e hospitais e mandam construir em cemitérios privativos mausoléus com epitáfios repassados de sentimento.

Nesta altura da civilização já se vai podendo ser cão, gato e até burro, com as regalias que estes estão adquirindo.

Ainda este ano, na livre Inglaterra se fez uma monstruosa Árvore do Natal para serem distribuídas por vários animais, desde o cão ao canário, finas refeições apropriadas.

Alguns depreciadores destas grandes obras humanitárias vem dizer que nesta mesma ocasião morreram por esse mundo fora não sei quantas pessoas de fome e de frio; pieguices com que se entretém sentimentalidades doentias.

O mundo marcha e o homem apesar de tudo isto há-de continuar a dedicar aos pobres animais os seus mais delicados sentimentos.

Foi nas margens do Cávado que desabrochou pela primeira vez esta flor da alma humana.

Aquele homem, que aqui viveu, deixou um confortável asilo aos queridos amigos.

Era vê-los gordos e anafados a rosnares pelos cantos da casa solarenga e os seus criados e tutores, ainda mais gordos e bem vestidos, a dispensar-lhes os seus melhores cuidados.

O povo porém é que nunca perdoou ao testador, mordendo-se de inveja dos herdeiros, e o que é certo é que os seus brados parece que chegaram ao céu.

Certo dia começou a soprar rijo um vento do sul e acumularam-se no ar grossas nuvens.

Choveu torrencialmente durante semanas, parecia que se abriam as cataratas celestiais, e o rio começou

a avolumar as suas águas e tanto cresceu e tanto subiu que invadiu a quinta e submergiu a casa.

Os seus proprietários, uns morreram afogados, outros fugiram, indo aumentar a legião dos cães vádios.

As velhas acocaradas por detrás dos penedos nos montes vizinhos, contemplavam a cheia e, benzendo-se, diziam que não havia memória de uma assim.

Ao baixar as águas, a casa apareceu completamente derruída e a quinta coberta de areia.

Os verdejantes campos e os bem tratados pomares tinham desaparecido: era tudo um areal.

A esta campina de areia, que hoje vemos, puseram-lhe o nome, não sei a razão, de *Areal de Gahide*.

HISTÓRIA DE UM FURA-VIDAS

Nasceu o nosso homem em uma manhã parda de Novembro na linda cidade à beira-rio.

Sãozinho e escoreito foi crescendo entre mimos dos pais, para quem era todo o seu enlevo, e o carinho dos parentes, que viam nele um talento em germinação.

Vivo, traquinas, na infância tornou-se um verdadeiro *diabrete*.

Era um lindo rapaz na época escolar: tez branca, olhos castanhos escuros, cabelos pretos; o seu corpo franzino e o nariz levemente adunco dava-lhe um tipo acentuadamente Judaico.

Naquele tempo havia ainda poucas escolas na localidade; foi pois para um colégio, que por acaso funcionava perto da casa, aprender as primeiras letras.

Na aula passava por cábula e o seu feitio gaiato em breve *revolucionou* toda a classe.

O bom director, que tinha um fraco por ele, perdoava-lhe porém todas as travessuras.

Foi remando o seu barco como pôde, vencendo dificuldades, até que ao fim de alguns anos fez exame de instrução primária com satisfação de todos.

Estava habilitado a entrar na Secundária, mas isso era um pouco mais difícil: o rapazelho era cábula, os estabelecimentos de ensino respectivo estavam longe e a família fazia sacrifício com a sua deslocação.

Resolveu-se pois arranjar-lhe uma colocação em qualquer escritório.

Como amanuense não deu nada; um amigo empregou-o por fim em uma Livraria como marçano e teve sorte.

Gostando de ler, dedicou todos os momentos vagos que eram muitos, à leitura.

Leu a esmo mas, como não tinha preparação, digeriria pouco e a sua instrução ficou superficial.

Começou a escrevinhar versos, na sua idade quem está isento de cometer esse pecadilho, e alguns artigos para os jornais da terra.

Bem aceite por muitos, lançou-se no jornalismo político por ver nesse caminho mais largo futuro para si.

Dirigiu os seus ataques contra quem mal conhecia e como essas campanhas agradavam a pessoas altamente colocadas, que o podiam proteger, redobrou de violência e alongou o seu campo de acção.

Teve sorte de nascer no penúltimo lustro da monarquia, passou por isso a proclamar-se republicano histórico!

Ganhando forças com essa convicção íntima, redobrou no ataque contra os seus adversários políticos e ainda contra os próprios correligionários que não acatavam a sua opinião.

A sua petulância e audácia atreveu-se a irradiar verdadeiros e conhecidos correligionários do amplíssimo campo republicano, que vai dos limites dos arraiais monárquicos até aos últimos confins da República, na passagem para uma organização social mais perfeita.

Na ânsia de subir, de ascender, incensava os ídolos, adulava os poderosos, escouceava e mordia os que conheciam as suas artimanhas.

Às vezes jogava a conspiradores e tirava sempre com isso bons lucros, pois alguns dos seus amigos e admiradores subscreviam com grandes quantias de dinheiro para as suas intrujices.

Se vingasse uma revolução, apoiava os influentes locais para deles alcançar alguns benefícios mas combatia em geral a nova ordem de coisas para em um futuro, que ele dizia próximo, estar apto, quando os ventos mudassem, a auferir novos proventos.

E assim conseguiu ser *alguém* no meio social em que viveu: acotovelando, escouceando, chegou a exercer cargos importantes.

Da janela do meu observatório vejo uma grande multidão e nela formada um longo sulco, como nos dias de procissão ou cortejo os costumam fazer os soldados da Guarda, e lá ao longe o nosso Fura-Vidas aos pinotes e às cabriolas na conquista do seu supremo ideal: um chorudo emprego público.

DATA CÉLEBRE

Sentado à banca do seu escritório, o senhor Tenente P... arrumava os seus papéis antes de ir para as suas obrigações do Quartel, quando sentiu bater leves pancadas na porta exterior.

Suspendendo o trabalho, levantou a cabeça e perguntou quem era, ao que lhe foi respondido de fora:

— O meu Tenente, dá licença?

Conjecturando que se tratava de pessoa educada na escola desenvolva mas respeitosa da caserna, mandou entrar.

Apareceu então no limiar da porta a figura baixa e franzina de um homem, de rosto moreno pálido, de barba rapada e cabelo à escovinha, que, de chapéu na mão, com passo firme marchou até breve distância e aí parou em posição erecta, de braços estendidos junto ao corpo.

— Então que há? — perguntou o nosso oficial.

— V. S.^a dá licença? — respondeu o interpelado. — Eu fui soldado, pertenci à Companhia do nosso Capitão V. G. L., estive em França na guerra e vi lá V. S.^a muitas vezes.

— É verdade meu rapaz; fui um dos que dei tam-

bém o corpo ao manifesto, vi os horrores dessa guerra e vivi a vida intensa do *front*. É-me grato sempre recordar os momentos de angústia e glória que por lá se passaram, mas agora estou com pressa, tenho de sair, por isso aparece qualquer dia por cá para conversarmos com vagar e, levantando-se, perguntou:

— O que desejas?

— Ouvi ler no domingo ao senhor Abade em um jornal desta cidade que se ia formar uma Liga dos Antigos Combatentes da Grande Guerra e eu, como fui um deles, queria entrar para ela.

— Bravo! É conveniente que faças parte dessa liga; todos os que contraíram entre si laços íntimos na defesa da Pátria devem continuar unidos pela vida fora. Há-de ser designado dia para a sua inauguração solene; deves comparecer nessa ocasião e trazeres a tua caderneta para te inscreveres.

— Eu trago-a aqui... e tirou do bolso interior do casaco uma amachucada e vulgar caderneta militar.

O nosso distinto oficial, tomando-a nas mãos, sentou-se de novo e, começando a folheá-la, leu: — Caderneta militar de F..., da freguesia de C..., concelho de B..., distrito de B... — e mais adiante — Notas biográficas durante o serviço militar: «Pronto da instrução militar continua ao serviço efectivo etc., e depois «fazendo parte do C. E. P., embarcou para França em ... desde quando se lhe acrescenta 100% sobre o tempo de serviço» e continuou lendo «sendo porta metralhador na batalha de 9 de Abril de 1918, manteve-se durante muitas horas debaixo de fogo, fazendo uso da sua arma, causou muitas baixas no inimigo e inutilizou a mesma quando já não tinha munições, pelo que foi promovido a 1.º cabo e condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª classe».

Admirado, levantando o rosto e fitando aquele *João Ninguém* tão modestamente postado na sua presença, exclamou:

— Bravo! Tu portaste-te como um valente. Foste condecorado com a Cruz de Guerra e tens portanto direito a uma pensão. Nunca te disseram isso?

Ao ouvir aquela declaração, numa visagem de espanto, brilhou no olhar apagado do labrego um relâmpago de cobiça.

— Não meu Tenente — respondeu ele. — É certo que uma vez o nosso Tenente Coronel V. G. L., elogiando o meu procedimento, entregou-me um laço-zinho de cores e disse-me que eu podia usá-lo nas ocasiões solenes. Como nunca tive dessas ocasiões, metio no escaninho da minha caixa e creio que ainda lá está.

— Pois quando vieres à reunião da nossa Liga trá-lo ao peito e trataremos entretanto de conseguir que te paguem a pensão a que tu tens direito.

— Muito obrigado, meu Tenente.

— Bem, vai-te embora e até breve.

Passados meses começou o nosso herói a receber a pensão que lhe tinha sido concedida; não era muito, cinquenta centavos por dia, mas chegava para o fumo dos seus cigarros, hábito adquirido nas noites enervantes das trincheiras.

*

* *

Ao princípio correu tudo no melhor dos mundos possíveis ao nosso homem; recebia pontualmente o seu dinheirinho, com o que se sentia extremamente satisfeito.

Um dia, porém, succedeu-lhe uma contrariedade que seriamente o arreliou: indo à Tesouraria Pública, como de costume, receber a sua mensalidade, não lha pagaram, dizendo que o folha estava viciada.

Caiu das nuvens!

Veio para a porta da rua, mirou, remirou a papelada e por fim descobriu que na verdade tinha sido rasurado um algarismo, ainda que estivesse a quantia por extenso: catorze escudos, referentes ao mês de Fevereiro.

Nesse mês tinha a receber menos dois escudos, pois o calendário gregoriano só lhe atribuíra vinte e oito dias.

Como o erro tinha partido da Administração do Concelho, voltou lá para ser remediado.

O funcionário porém afirmou peremptoriamente que a folha estava bem e que se não pagavam é por que não queriam.

Voltou à Tesouraria e aí disseram-lhe que não insistisse.

Na verdade ia-se tornando importuno! Regressou a casa cabisbaixo, remoendo no caso.

Ao passar na venda da sua freguesia, para cúmulo de infelicidade, o tendeiro pressentindo o bolso recheado, pediu-lhe o débito dos cigarros do mês transacto.

Desculpou-se como pôde, prometendo pagar.

No dia seguinte voltou à cidade a repetir a via-sacra.

O empregado da Administração continuava atarefado com o serviço e perante a sua insistência mandou-o pôr fora da Repartição; na Tesouraria, sem a reforma do documentozinho não era possível pagar e despediram-no secamente.

O pobre do homem, a quem faziam tanta falta os catorze escudos, desesperou-se; foi a um Aanuense de cartório encomendar uma representação...

ao Ministro e sossegadamente voltou para casa a esperar o resultado do recurso da sua momentosa questão, o qual a seu ver não podia deixar de ser bom.

Passados dias é-lhe comunicado do Quartel que não fora tomado conhecimento ao seu pedido, por este não ter ido pelas vias competentes e, como por esse facto tivesse incorrido em uma infracção disciplinar, que fora punido com dez dias de prisão.

Não havia apelação; teve de cumprir a pena.

O nono dia de reclusão amanheceu lindo, de uma beleza primaveril.

O sol nascente, entrando pela reixa da janela do quarto onde repousava o preso, vinha lambe suavemente o encardido soalho, espalhando tons alvacentos pelas sórdidas paredes.

Acordado por aquele deslumbrante crescente, abriu os olhos e, ficando por algum tempo em um torpor sonolento, começou a observar as miríades de poeiras que, numa dança estonteante, atravessavam a réstea de luz que entrava no aposento.

Cansado, por fim, passou a examinar as formas caprichosas dos objectos que o rodeavam: a tosca mesa, a bilha piramidal, o negro banco, etc.

Por cima daquela, deslizava um ratinho que sossegadamente tasquinava as migalhas do *casqueiro* da sua refeição da véspera; aqui uma mosca pousada espanejava com as pernas as membranosas asas, enquanto no ar outras contradançavam infatigáveis; além, a um canto, uma aranha tecia misteriosamente a sua teia na luta pela vida. Nada lhe era, porém, estranho; todos os dias àquela hora entretinha desta maneira alguns momentos do seu forçado ócio.

Levantou-se por fim do leito, passando algumas horas da manhã absorto em seus tristes pensamentos,

lembrando-se com saudades da sua aldeia e das pessoas que lhe eram queridas.

Próximo ao meio-dia veio até à janela e, encostando às grades a esbraseada cabeça, percorreu com a vista as montanhas longínquas por trás das quais ficava a sua terra, os campos verdejantes dos subúrbios e mais perto as árvores floridas dos quintais vizinhos.

Na rua cruzavam-se carros e gente a pé no labutar quotidiano: era a vida citadina no seu contínuo marulhar.

Por baixo com passo cadenciado passava e repassava a sentinela de arma ao ombro.

Tudo trabalhava, menos ele na sua legal inacção!

Ouviu um tiro de canhão, tocou um sino e tudo parou.

Lembrou-se então do dia que era... *nove de abril*.

Os carros parados, os paisanos descobertos, algumas mulheres de mãos erguidas, os soldados em continência, naqueles minutos de silêncio, comemoravam os mortos da guerra.

E ele, o nosso herói, voltado para onde julgava ficar a Flandres, militarmente perfilado, fazendo a continência, reviu concentrado todos os horrores das longas horas de luta: ouviu o troar dos canhões, o crepitar da fuzilaria, o sibilar das balas, o rebentar das granadas, todos os sons da destruição aperfeiçoada da humanidade; os gritos lancinantes dos feridos, o estretor dos moribundos, que caíam para não mais se levantar e na solidão da sua prisão reconstruiu aquelas cenas canibalescas de homens enfurecidos.

Nunca em igual data, entre as ocupações da sua laboriosa vida, vivera uns minutos assim e no seu coração revoltado nasceu um sentimento de perdão, chegando a bem dizer o seu imerecido castigo.

AJUSTE DE CONTAS

O Acaso ou a Providência, deixemos isso ao modo de pensar de cada um, trouxe-nos às mãos um manuscrito cuidadosamente dobrado e devidamente assinado com nome verdadeiro ou suposto, não sabemos ao certo.

Lêmo-lo por alto e achamos interessante a sua leitura.

Como temos a mania de arquivar tudo o que se refere ao passado e disso nunca nos arrependemos, *copiamos* esse manuscrito para, se se oferecesse a ocasião, publicá-lo e entregá-lo ao conhecimento dos apreciadores de velhos escândalos.

A cópia é fiel; esforçamo-nos por o *copiar* o melhor possível.

Diz assim o manuscrito:

— *Ajuste de Contas* —

«Pela rua Direita, direita como todas as ruas daquele tempo, da velha cidade universitária passava descuidado em uma noite do ano da Graça de 1850.

O entorpecimento do corpo e a opressão do espírito, resultante do árido estudo das Finanças, do Di-

reito Administrativo e mais do Direito Civil (frequentava eu então o 3.º ano jurídico) pediam movimento e distracção.

Descendo da Alta, deambulava por aquele dédalo de ruas da Baixa em busca de lenitivo para os meus sofrimentos.

A deficiente iluminação pública da velha cidade, como a de todas as suas congéneres naquela época, fazia recolher cedo a casa os bons pacatos burgueses. As ruas estavam quase desertas desde que fechavam os estabelecimentos comerciais.

À porta de uma casa esguia daquela rua, amparada de cada lado por outras semelhantes, estacionavam vultos, que a semi-obscuridade tornavam suspeitos.

Cheio de coragem continuei impavidamente, não obstante isso o meu passeio, quando ao passar àquela casa, donde saía uma réstea de luz pela porta escancarada, fui assaltado por dois braços abertos que me apertavam entre exclamações de alegria.

— Oh! Sr. doitor Sá Cabral, como passou V. Senhoria? Que prazer e alegria sinto em o encontrar e o abraçar!

Eu, que não esperava semelhante assalto dei um pulo à retaguarda, fitando o avantesma revestido dum capote à alentejana, e deparei com a cara risonha e bonacheirona, muito minha conhecida, do bom António das Giestas meu contrterrâneo e amigo de infância.

Era rapaz da minha criação, companheiro de brinquedos na minha aldeia natal.

Havia, porém, muito tempo que não nos víamos, desde que ele já moço fora servir para casa do Morgado das Fragas.

Surpreso por o encontrar àquela hora e naquele sítio, correspondendo ao abraço, berrei-lhe:

— Oh! António! Dá cá esses ossos. Que fazes por cá?

— Contos largos, senhor doitor, contos largos, e arrastou-me para o outro lado da rua, em frente à porta ruidosa. Aí, percorrendo com a vista desde a cabeça aos pés toda a minha propriedade natural, começou a sua história.

— Como o senhor doitor sabe, fui há dez anos servir para casa do Sr. Morgado.

Vivia ele então com dificuldades financeiras, o vínculo era pequeno, pouco rendoso, mas o seu espírito económico ia-lhe equilibrando a vida.

Há, porém, cinco anos morreu-lhe um tio rico, mas que vivia na casa do Milhafres, em Torres Belas. Era podre de rico e deixou ao Sr. Morgado todos os seus haveres: terras, vínculos e dinheiro de contado para cima de dois mil contos!

O Sr. Morgado entrou na posse da herança e estava a usufruí-la sossegadamente, quando apareceram uns parentes a inquietá-lo, intentando no juízo de Fernancelos um pleito com o fim de anular o testamento do tio.

O Sr. Morgado, citado para a acção teve de se defender. Nomeou um advogado de Torres Belas seu defensor, o qual se emparceirou com um colega de Fernancelos; os parentes por sua vez tinham-se entregue nas mãos dos seus advogados e procuradores, mobilizando-se desta maneira uma corte destes bravos guerreiros do foro.

A acção foi seguindo seus trâmites até que, cansados de gastarem tempo e dinheiro, chegaram a um acordo.

Vieram hoje aqui para ultimar o negócio. O Sr. Morgado está lá dentro, e apontou para a porta iluminada, com seus advogados e procuradores em conferência com os parentes, que se fizeram acompanhar também dos seus defensores, para pagar a todos.

Isto vai ficar por uma continha calada ao Sr. Morgado, além do que já dispendeu.

Há aqui *bicos* que recebem 10, outros 15 e alguns 35 contos cada um!

Trouxemos dois burros carregados de ouro e não sei se chegará!

Eu, embasbacado a ouvir o meu amigo, deixei-o discorrer e só quando ele fez uma pausa para tomar fôlego me lembrei de fazer a seguinte observação:

— Mas como se compreende que teu amo, tendo todas as probabilidades em vencer a questão, entrou numa transacção tão onerosa para ele?

— O Sr. doitor conhece bem o feitio do meu patrão: podendo gastar cinco não gasta dez. Ele julga lucrar neste contrato. A questão prometia prolongar-se indefinidamente, de maneira que não seria tão cedo que se decidiria e, a avaliar pelo dinheiro já gasto num ano em custas e preparos, no fim teria de pagar uma quantia fabulosa, ainda que vencesse.

Assim dispende muito, mas dispende por uma vez e fica em sossego.

Acabavam de soar onze horas no relógio da torre da Universidade e da casa iluminada, única com luz àquela hora na rua, saíam murmúrios de vozes, como zúfdos duma colmeia de abelhas.

Encostado ao tranqueiro interior da porta, quedava a conversar com outros um homenzarrão, grosso e entroncado. Vestia de preto, casaco comprido, sobraçando uma volumosa saca escura, da qual saíam

alguns papéis, que punham uma mancha clara naquele fundo negro.

— O Sr. doitor Sá Cabral conhece aquele? — Perguntou, apontando para a porta, o meu informador.

Infirmado-me respondi:

— Daqui não enxergo bem.

— É o doitor Salomão de Fernancelinhos — informou o meu amigo.

— Ah! conheço muito bem.

É — disse eu —, um grande advogado de Fernancelhos.

— Lá isso é, mas tem desgraçado muita gente. Não imagina o Sr. doitor: aos constituintes depena-os bem depenados e aos adversários, quando pode, reduz-os à miséria, comprando-lhes por fim os bens. Ao «Marlheiro» em uma questão que advogou contra ele, tanto fez, que pô-lo a pedir.

O pobre homem morreu louco, arrastando os últimos dias da sua existência pelos bancos das praças públicas.

Aos «Tanques» de Santomil, tão ricos que eram, sucedeu-lhes o mesmo, morrendo pobres como Job; a rapariga finou-se de fome num casebre por esmola e os irmãos, após anos de mendicância, no Hospital.

A grande casa que era deles, hoje é uma das melhores propriedades do dr. Salomão. E assim inúmeros casos!

Não se comove com a infelicidade alheia e apesar disso tem tido sorte!

Numa questão da Guarda, como guia apenas de um seu sobrinho, também advogado, apanhou trinta e cinco contos!

— Aproximemo-nos, alvitrei.

Atravessamos a rua e encostámo-nos à parede da

casa, próximo à porta visada, donde víamos e ouvíamos tudo o que se passava no pátio.

A um rapaz baixo, de costas voltadas para a rua, dizia o pontífice máximo:

— Eu em princípio não aconselho transacções.

As transacções para nós homens do foro são sempre más: as questões devem ir até ao fim; temos tempo para desenvolver o trabalho, fazê-lo render e no final a parte vencida paga, visto não ter outro remédio, e a parte vencedora, com a satisfação do bom resultado que obteve, dá de boa vontade tudo o que se lhe pede.

No caso presente, porém, aceitei a transacção que propuseram, pois com ela todos lucramos: recebemos já e talvez mais do que receberíamos no final da questão.

— É certo que o *fidaurgo* — disse o interlocutor — leva uma boa *sangria*, mas se a questão seguisse ficava a *caurdo berde*.

— Valeu muito para o desiderato a táctica seguida por V. Ex.^a meu ilustre colega — disse do lado um indivíduo de meia-idade —, palavras mansas e reflectidas, a modos conselheirais. Se V. Ex.^a não põe sequestro a todos os bens do fidalgo, ele não se rendia.

— Peço perdão, não é bem assim. O meu constituinte vencia a acção infalivelmente, não hajam dúvidas, objectou do outro lado um advogado de pequena estatura, muito mexido, que até então esteve calado, a ouvir. Se anulassem o testamento, restava outro; o meu constituinte é, porém, um sovina; fez os seus cálculos e entendeu que gastava menos assim... Lá se avenha.

Cá fora discutia-se desta forma. Naquele bando de animais noctívagos, lançados sobre a presa, lavrava acesa a febre do ouro; de olhares cúpidos e garras abertas esperavam impacientemente o seu quinhão.

Lá dentro no escritório, cuja porta abria para o pátio, o fidalgo abancado a uma mesa, lia uma lista de nomes com algarismos à frente e contava dinheiro, dispondo-o em castelos diante de si.

A certa altura o sussurro que se ouvia aumentou, sobrelevando-se uma voz esganiçada, de falsete, que bradava:

— Ladrões, ladrões. A mim que *inventei* esta questão, que forneci os melhores elementos para a sua boa solução, dão-me esta miséria!

Em seguida saiu pela porta um homem alto e esguio, de olhar desconfiado a apertar o casaco.

— Este não vai contente — disse sorrindo o dr. Salomão — seguindo-o com a vista.

— É bem feito, observou o advogado pequenino. Foi um *Judas* para o meu constituinte, servindo-se de todos os meios, ainda os mais ignóbeis, para o trair, e, dito isto, encaminhou-se para a porta do escritório por ter chegado a sua vez de receber.

Todos tinham respondido à chamada.

O Morgado, cansado pela grande tarefa de lançar o seu ouro em tantos túneis de Donaides e vendo que ninguém reclamava mais, soerguendo a sua voz firme e bem timbrada, perguntou:

— Há por aí mais algum ladrão que queira dinheiro? Foi o único desforço e nobre desabafo do fidalgo.

a) J. Guilherme de Sá Cabral.
Pela cópia

O FRADE E O PASSARINHO

Linda manhã de Julho, límpida, serena; o sol, despontava por cima dos verdejantes cabeços do monte de Airó, punha tons fulvos de ouro na seara amadurecida, marginada pelo verde escuro dos arvoredos e serpeada pelos colos argênteos do Cávado que corria lá ao fundo; era o despertar de um ardente dia de estio.

Na cerca do Convento de Vilar dos Frades deambulava, desde os primeiros alvares do amanhecer, o vulto magro e esguio de um monge beneditino, e tão enlevado estava no seu profundo pensar que todas aquelas belezas impressionantes da natureza para ele passavam despercebidas.

Mãos recolhidas nas amplas mangas do seu hábito, cruzadas sobre o peito, olhos baixos no chão, limitava o seu contínuo caminhar entre a pequena capela, dedicada ao seu santo Patriarca, que alvejava entre os maciços de murta de um bem cuidado jardim, e o tanque junto à alta parede que vedava a cerca, onde murmurava um ténue fiozinho de água.

Na sua mente perpassava constantemente aquela passagem dos Salmos que acabara de ler em matinas no coro:

«Mil anos à vista de Deus são como o dia de ontem que já passou.»

Não podia compreender o pobre do monge o alcance daquele trecho bíblico.

Tendo lido em comunidade, passou à solidão do campo para decifrar o seu sentido; a sua inteligência, porém, não podia abranger a ideia do tempo.

Cansado, por fim, de tanto andar e de tanto meditar, sentiu chegar até ele os melodiosos gorgeios de uma avezinha, que em uma árvore perto pousava.

Distraidamente começou a ouvi-la; mas em breve, tal era a sua suavidade, atentamente passou a escutá-la.

A pequenina cantora, porém, saltando de ramo em ramo, de árvore em árvore, foi-se afastando do convento e, com o seu leve bater de asas, parecia convidar a segui-la.

Na esperança de continuar a ouvir tão harmonioso canto, tomou o nosso monge a direcção que lhe era indicada e foi até um cerrado bosque que, para o lado do rio, perto distanciava.

Chegado aí, a minúscula guia encetou de novo os seus interrompidos gorgeios e o monge, sentando-se em um tosco banco, extasiado, quedou-se a ouvi-la.

Breves instantes, porém, durou aquele enlevo, pois a pequenina artista, emudecendo, desapareceu e o frade, lembrando-se das suas obrigações, voltou apressado ao convento.

À vista deste, com grande espanto seu, encontrou tudo mudado; o edifício já não era o mesmo e até era habitado por frades de outra ordem.

Não menos admirados ficaram os novos moradores, que eram os «Beguínos ou Bons Homens de Vilar», por verem um monge beneditino dentro do convento, tentando introduzir-se na sua comunidade.

Explicava este que havia poucas horas tinha saído em passeio pela cerca e contava o que lhe tinha sucedido.

Foram consultados o Reitor e os Padres mais graves da nova Congregação, e vieram por fim todos à conclusão, por terem lido em carcomidos cartapácios, que havendo desaparecido misteriosamente, para cima de setenta anos, um monge do convento, quando este era ainda habitado pelos beneditinos, com certeza o desaparecido era aquele que ali estava presente.

O *Santo abade*, como entre os frades ficou sendo conhecido, carinhosamente recolhido, dentro em breve morreu e o seu corpo foi sepultado no transepto da Igreja de Vilar de Frades.

No sítio onde ele esteve tanto tempo *encantado*, construiu-se uma ermidinha, que ficou sendo conhecida pelo nome de «a Capela do Passarinho», da qual hoje apenas existem vagos vestígios, por não ter resistido à fúria iconoclasta do primeiro proprietário leigo do convento.

E os velhos, sentados à lareira, nos serões das longas noites de inverno nas aldeias, contam ainda esta prodigiosa lenda.

Poeiras Históricas

O TRIBUTO DE OSSAS E A LENDA DE D. SAPO

Dentre os muitos e variados tributos, impostos, foros, alcavalas e direitos senhoriais que pesavam sobre o bom povo, nosso antepassado, sobressaem alguns que, pela sua feição caricata ou pela acção depriamente da dignidade humana, oprimiam vexatoriamente o contribuinte.

O clero, a nobreza e o rei absorviam a maior parte dos réditos da propriedade e o povo, a eterna besta de carga, vivia mal e parcamente.

As prestações de serviço e trabalhos obrigatórios, mais tarde reduzidos a impostos e contribuições em género e dinheiro, roubavam-lhe tempo e energias.

Das prestações pessoais de serviço, a mais divertida era sem dúvida aquela que certo convento impôs aos colonos de passearem ao colo, depois de jantar os frades quando passavam ou pousavam em seus casais.

Bem pesado tributo devia ser esse, quando ao pobre colono contribuinte tocava embalar um enxundioso frade bem comido e bem bebido.

Mas um dos maiores opróbios da honestidade pública era o chamado direito de *ossas* ou *osas*, conhe-

cido em Galiza por *direcho de pernada* e em outras nações por *marsheta* ou *maketa*, o qual consistia no direito que o Senhor da Terra tinha de passar com suas vassalas a primeira noite das suas bodas, antes de se juntarem aos maridos.

O direito de *ossas* foi mais tarde redimido por foro em géneros ou dinheiro.

Assim, em alguns dos nossos forais encontram-se contribuições variáveis, em géneros ou dinheiro, pelo matrimónio das moças e ainda viúvas, que casavam antes de um ano, e os Senhores de algumas Terras não davam gratuitamente o consentimento para o casamento de suas vassalas.

O sr. Figueiredo da Guerra diz algures que se encontram vestígios do tributo de *ossas* em Geraz, Carvoeiro, Darque e Cardielos, no concelho de Viana do Castelo.

É nesta última freguesia que corre a lenda de D. Sapo.

Na sua Torre de Cardielos viveu outrora D. Florentim Sapo, descendente de D. Gonçalo Paes Sapo, contemporâneo dos reis de Leão.

Os primitivos Senhores da Torre de Cardielos, dizem que possuíram o direito de *ossas* em própria espécie, o qual depois redimiram por o foro de uma *teiga* de feijões, pago quando casava alguma das suas lindas ou feias súbditas.

D. Florentim Sapo, o nosso lendário D. Sapo, gostava muito de feijões e por isso exigia rigorosamente o cumprimento daquela obrigação.

Esta era tão odiosa que considerava-se uma injúria, e ainda hoje é, perguntar a qualquer rapariga daqueles sítios se já *levou os feijões a D. Sapo*.

O povo molestado em seus brios com tal exigência

de seu senhor, queixou-se ao rei, dizendo-lhe que em suas terras havia ascoroso sapo que lhe causava grandes danos.

O rei, não sei quem era, respondeu-lhe que, se era verdade o matasse.

D. Florentim acabou pois às mãos dos seus vassallos e não comeu mais feijões.

Para este assassinato concorreu muito um seu colega de Vitorino das Donas, Nuno Soares Velho, o qual foi por isso desafiado por Simões Nunes Corutelo, tio da infeliz vítima.

Este duelo não teve porém resultados funestos, como sucede geralmente aos actuais: chegou-se a um acordo.

O desafiado tinha um filho, Mem Nunes, extremado guerreiro mas que na escalada de uma torre lhe sucedera um percalço, o qual foi ter-lhe caído em cima da cabeça uma panela com água a ferver, ficando calvo.

Ora como naqueles bons tempos não se usava ainda *chinó* ou *capachinho* e ele embirrava mostrar a careca, começou a usar um *barrete* e com isso teve sorte porque, em vez de lhe chamarem *Chinó* ou *Capachinho*, nomes feios, ficou a ser conhecido por *Barrete*, apelido que ele ajuntou ao seu patronímico.

Em virtude daquele acordo Mem Nunes Barrete, não sei se já Barrete, casou com uma filha que ficara do malfadado D. Sapo e assim terminando a discórdia destas duas poderosas famílias.

O solar de Cardielos andou por largos anos na família dos Barretos, até que em certa altura passou para a Coroa, talvez por confisco.

A Torre de Cardielos, onde viveu o nosso lendário herói, caindo em ruínas, foi demolida em 1806 por

ordem do P.^e António Fernandes Pereira Pinto de Araújo e Azevedo, Abade de Lobrigos, Inspector das Obras Públicas do Minho e D. Prior da Colegiada de Barcelos, sendo empregados os seus materiais na construção do cais das Azenhas em Viana do Castelo, conhecidas por «Azenhas do D. Prior».

O leitor, quando for a Viana, ao passar na ponte metálica sobre o Lima, se se lembrar, verá ao seu lado direito umas casinhas baixas e entre elas e o rio um velho cais de pedras denegridas, as quais já serviram de guarida, como acabo de narrar, a um dos muitos tiranetes que infestaram esta boa terra de Portugal.

O CERCO DE FARIA

O castelo de Faria erguia-se em um dos morros do Monte da Franqueira, fronteiro à antiga vila de Barcelos; era um dos mais importantes baluartes da linha de fortificações desta povoação.

«Castelo real da idade média, a sua origem sóme-se nas trevas dos tempos que já lá vão ha muito», como diz Alexandre Herculano nas Lendas e Narrativas.

Naquele monte devia ter existido um crasto romano; a isso nos induz a sua situação, sentinela vigilante do Cávado, a proteger a quarta via romana, *per ora maritima*, de Braga para Astorga que por aqui passava, como querem alguns escritores, ou pelo menos as comunicações daquela cidade pelo rio com o mar.

Foi sem dúvida sobre este crasto, ou nas suas proximidades, que foram assentes, em época indeterminada, os alicerces deste castelo.

«Alcácer das eras dos reis de Leão», como diz aquele mesmo escritor, ao despontar a nacionalidade portuguesa já nos aparece como um dos seus mais fortes redutos.

Afonso Henriques solta dos castelos de Neiva e de Faria, contra o governo de sua mãe, o brado de revolta, que não é senão o da nossa independência.

Este moço príncipe residiu por algum tempo neste último castelo, tendo nele assinado documentos importantes e dando o seu senhorio e o da Terra de Faria ao amigo e cooperador de sua grande obra Hermígio Moniz, o que tudo mostra a importância que naquela época ainda conservava.

A felonia praticada por um alcaide, cujo nome a história felizmente não regista na luta fratricida de 1245, entregando-o ao Bolonhez, respondem os actos de lealdade e valor inquebrantável de Nuno Gonçalves e Gonçalo Nunes, em 1373; o pai morrendo estoicamente junto aos seus muros e o filho defendendo-o heroicamente para o entregar ao seu legítimo rei de quem aquele o tinha recebido.

Escrevem-se nas pedras daquele castelo páginas homéricas da nossa história pátria!

Pois essa fortaleza medieval que, através dos tempos, se defendeu de tão formidáveis ataques de inimigos, não pôde resistir à fúria monástica demolidora do século XVI.

Completamente arrasada, é a sua pedra empregada na construção do convento franciscano, do monte da Franqueira, em muros e paredes da sua cerca, barbaridade que o Tribunal da História não pôde deixar ficar impune.

Um grupo de barcelenses bem intencionados, e com ele estão todos os que são dignos deste nome, propôs-se descobrir os vestígios dos alicerces desse castelo, já obliterado na memória da geração presente, tal foi a acção devastadora daquele século e dos seguintes.

Bem haja quem assim procede.

Correm acerca do Castelo de Faria como em relação a muitos castelos medievais, lendas criadas pela

imaginação do povo, mas que muitas vezes são a repercussão de factos históricos.

Contemos uma que agora nos lembra.

*
* *

O Castelo de Faria estava em apertado cerco.

Quando se deu esse facto?

No tempo em que a moirisma pisou terrenos cristãos? Na ocasião em que os Normandos passaram por estas terras nas suas terríveis incursões até ao castelo de Vermuim? Nas lutas que por vezes sustentámos com os nossos suseranos de Leão ou em tempos ainda mais afastados?

A lenda não precisa data..., o que ela nos diz é que os defensores de Faria estiveram em sérios embaraços; o inimigo superior em número, sustentava o cerco há muito tempo e tão abatidos se encontravam os sitiados que estavam prestes a renderem-se.

Uma noite, porém, do alto das suas torres e as sentinelas inimigas dos seus postos avançados, começaram a divisar umas luzes moventes na campina, que se estende a oeste até ao mar, e notavam que o seu número aumentara ao caminhar para o sopé do monte, onde estava o castelo.

Ao longe eram pequenos luzeiros, estrelas cadentes na imensidade da planície; mais perto facho ardentes cujos reflexos faziam entrever sombras serpeantes, como de um exército em marcha.

Dado o sinal de alarme, no campo há gritos, correrias, um burburinho medonho, ao que do castelo respondem com ameaças e cantos de hossana.

Os sitiante tomados de pânico e medo, convencidos que se avezinham grandes reforços aos enfraquecidos sitiados, fogem para a encosta oriental da Franqueira e somem-se na escuridão da noite.

No castelo, cheios de alegria e esperança, aguardam de cima das *suas* muralhas a chegada dos inesperados salvadores.

A sua admiração porém não tem limites quando vêem entrar nos arraiais inimigos, abandonados poucos momentos antes, alguns lavradores seus conhecidos conduzindo manadas de gado com tochas acesas atadas na cabeça.

Era o melhor reforço que podia vir aquela desgraçada gente, cansada pela fome e pela fadiga de tão prolongado cerco: o inimigo intimidado tinha fugido e algumas das reses sacrificadas na ocasião serviriam de repasto, ao romper daquele glorioso dia, aos seus esfomeados estômagos.

Soube-se então do sucedido.

Os moradores de Vilar de Figos, freguesia que distava do Castelo meia légua para o sul, tendo conhecimento da situação aflitiva em que ele estava, resolveram, repetindo um facto da história romana, urdir aquele stratagem.

Vilar dos Figos tomou desde então o nome de «São Paio dos Principães de Vilar dos Figos», nome porque é ainda conhecida aquela freguesia, visto os seus moradores terem sido os *principães* cooperadores na defesa do Castelo de Faria.

PÁSCOA

Quando as abrotes crescem nos montes, as glicínias florescem nos casais e os prados se tapetam de flores, sai o Sr. Abade de estola e sobrepeliz a espargir água benta e aleluías por todas as habitações dos seus fregueses. É o Domingo de Páscoa.

Não vai só; vai acompanhado dos mordomos. Adiante abre o préstito o rapaz da campainha ao lado o mordomo da Cruz e o da água benta e segue-se-lhes os homens encarregados de colher os folares. É o folar para o Sr. Abade; é o folar para várias confrarias; é o dinheiro para S. Pedro e para os Lugares Santos, etc.

Os casais estão engalanados; fora o chão dos eidos tapetados de verdura e flores e, em algumas, arcos e festões.

É uma festa na aldeia.

Dentro mesas com alvas toalhas, onde estão as roscas, os ovos, as estrigas de linho e o dinheiro.

Ao entrar a procissão tudo se ajoelha. O mordomo da Cruz dá-a a beijar ao dono da casa, à mulher, filhos e criados por sua ordem e o Sr. Abade esparge água benta por cima de todos com abundância:

aleluía, aleluía, muito boas festas e... depois dois dedos de cavaco enquanto os acólitos limpam as mesas.

Nos mais abastados há beberete e mais demora. E lá vão entrando em umas casas, saindo doutras correndo a volta.

O Domingo de Páscoa, lindo dia de Primavera, é encanto na aldeia.

REABILITAÇÃO PÓSTUMA

O Dr. Nepomuceno Pereira da Fonseca Silva Veloso, nascido na casa da Torre de Moldes, Remelhe, era filho de D. Josefa do Sacramento e Silva e do Capitão José Pereira da Fonseca, que fora Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Sargento-mor da vila de Barcelos, algumas vezes vereador, etc.

O Dr. João Nepomuceno era o Ouvidor da comarca de Barcelos em 1809.

Principiava este ano em Portugal com a terceira invasão francesa, comandada pelo general Soult, a qual ameaçava muito principalmente a província do Minho.

Enquanto se trabalhava sem descanso na casa de Remelhe, sob as ordens de um filho do Ouvidor, na confecção de cartuchame para distribuir pelas mal apercebidas Ordenanças da comarca, mandara este um próprio à Galiza a informar-se dos movimentos das tropas invasoras.

O inimigo, rechassado em 16 de Fevereiro nas margens do Minho, junto à sua foz, inicia a invasão por Chaves, que toma em 12 de Março, força o passo de Ruivães e Salamonde e entra sem dificuldade em Braga.

Para que não falte coisa alguma às desprovidas Ordenanças de Barcelos na sua marcha em defesa daquela cidade, o Ouvidor andou a solicitar víveres pelos povos do seu distrito e promoveu a sua imediata expedição.

Caindo Braga em poder dos franceses, vão estes sobre as margens do Ave e daí sobre o Porto, que também é conquistado.

Do grosso do exército são então destacados alguns generais para submeter e *apaziguar* vários povos em Trás-os-Montes e no Minho.

Lorges percorre esta última província e nas povoações que oferecem alguma resistência, como Ponte de Lima, trata-as com toda a crueza.

Barcelos, já não via *os seus dezassete mil peitos armados*, como diz o poeta, abandonada pelos nobres e pelas suas forças militares, recebe pacificamente os invasores.

O Ouvidor como os antigos senadores romanos, tinha-se mantido no seu posto.

Desassistido porém das autoridades da comarca, perante a consumação dos factos, recolhe-se à sua pendência e recebe o inimigo com urbanidade e humilhação decorosa.

Salva desta maneira a vila do saque, o que aconteceu nessa ocasião a poucas terras em Portugal.

Já se não dá o mesmo em algumas freguesias rurais, principalmente entre Barcelos e Esposende; os bravos guerrilheiros, fugidos de Salamonde e do Carvalho d'Este alcandorados nas alturas de Creixomil e Mariz, atacam um destacamento do exército francês que dizimam, recebendo em represália as povoações por onde passa os maiores ultrajes; a violação, o saque e o incêndio.

Vejamos agora como o Ouvidor de Barcelos, este nosso ilustre patrício, recebeu o prémio dos seus contemporâneos pelos benefícios que dos inimigos conseguiu para a vila que administrava.

Expulsos os franceses estava ele sossegado na sua casa de Remelhe, quando esta foi cercada por tropas de Ordenanças, cuja quadrilha conduzia o capitão José Bernardes Maciel, do Couto de Capareiros, que o prendem e o levam como facínora, entre chuços e baionetas, talvez ainda tintas do generoso sangue do grande general Bernardim Freire, pouco antes morto em Braga, para a vila de Viana Foz do Lima.

Da cadeia desta vila é transportado pouco depois para a dos Arcos, onde se encontrava o quartel general do Marechal de Campo José António Botelho.

Submetido nessa vila a um tumultuoso conselho de guerra, onde se deturpa os factos e não se ouvem testemunhas de defesa, é o Desembargador João Nepomuceno Pereira da Fonseca Silva Veloso, antigo juiz de Fora do concelho de Mecejana (1778), Ouvidor da comarca de Barcelos, etc., sentenciado à morte e imediatamente executado!

Existe no cartório da Misericórdia dos Arcos de Valdevez o assento de óbito desta infeliz vítima de seus ferozes inimigos.

A justiça porém raiou um dia.

Por sentença de 15 de Março de 1810, proferida pelo Venerando Tribunal da Relação do Porto, em revisão do processo, foi reabilitada a sua memória, pois ele «foi um Ministro qualificado e distinto, fiel e zeloso vassalo de Sua Majestade, amante da sua pátria» como textualmente diz aquele nobilitante documento.

Os seus julgadores dos Arcos é que hão-de ficar amarrados para sempre ao pelourinho da ignomínia.

MAIS UM MILAGRE DE SANTO ANTÓNIO

Havia grande azáfama e confusão em uma tarde de inverno entre a criadagem do velho solar provinciano; prepassavam uns pelos outros atónitos e gesticulantes em uma contradança contínua e desordenada, trocando palavras incompreensíveis a pessoas estranhas àquela cena animada.

Do murado e amplo terreiro fronteiro à casa, geralmente deserto e silencioso àquela hora, levantava-se um burburinho inquietante.

Aos senhoriais aposentos do velho fidalgo, onde se encontrava encerrado nessa ocasião, relembrando perante a sua reluzenta armadura e imaculada espada os seus épicos feitos e passadas batalhas de além-mar, não tinham ainda chegado os ecos de tão anormal acontecimento.

Todos tinham receio de lhe ir comunicar a triste nova: o desaparecimento das cavaliças do seu mais estimado cavalo, fiel companheiro de tantas vitórias.

Serenados por fim um pouco os ânimos e perdidas as esperanças de encontrar o fugitivo, resolveram subir aos salões e comunicar ao amo o inexplicável acontecimento.

João Paes «O Velho», assim se chamava o fidalgo, alvoroçado deu apertadas ordens aos seus servos para continuarem as interrompidas pesquisas e em seguida recolheu ao oratório, como bom cristão que era.

Orando e responsando ao nosso patricio S.^{to} António, fez logo voto de lhe erigir na quinta de Vessadas, onde vivia, uma capela.

É fora de dúvida que este popular santinho, até hoje o melhor advogado das coisas e animais perdidos, é português, de nobre geração, nado em Lisboa.

Se não existissem vários documentos em arquivos públicos, era bastante para o provar uma imagem pintada em uma capela da freguesia de Martim, do concelho de Barcelos, por baixo do qual o seu autor escrevera a seguinte inscrição: «— Santo António de de Pádua, natural de Lisboa e residente em Martim».

É concludente.

Concisamente este letreiro vem lançar uma grande luz na história; mostra de quem é a imagem, a naturalidade deste grande santo e a sua peregrinação na terra.

Mas voltemos ao conto: dealbava apenas o dia seguinte e o criado, que primeiro abriu o postigo do seu cubículo, viu com grande espanto, o cavalo pastando pachorrentamente em um prado junto à casa.

Prodigioso milagre!

O fidalgo em cumprimento do voto que fizera, mandou construir no sítio onde fora encontrado o animal, junto à antiga Estrada Real de Braga a Barcelos, uma ermida sob a invocação de S.^{to} António, cujo nome antepôs ao da quinta.

Foi desta maneira que o ilustre fidalgo João Paes recuperou um cavalo perdido e Santo António ganhou uma capela.

Esta foi mudada mais tarde, quando se abriu a Estrada Nacional n.º 4, para o lugar onde está, ao nascente daquela solarenga casa, e alterada e deturpada nessa ocasião a sua architectura primitiva.

MOIRAS ENCANTADAS

Houve tempo em que a moirisma calcou esta boa terra de Portugal.

A onda avassaladora dos árabes, transposta as Colunas de Hércules, inundou toda a Espanha até ir bater de encontro aos rochedos inacessíveis das Astúrias, onde um punhado de godos se tinha refugiado.

A reconquista cristã foi lenta e demorada, decorrendo séculos até à completa expulsão dos invasores da península.

É certo porém que ao norte do Douro foi de curta duração o domínio árabe, pois os vencedores de Covadonga no primeiro ímpeto cedo retomaram este território, estabelecendo o *deserto* para além daquele rio.

Na precipitada fuga os vencidos, não podendo levar consigo as riquezas que possuíam e não querendo restituí-las aos seus antigos donos, enterraram-nas em lugares escusos e por artes dos seus *sortilégios* deixaram ali *encantadas* as suas mais formosas mulheres.

É este o assunto de poéticas lendas criadas pela imaginação popular.

Ainda hoje o nosso povo, ingénuo e crente, indica os sítios no alto dos montes ou nas sombras das devesas onde estão objectos preciosos e as pobres moiras eter-

namente de guarda a estes, como as deixaram os seus fugitivos senhores.

Pelas clarabóias das minas tem-se visto lindas mulheres, fiando em rocas de ouro ou servindo-se de dobadoiras do mesmo metal; em certos lugares se afirma estarem escondidos jugos e aguilhadas de metal precioso e mil outros objectos. Nos montes, debaixo dos penedos saem cobras com grandes tranças de cabelo na cabeça, que não são senão mulheres transformadas em tão arripantes animais.

Lugares há onde os tesouros se encontram sob formas de objectos impróprios ou de animais imundos; para a indicação daqueles lugares e desencantamento destes há o livro de São Cipriano, precioso e raro, e muitos exploradores da ingenuidade popular.

Nas manhãs de S. João ou nos dias em que os raios solares atravessando as gotas de água da chuva, rebriham nos deslumbrantes arco-íris, vêem-se as pobres moiras, assoalhando as suas brancas roupagens ou penteando-se com os seus pentes de oiro, no alto dos montes.

A crença popular versando este assunto vai variando o tema de uma das suas mais antigas e encantadoras lendas e livre-se o leitor de dizer aos seus narradores que tudo é uma patranha inventada pelos seus antepassados ou o produto de uma imaginação exaltada que o menos que lhe pode suceder é receber como resposta um sorriso compassivo da sua ignorância e falta de fé.

Eles têm razão: deixemos repovoar, habitados outrora por ninfas e faunos, os nossos bosques e sítios ermos de lindas mulheres, das tristes moiras encantadas...

GRAÇAS A DEUS... AS PRECISAS!

O Senhor Leonardo Lopes de Azevedo foi um dos fidalgos mais felizes do seu tempo.

Na pujança da vida tinha herdado a opulenta casa dos seus pais à qual unira por sentença favorável o Morgado de Pouve, a Casa Solar do Pinheiro, na vila de Barcelos, com o padroado da Igreja de Cristelo.

Por morte de uns parentes afastados viu-se também senhor dos Coutos de Mazarefes, S. João da Ribeira e da Gemieira com seus respectivos padroados e jurisdições.

Pessoalmente tinha honras que farte: era Moço Fidalgo da Casa Real o que, com o qualificativo e determinativo que se segue à palavra Moço, se tornava cargo muito apetecível, Trinchante Mór ou outro qualquer cargo nas comedorias reais, Comendador não sei de quê na Ordem de Cristo, etc., etc.

Além disso era por seu pai o 24.º senhor da vila de Souto e o 8.º Padroeiro da freguesia de Galegos.

No século XVIII, em que teve a dita de viver, e ainda hoje (8), a não ser negociante de mercearia ou fabricante de lanifícios, pouco mais se poderia desejar.

Pois acrescia ainda a tudo isto, ser marido de sua formosa prima D. Maria da Silva, fidalga de quatro

costados, que o tinha presenteado, já com oito robustas criancinhas, que eram todo o seu enlevo, e ainda andar de *esperanças*.

Revendo o passado glorioso encontrava só honras e triunfos nos seus avoengos e olhando para o futuro auspicioso via o seu sangue azul espalhar-se nesse esperançoso delta da sua numerosa prole.

Era pois feliz a não poder ser mais o senhor Leonardo Lopes de Azevedo!

No seu velho castelo ameiado, onde passava a vida ociosa de fidalgo provinciano, não obstante os seus numerosos cargos na Casa Real e fora dela, por uma noite formosíssima de estio, no terraço da sua mais alta torre, onde tomava a fresca viração vinda do lado do rio, que perto deslizava, vieram anunciar-lhe que sua Ex.^{ma} mulher entrava nos laboriosos trabalhos do parto.

Serenando um pouco o alvoroço desta grave ainda que já esperada notícia, abandonou o aprazível lugar das suas saudosas cogitações, a que a certas horas costumava entregar-se no *dulce farniente* da sua despreocupada vida, e encaminhou-se vagarosamente para os senhoriais aposentos a dispensar à parturiente as consolações e alentos para aqueles momentos.

Cumpridos os deveres profanos de boa sociedade e amor conjugal, dirigiu-se em seguida à capela do palácio a impetrar da divindade graça e protecção para sua mulher e senhora.

No alcatifado coro ajoelhado em fofa almofada de setim, bordado a matiz e ouro pelos delicados dedos daquela por quem ia orar, curva a sua altiva cabeça, o que só fazia a Deus, e dá princípio às suas fervorosas preces.

Não ia ainda em meio, quando o amplo e pesado

reposteiro armoriado, que interceptava a porta de passagem para o santuário, se franziu e um velho escudeiro da casa vem anunciar-lhe que a senhora Morgada acabava de presentear Sua Ex.^a com uma filha.

O fidalgo, continuando posternado, virou-se para Nossa Senhora, imagem muito da sua devoção, e rendeu-lhe graças pela mercê que lhe tinha sido concedida.

Não tinha porém terminado ainda esta sua nova oração quando com aspecto grave e respeitoso o mesmo criado lhe vem comunicar que havia em casa mais outra fidalga.

Embora o prazer não fosse igual ao da primeira notícia, repetiu a sua oração gratulatória a Nossa Senhora, sua protectora.

Mais uns Padre Nossos por alma de seus ilustres avós se não quando torna a aparecer o mesmo criado a anunciar-lhe o nascimento... da terceira filha.

O fidalgo levanta-se então de repente, apruma-se e sai da capela, deixando de agradecer a Nossa Senhora esse terceiro benefício com receio de que Esta continuasse a dispensar-lhe a sua incomensurável munificência... ao que ele já não achava graça nenhuma.

HISTÓRIA DE UMAS ÁRVORES

O Dr. João José Pereira da Fonseca Vilas Boas, oriundo de uma família limpa de sangue, casara com D. Antónia Maria Rosa de Vasconcelos Correia da Cunha Meireles, fidalga de quatro ou mais costados, descendente dos de Vila Meã em Silveiros, vivendo feliz este casal, ainda que sem filhos, na sua casa de Real em Moure.

O Dr. João José, que concluíra em 1755 com distinção o seu curso *em ambos os direitos* na Universidade de Coimbra, tinha a par das suas muito boas qualidades uma que apenas seria má para aqueles que tinham a honra de o hospedar: era um glutão emérito.

Contavam-se muitas das suas proezas gastronómicas mas uma só é que chegou ao nosso conhecimento e essa apenas afligiu a sua boa companheira e mulher, pois deu-se no domicílio conjugal, no dia memorável da carrada de pedras para a eira da sua casa em Moure.

Os carros de bois dos lavradores seus vizinhos e amigos chiavam desde o alvorecer no vaivém das caminhadas do monte dos Predrógos em Cambeses donde vinha a pedra já desbastada para a obra.

O nosso doutor levantara-se mais cedo naquele

dia, estremunhado pelo barulho que se fazia no terreiro e pela necessidade de vigiar os trabalhos.

Engolira à pressa o almoço na saleta e descera pausadamente a escada que da varanda comunicava com o terreiro.

Ao descer, no último patamar, chegara-lhe ao olfacto apurado, não obstante o simonte com que costumava atulhar as suas largas narinas, o cheiro forte e pronunciado dos guisados em preparação na vasta cozinha, para o qual dava a porta principal desta.

Resistindo à tentação de entrar ao foco donde emanavam tais odores encaminhou-se para o pomar, enquanto não chegavam os carros; mas nem aí o deixou aquele tentador e apetitoso cheiro que o tinha invadido.

Resistindo sempre, contemplou distraidamente uma e outra árvore vergada ao peso de prometedores frutos para a próxima colheita, cortando com a navalha um ou outro rebento dos mais fortes e pujantes, amparando algumas trepadeiras e assim foi passando o tempo até que sentiu dar entrada no terreiro os carros com a pedra.

Dirigiu-se então para ali a receber e retribuir os cumprimentos dos seus serviçais amigos, os quais deposto o carreto e após breve palestra, voltaram à faina daquele dia.

A manhã ia já em meio e o doutor lembrou-se de dar uma volta pela cozinha a inspeccionar os serviços dos aprestos do jantar.

Era um pretexto; ele bem sabia que seria regular o seu andamento, pois estavam entregues aos cuidados e vigilância de sua mulher.

Na vasta lareira escachoavam bojudos potes; à porta do forno repousava em oval pingadeira, amparado

por um montão de loirejantes batatas, um tostado carneiro inteiro, enquanto dentro em grandes alguidares enxugava o arroz cozido no molho do assado.

Em baixo ao ar quente da fogueira enfileiravam sopeiras com *sopas secas* para não arrefecerem e por cima das mesas e na tampa da masseira estavam dessiminadas travessas com rabanadas embevidas em bom vinho tinto.

O primeiro olhar do doutor ao entrar à cozinha fora para o carneiro assado; era dele que rescendia o cheiro que o tinha perseguido toda a manhã.

D. Antónia, notando o reparo, disse com malicioso sorriso:

— Queres provar do assado para dizeres se está bom?

— Bom deve estar, que foi preparado por quem sabia, mas traz que estou sentindo já fraqueza — disse o doutor — encaminhando-se para a sala de jantar.

Mal tinha abancado à mesa e já D. Antónia o servia de uma perna do loirejante animal, acompanhada das competentes batatinhas assadas.

O doutor, lançando um terno olhar de amor e gratidão à sua querida companheira, deu princípio ao ataque.

Debruçado sobre a mesa foi mastigando demoradamente e engolindo o delicioso manjar até que ficou a travessa vazia.

Com um suspiro, voltando-se então para a sua amável servente, disse:

— Está magnífico! Oh! Antoninha manda-me a outra perninha.

D. Antónia que era a providência daquele estômago esfomeado, regalando-se toda em ver comer bem o seu querido companheiro, voltou lépida à cozinha e trouxe a reclamada iguaria.

O Dr. João voltou outra vez ao princípio e em breve chegou ao mesmo ponto.

Reclamou então uma pàzinha, depois outra, em seguida as costelas *os ossinhos da suão*, o pescoço... e assim metodicamente e sucessivamente até que ao fim de uma hora o carneiro e as batatas tinham desaparecido por completo e, se não fossem os ossos esburgados no prato e o testemunho das cozinheiras, não se saberia como.

D. Antónia só então é que viu as consequências do acto praticado por seu marido.

Aflita, voltando-se para ele, exclamou:

— Oh! Joãozinho, que havemos de dar de comer aos homens da acarretada?

— Não te aflijas, menina, — respondeu o doutor aspirando ruidosamente uma pitada de rapé — manda já o criado à venda nova do Couto comprar uma arroba de bacalhau.

O Dr. João José Pereira da Fonseca Vilas Boas desempenhou o cargo de Almotacé da Câmara Municipal de Braga, passando depois a exercer o de vereador da Câmara de Barcelos e de Juiz pelas Ordenações na mesma vila.

Por deveres dos seus cargos tinha casa estabelecida em Barcelos onde se hospedava com sua família.

Naquele tempo a vida citadina era mais recolhida e de menos convívio que actualmente.

Tirando as quintas em que as suas feiras emprestavam algum movimento à povoação, a circulação nas ruas era diminuta.

A boa gente barcelense não possuía ainda os centros de reunião de hoje, para passar as horas dos seus lazeres.

Não havia Assembleia, não havia Cafés, ainda

naquele tempo o grande Marquês de Pombal não tinha ido em Lisboa ao *Botequim do Casaca* tomar o seu chá com torradas para incitar o público à frequência daqueles recomendáveis estabelecimentos.

Os salões de algumas casas, as boticas e uma ou outra loja de comércio era onde se reuniam por categorias os barcelenses daquele tempo.

Terra pequena, dava-se o caso, como era natural, de haver rivalidades e até malquerenças entre uma e outra assembleia.

As mais importantes destas assembleias na rua Direita eram na loja de um violeiro e na de um mercador de panos.

Fervilhavam entre as duas às vezes a intriga e a má-língua. O nosso doutor, frequentando de preferência a loja do violeiro, era por isso abocalhado da outra fronteira.

Um dia recebeu uma carta, concebida em termos amáveis, assinada por António José de Faria Machado, senhor da nobre casa das Hortas em Braga, convidando-o para uma ceia e um baile que se seguiria naquela casa.

A princípio o doutor ficou contrariado com tal convite; não era pessoa dada a cerimónias e etiquetas, mas, não querendo desconsiderar o fidalgo hospedeiro, resolveu aceitar.

No dia marcado vestiu a sua melhor andaina, montou a cavalo e partiu para Braga.

Chegando lá, deixou a montada na hospedaria mais próxima, lavou-se, escovou-se e dirigiu-se pausada e gravemente para o palácio.

Das janelas deste, profusamente iluminadas, saíam já os acordes dos violinos e outros instrumentos dando princípio à festa daquela noite.

O vasto terreiro fronteiro ao edifício, atulhado aquela hora de carros, carroções, cadeirinhas e outros veículos usados naquele tempo, estava ruidoso e movimentado e no pátio estendiam-se duas filas de criados fardados e agaloados para fazerem honra aos convidados do dono da casa.

O doutor, não acostumado a espectáculos tão espantosos, ficou a princípio deslumbrado, mas, ganhando ânimo, rompeu por entre os improvisados alabardeiros até à escada.

Ali o mordomo que vigiava o serviço, notando aquela personalidade estranha impavidamente marchando para a festa, saiu-lhe ao encontro e, por entre cumprimentos e desculpas, perguntou-lhe pelo convite.

O doutor, apalpando-se exteriormente, meteu a mão no bolso interior da casaca e mostrou a carta que tinha recebido.

O criado ficou perplexo, dizendo por fim que o que pedia era um dos brazonados convites que tinham sido distribuídos.

Como o doutor retorquisse que não tinha outro convite, o servo pediu então a Sua Senhoria a mercê de esperar ali um instante, enquanto ia consultar seu amo.

Ocupado em atender os amigos e convidados daquela noite, o fidalgo encarou mal humorado o servo e disse que se não mostrava o convite enxotasse o importuno.

O doutor, ferido nos seus brios, voltou fulo à hospedaria, montou a cavalo e regressou a Moure.

Entretanto em casa, mandou chamar algumas pessoas da sua freguesia e encerrou-se com elas na sala em conferência.

Poucas horas depois, montando de novo a cavalo,

tomou o caminho da vila de Barcelos, rodeado de lavradores com alviões, machados e serras; no meio daquela gente a pé e assim armada parecia em tempos afastados o comandante de um fossado para incursões em terreno inimigo.

Chegando a Barcelos, atravessando a ponte, tomou pela rua dos Pelames e só parou extra muros da vila em um sítio chamado a Bagoeira.

Era ali que se erguia a antiga e nobre casa daquele nome, há muitos anos unida à das Hortas desde o casamento do avô do fidalgo, senhor da Bagoeira, com D. Catarina de Gusmão, filha bastarda de Luís Álvares da Cunha, comendador da Ordem de Malta e senhor da das Hortas.

Fora da quinta da Bagoeira, marginando a estrada de Prado, havia no tempo em que estamos um grande souto de grossíssimos carvalhos, sobreiros e castanheiros.

Eram estas árvores motivo de grande orgulho para os fidalgos daquela casa; patenteavam assim a antiguidade dela, dando-lhe um cunho senhorial e de majestade.

A aguerrida corte com afã deu princípio ao seu trabalho, deitando por terra todo aquele arvoredor; em pouco tempo tudo ficou no chão e desassombrado o sítio das árvores.

Ao romper do dia voltou sossegadamente o nosso doutor à sua casa de Moure com o acompanhamento da ida.

O morgado, informado do caso pelo feitor, dava urros em Braga e saiu a pedir Justiça.

Instaurado processo e aberta devassa, ficou culpado o Dr. João José Pereira da Fonseca Vilas Boas, que se

defendeu alegando que mandara cortar as árvores para livrar as pessoas que saíam do abrigo da vila e os feirantes, que regressavam a casa, do ataque dos malfeitores e ladrões, que se escondiam detrás dos seus troncos para melhor praticarem as suas proezas.

A Câmara solidarizou-se com o seu vereador e o processo foi mandado arquivar.

Tempos que não voltam Recordações da mocidade

DOIS DIAS EM RIO TINTO

Manhã de Junho; o sol, elevando-se no espaço, espalhava os seus ardores sobre a seara, transformando-as em montões de ouro; no ar puro e diáfano retiniam as variadas éclogas dos cantores alados, repercutindo hinos de hossanas e de harmonia, e a terra ao receber jorros de luz e calor, revolvia no seio a uberdade, da sua produção, exalando eflúvios genericamente criadores.

Envolvida neste ambiente vivificador e deslumbrante, rodava pela estrada macadamizada de Barcelos à Póvoa uma pesada viatura no chouto moroso de três cavalos, aos quais o bom do Bernardo repetidamente dava com o chicote alguma *gasolina*.

A velocidade nunca era, porém, vertiginosa, mas os viandantes não se aborreciam; iam de cara alegre e prazenteira.

Do espaçoso *break* saíam, qual enxame de abelhas, murmúrio de vozes em animada conversa, abafados de vez em quando por francas e sonoras gargalhadas, sublinhando ditos agudos e de troça.

Era uma carrada de alegria esfusante de um grupo de amigos que emigrava, qual bando de chirriantes estorninhos, das agruras da vida para o franco acolhimento de um lar querido, que engalanado os esperava.

Para trás as consumissões e canseiras de cada dia, pois na sua frente estava o acostumado e apeteçido oásis de algumas horas de convivência com corações abertos à amizade!

E assim eram levados alegres e sem preocupações pela estrada além, nessa manhã de verão, estes piedosos romeiros ao templo da Amizade e da Hospitalidade.

Atravessavam então a ampla e fértil veiga de Vila Seca, uma das mais lindas e encantadoras freguesias de Barcelos.

Dentre o verde escuro do arvoredor e das ramadas de pujantes vides, branquejava a casaria dos lugares e nos campos desenhavam-se as silhuetas dos lavradores, entregues aos rudes trabalhos da estação, pondo tons polícromos na paisagem.

Em frente, na curva da estrada, destacava-se a Farmácia; adiante, a Escola e ao lado a Matriz, sobrepojada pelas agulhetas da sua torre.

Era ali que tinham de abandonar o carro e seguir a pé ao seu destino. Foi curta a demora. Por aqueles ínvios caminhos, através dos campos, seguiu o festivo rancho, recebendo os sorrisos e as saudações dos que já o conhecia das muitas e repetidas vezes que, com igual fim, por ali passava.

Negrejou alfim lá em baixo a vetusta Residência Paroquial de Rio Tinto, almejado porto a que se acolhiam aqueles náufragos, já cansados de longo caminhar.

Ao entrar no murado terreiro, que circunda a

casa, assomou à porta, no cimo da escada, a figura forte e simpática do anfitrião, que de braços abertos saudou um por um e, pigarreando, com voz sonora exclamou: *então rapazes, pensei que não vinham!*

Dentro, na cozinha, ia grande azáfama nos preparativos do almoço, que devia estar na mesa ao meio-dia em ponto, para evitar os protestos dos hóspedes, que nestas ocasiões mandavam mais que o dono da casa.

Nunca faltava em qualquer destes repastos, a pedido de alguns convivas, o prato do *senhor bacalhau*, acolhido sempre com grande algazarra.

Que magníficos banquetes à antiga portuguesa e só comportáveis por estômagos portugueses e moços!

À noite jantar, que o dono da casa crismava de ceia, fazendo-se a retirada só no dia seguinte, depois do meio-dia. E isto repetiu-se durante anos, uma vez por mês e às vezes mais!

Nos intervalos das refeições aligeirava-se o tempo com amáveis e intermináveis palestras, passeios ao Marachão e outros sítios pitorescos das redondezas, quando não se armava na sala principal um *joguinho para todos*.

Na noite daquele dia o serão tinha-se alongado e ao romper do dia seguinte estavam ainda emersos no seu primeiro sono quando da torre da igreja, que ficava sobranceira à casa, revoaram as nove badaladas das ave-marias, seguidas do repique festivo e desfreado de dois sinos: era o despertar suave e costumado do trabalhador do campo, que refeitas as suas forças por um sono reparador, dava princípio às novas canseiras.

Para os que, porém, tresnoitaram, aquele badalar constante e monótono era arreliante e incomodativo.

O bom do sacristão, o Sr. Silva, que era também um fervoroso adorador de Baco, enebriava-se naquela manhã com a sua arte, tirando dos velhos e desafinados instrumentos os mais altisonantes sons, que penetrando na residência cruzavam-se no ar com os lamentos, imprecações e pragas que saíam dos dormitórios, proferidas por todos os que tinham sido acordados tão bruscamente.

O artista, porém, só passado muito tempo é que deu por terminada a sua grandiosa obra; descendo então da torre cumprimentou alguns crentes, que no adro esperavam pela oração, e encaminhou-se para a cozinha abacial *a matar o bicho*.

Ia tão alegre, tão satisfeito, tão senhor do seu valor artístico que está provado que as pragas não empecem.

UM TRÍDUO EM ALVELOS

O pregador naquele ano era um frade franciscano de Montariol, Fr. Francisco da Consolação.

As práticas prometiam ser muito concorridas e a festa ainda mais do que nos outros anos por ter vindo prestar o seu concurso, por deferência ao abade, um orador de fama, Fr. Manuel da Chaga do Lado, que no domingo fazia o sermão final.

O pobre do abade, o mais sacrificado pecuniariamente, tinha escolhido a sexta-feira para receber um grupo de amigos, que decretara um assalto a sua casa, visto no sábado ser a *confessada*, tendo de atender nesse dia os colegas que vinham ajudá-lo, e no domingo ser a festa, com comunhão geral, missa cantada, sermão e procissão, com o que estaria ocupado todo o dia.

A sexta-feira naquele tempo era dia de rigoroso magro, não havendo bula ou licença que o dispensasse, mas não fazia mal; mais uns arrátéis de bacalhau, de arroz e alguns ovos e os convivas ficariam satisfeitos.

Nesse dia de manhã tinha havido prática e cerimónias religiosas na igreja e à tarde continuar-se-ia a cumprir o programa dos anos anteriores.

No intervalo dos actos religiosos seria o almoço a que vinham assistir os amigos do abade, devendo aquele estar na mesa ao meio-dia em ponto.

Os frades têm a sua regra a que obedecem e horas certas para as refeições que não podem alterar.

— Que viessem pois à *horinha*, recomendara na véspera o abade aos convidados em Barcelos.

Pouco antes do meio-dia ouviu-se um sussurro de vozes no adro, com grande escândalo das *beatas* que ainda demoravam na igreja, e em seguida um magote de homens dirigiu-se para a Residência Paroquial.

O dono da casa saiu ao terreiro de braços abertos a receber os amigos, como de costume.

Naquele dia, porém, tinha ele um aspecto triste e abatido, estranhável nestas ocasiões, que por todos logo foi notado.

No seu rosto de ordinário aberto e franco via-se como que uma sombra a empaná-lo, que por mais esforços que fazia para disfarçar não o conseguia.

A Sr.^a Mariana, a boa velhinha, que sempre vinha saudar affectuosamente os amigos de seu filho, não appareceu naquele dia, sumindo-se no fundo da cozinha.

A alegre malta, notando estes factos, procedeu immediatamente a um interrogatório a que o bom do abade se viu embaraçado em responder.

As perguntas eram também as mais disparatadas: um queria saber se ele estava doente; outro se tinha caído o governo; outro se ele abade receava perder as próximas eleições, etc.

Nisto porém, para por termo àquella geral inquirição, o amigo Caixóla, baixando a voz e falando junto à cara dos que lhe ficavam mais perto, disse:

— Então, rapazes, não sabem que o abade tomou já os ares seráficos dos frades que tem em casa!

— Que tenho frades em casa, exclama do lado o Santo, pouco importa; o que não queremos é que entre *bispo*... na cozinha.

Nesta altura vieram anunciar que o almoço estava prestes a ir para a mesa.

Santa palavra! Todos se encaminharam para a sala.

Os frades já lá estavam de mãos erguidas, em pé, fazendo as suas orações preliminares.

À cabeceira da mesa sentou-se Fr. Francisco, acolitado pelo dono da casa e pelo outro frade; o resto abancou indistintamente.

Estabeleceu-se a princípio um silêncio cerimonioso, devido não só à presença dos frades mas ainda ao mandato imperativo dos estômagos, o qual cedo se dissipou, nascendo a comunicabilidade própria daquelas ocasiões.

Quem servia, ou por outra quem acarretava as travessas para a mesa, pois não consentiam que outrem os servissem, era o Bento.

Não estava este também nos seus dias felizes.

Calado, com um riso forçado quando alvejado, notava-se-lhe um tic nervoso nas mãos.

Estava mesmo um pouco desastrado: entornou alguns copos com vinho na toalha e chegou a emborcar uma travessa cheia de batatas e ovos cozidos sobre a mesa, o que causou grande alarido.

Tudo levava a acreditar que sobre aquela casa pairava um grande mistério.

As iguarias tinham, porém, um aspecto admirável e rescendiam um aroma tentador.

O bacalhau cozido loirejava no fundo da travessa bem acompanhado de *todos os matadores*.

O primeiro ataque geral foi grande e copioso. Cada um serviu-se abundantemente; mas, quando o

mais sofrego levou à boca a primeira garfada, fez uma careta e arrumou o bacalhau para o lado do prato e os outros por sua vez fizeram o mesmo.

Romperam por fim os protestos e as chufas:

— Oh! Abade! o bacalhau não foi demolido, está uma *pilha*.

— Oh! Abade! O bacalhau é da *peça*!

— Boa *peça* nos quis pregar o abade!

— O abade é que é uma boa *peça*!

E daquele prato todos foram vegetarianos.

Os que se seguiram, de tal modo estavam confeccionados, que sossegaram por completo os ânimos exaltados.

Findo o almoço todos se levantaram; os frades recolheram-se aos respectivos quartos a dormir a sesta e a preparar as práticas e os sermões futuros e os restantes convivas poisaram na varanda a palrar e a esmoer os succulentos bolo.

A história porém do bacalhau salgado a ninguém passava da mente.

O pobre do abade confessou por fim que, tendo deitado de *molho* o bacalhau para aquele dia na poça do Passal, os larápios de noite lho tinham roubado.

Fr. Francisco, do alto do púlpito, tomando por tema o apego às coisas alheias, o roubo, em voz trovejante bem condenava os ladrões às penas eternas, nas trevas e entre o ranger dos dentes, com que o auditório muito chorava.

O larápio do bacalhau do abade, se assistiu a algumas daquelas práticas, muito deveria ter rido.

UMA NOITE EM PAÇOS

Foi pela matança dos porcos.

Na tarde daquele dia caía uma chuva miudinha, impertinente, destas chuvas que molham e encharcam, penetrando até aos ossos, quem desprevenidamente se expõe a ela.

Não obstante tinha ocorrido a Paços grande número de amigos, que descuidadamente pretendiam passar algumas horas de ócio em amável convívio.

Era ali o Quartel General daquela alegre tropa e onde se planeavam os assaltos às casas dos associados.

Bastava dizer-se: tal dia vamos a tal casa, para que todos anuíssem, sendo o dono da casa visado o primeiro a aceitar e aplaudir a resolução tomada.

Para ir a Paços naquele tempo não era fácil nem cómodo; de comboio, até à Estação de São Bento, palmilhava-se ainda dois quilómetros a pé, parte pela linha férrea e parte por caminhos velhos, e de carro, até Monte Real, um quilómetro por carreiros através de campos lamacentos, vadeando um pequeno ribeiro, o rio Covo.

A estrada municipal que hoje lhe passa à porta não existia ainda; só em 1920 é que foi construída.

Pois nem assim deixavam de ser concorridas aquelas reuniões e naquela tarde a assembleia era

numerosa. Tinham vindo até mais hóspedes do que se esperavam e por isso para acomodar a todos improvisaram-se camas, desdobrando algumas.

Como o tempo naquele dia não permitia permanecer fora de casa, estacionaram nas salas.

Discutia-se, contavam-se anedotas, fazia-se blague, jogava-se, jogos lícitos já se vê, e assim se passava o tempo até ao jantar que era ao anoitecer.

À noite, findo este continuar-se-ia na mesma ordem de ideias da sessão da tarde, pois não era possível pela mesma causa passear, ir espairecer até à eira, até aos sobreiros, tomar ar e... *cantar o noivado do sepulcro*, como aconteceu algumas vezes.

O serão alongou-se pela noite dentro com a animação sempre usada.

O abade, porém, que tinha de dizer missa na sua freguesia ao romper do dia seguinte, foi deitar-se, deixando-o ainda em meio.

Como era o primeiro a recolher, escolheu quarto e escolheu cama, tendo recomendado previamente que o acordassem às seis horas.

Os convivas por fim, à medida que eram invadidos pelo sono e pelo cansaço, foram-se também retirando para se deitarem, procurando por sua vez o quarto e a cama que mais lhe convinha.

O último que fez isso foi o Juca.

Já todos estavam recolhidos e ainda ele, dando largas ao seu espírito humorístico, fazia pirraças e arreliava os outros, não os deixando dormir.

Quando por fim ia para se deitar, percorrendo todos os quartos à procura de cama, encontrando apenas uma devoluta no aposento em que dormia o abade, mas no chão.

Chegou a sua vez também de ficar arreliado.

Principiou, porém a despir-se, acocorou-se no colchão, apalpou-o em vários sítios e fez uma careta por não gostar da sua fofice.

Circunvagou em seguida o olhar e deparou com o abade repimpado, dormindo profundamente, na sua Luís XV.

Ocorrendo-lhe então uma ideia: foi pé ante pé à mesinha de cabeceira da cama daquele, adiantou-lhe o relógio horas e meteu-se em seguida na sua, no chão.

Apagou a luz e começou gritando pelo amigo, dizendo que eram horas de ele se ir embora.

O abade estremunhado riscou um fósforo, acendeu a vela, viu as horas e vestiu-se apressadamente, resmungando a sua má sorte.

Desceu em seguida à corte a aparelhar a égua para montar e seguir caminho para a sua freguesia.

O Juca, que sorrateiramente espreitava todos estes movimentos do companheiro, logo que ele voltou costas saltou para a cama abandonada e ali dormiu regaladamente até de manhã.

Ia o pobre do abade a cavalo, embrulhado no seu capote alentejano, a meio da encosta do monte que separa a freguesia de Santa Baia da de Remelhe, quando ouviu bater horas no relógio da torre da igreja de Silveiros.

Contou: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, ... e contou até doze!

Foi então que teve conhecimento da partida que o amigo lhe tinha pregado.

Parou indeciso se voltaria para trás a esperar o romper do dia, mas resolveu por fim continuar viagem e ir na sua casa, na sua caminha, acabar o sono da manhã, que tanta falta lhe fazia.

UMA ROMARIA EM CHORENTE

Depois do meio-dia ajuntara-se muita gente no Terreiro da Senhora nos preparativos da romaria de Santo Amaro.

Este santo festeja-se nesta freguesia no primeiro domingo de Agosto.

O afã no trabalho era geral naquela tarde. Os mordomos espetavam no chão de cada lado do caminho, por onde tinha de passar a procissão no dia seguinte, mastros com galhardetes e as mordomas enfeitavam com verdura e flores cordas que deviam ligar entre si aqueles mastros.

Por um lado os vendeiros armavam as barracas de *comes e bebes* onde se abrigavam carros de bois com esguias pipas de precioso verdasco; por outro alinhavam as doceiras os tabuleiros, suspensos em *cangalhas*, onde os doces confundiam sua alvura com a das toalhas em que se acastelavam, e as rosqueiras descobriam os cestos da feira em que loirejava o pão trigo.

Junto às casas os Cabos de Ordens combinavam com o Regedor a sua distribuição à noite pelas entradas do arraial, para apreender os paus aos pimpões, medida acertada com que o Sr. Administrador conseguiu evitar muitas desordens e até crimes nas romarias.

Só nós deambulávamos despreocupadamente por entre aquele formigueiro humano todo entregue à sua faina e pensava eu então que de todas aquelas pessoas, poucas obedeciam ao sentimento da fé e da piedade, mas quase todas ao da vaidade ou ao do lucro.

Havia como de costume, naqueles dois dias recepções em Sandim e o dono da casa rejubilava porque pela véspera prometia ser grande a afluência de amigos no domingo.

Teria assim maior auditório para explicar como se tinham desenvolvido uns enxertos no pomar, para descrever uma sua viagem na Estrada de Ferro de Leopoldina e contar uma história infundável e um *outro António*.

Tudo isto de propósito para nos maçar e nós da mesma forma fingíamos não ouvir.

Naquele ano a festa de Santo Amaro em Chorente devia ser estrondosa: o armador era de Vilar de Figs, o fogueteiro de Roriz e o pregador era um orador afamado de uma freguesia circunvizinha.

Justa fama era a desse pregador; nos seus sermões nunca usava de flores e arrebiques de frase, como alguns dos colegas.

Era chão, claro, doutrinário, de maneira que todos compreendiam o que ele queria dizer.

Além disso era moderado nos preços e portanto chamado de preferência pelos forasteiros.

Assim por pouco dinheiro arrebatava e comovia os seus ouvintes, conhecendo com maestria a técnica vibratória da alma do povo.

Em uma festa em Santa Baia ao mártir S. Sebastião, mandada fazer por um *brasileiro* salvo de doença grave, tocou as raías do sublime!

Após um breve exórdio entrou logo no assunto, começando por referir-se aos três flagelos da humanidade de que o santo é advogado.

Quanto à fome passou de leve; bem sabia que o seu auditório se não vivia na abundância, nunca sentira, como seus antepassados de outrora, as garras do abutre.

Quanto à guerra apenas fez uma ou outra comparação mais ou menos feliz; só esbravejou quando a comparou «à espada desembainhada da bainha de um alfange».

E sobre este ponto não se espraizou nem se estendeu mais.

Ao referir-se à peste é que foi inexcedível.

Começou por lembrar que rara seria a pessoa que o estava ouvindo que não tivesse, dizia ele, um pai, uma mãe, um irmão, um marido, um filho, um parente ou pelo menos um amigo ausente.

Quem sabe — continuou com voz comovida —, se algum desses entes queridos não estariam àquela hora atacado de doença, perigosamente enfermo ou talvez morto!

O público começou por soluçar e acabou por soltar altos gritos, sendo preciso tirar da igreja em braços algumas mulheres mais impressionáveis.

Ele do alto do púlpito gozava o triunfo que tinha, porém, excedido o seu intento, pois a maior parte dos fiéis não ouviu o remédio que lhes aconselhava: apegarem-se com o glorioso mártir S. Sebastião, que a todos valeria como valeu àquele que mandou fazer a festa.

Para Chorento escolhera um dos melhores sermões do seu sermonário. Fez-nos, porém, prometer ao jantar em Sandim que não iríamos ouvi-lo.

Da *troupe* ninguém foi, não fizesse ele como em certa ocasião que, não gostando do auditório, deixou a festa sem sermão...

Não fomos, mas o público ao sair da capela vinha maravilhado, dizendo não haver outro orador assim.

Findo o sermão principiou o desfile da procissão.

Primeiro vinha o guião; depois as bandeiras e cruzeiros alçadas das confrarias, rodeadas dos anjinhos, vergados ao peso do ouro ao pescoço e agarrados cada um às mãos de dois homens de opas e varas de prata, que nos seus passos miudinhos e vacilantes retardavam a marcha; depois o andor do Santo e em seguida o da Senhora, padroeira da capela, cuja imagem era uma bela e antiga escultura em pedra.

Este andor era grande e espaventoso, sendo difícil tirá-lo pela porta principal do templo.

Tiveram para isso de baixá-lo até ao chão, arrastá-lo para fora e depois içá-lo aos ombros de seis moçotes dos mais forçosos da freguesia.

Ao proceder, porém, a esta última operação, fraquejando de um lado os pegadores, o andor tombou por cima das cabeças dos espectadores que ondevam junto a ele.

Os mordomos e os confrades correram para evitar a catástrofe e o público fugiu, uns ao perigo outros sem saber porquê.

Estabeleceu-se um pânico e confusão medonha.

Serenados por fim os ânimos apareceram apenas algumas cabeças rachadas.

À noite reunimo-nos no habitual convívio em Sandim e para contar adicionamos já aos sabidos e repetidos casos as peripécias que se deram nesta festa.

E ASSIM SUCESSIVAMENTE

As reuniões repetiam-se durante anos num cirandar constante...

O Grupo funcionava em sessão plena ou fraccionava-se em secções, umas vezes na vila em casa de consócios, de preferência nos dias de festa, nas Cruzes, por ocasião da procissão do Ecce Homo, etc., outras por essas aldeias fora, sempre em mira aligeirar o fardo pesado da vida.

Fazia-se *raids* por casa de amigos a banhos nas praias próximas: na Apúlia ou na Póvoa de Varzim.

A Póvoa de então era mais alegre e divertida do que a de agora; a vida ali era muito diferente.

Acordava-se cedo para ir à praia ver tomar os banhos de *choque* e rir das caras feias que os banhistas faziam depois do mergulho.

Tomava-se café em um pequeno estabelecimento de mercearia no Passeio Alegre e em seguida passeava-se, *vendo o mar*, até horas de almoço, almoços magníficos de peixe fresquinho, a saltar.

Vencido o *quebranto*, outra vez o passeio à beira-mar, onde era infalível encontrar apressados os Forrobodós de Braga, bons rapazes, francos e alegres.

De tudo se tirava partido para rir, para passar bem o tempo.

E à noite... as noites da Póvoa em Agosto eram muito animadas; o movimento concentrava-se na rua dos Cafés.

Havia quatro ou cinco estabelecimentos deste género, amplos e espaçosos, que a certas horas da noite regorgitavam de fregueses.

Homens e senhoras, sentados em cadeiras em volta de mesas, falavam alto, rindo com uma alegria comunicativa, interrompida apenas pelos cantores, dançarinas e outros artistas, verdadeiras companhias de variedades que ali se exibiam.

O público, que não conseguia lugar dentro, passeava na rua, entretendo-se a espreitar às portas.

Não tínhamos pejo de entrar nos Cafés e percorrer todas as salas abertas aos seus frequentadores. Ali reinava a alegria, a franqueza e a comunicabilidade portuguesa; não havia o silêncio respeitoso dos templos.

E para quê? Se o que lá se vai fazer é o mesmo que se fazia naquele tempo.

Vínhamos da Póvoa com imensas saudades e vontade de lá voltarmos mais vezes.

O grupo ia por secções e algumas romarias: à Cruzinha de Góis, ao São Bento da Várzea, às Necessidades em Barqueiros, ao Sant'Iago em Macieira, etc.

Nas Necessidades sendo habituais hóspedes na casa Grande, por causa da rivalidade havida entre os seus donos e os da Torre, mandava o protocolo abster-nos dos animados bailes que nesta se davam.

O aquartelamento de força militar, que vinha manter a ordem na romaria, era geralmente nos baixos da casa para onde íamos dando-lhe assim um certo tom: sentinela à porta e oficial à mesa.

Em uma daquelas romarias quem comandava a

força era o nosso amigo tenente P..., bom *vivant*, bom companheiro e chalaceador.

Ao jantar desse dia começou por pedir um copo com água e, colocado este na sua frente à mesa, ficou-se a *arrumar a mala*, como ele dizia, comendo e dando sacudidelas com as manápuas no seu grosso abdómen.

Comeu bem, como de costume, bebeu melhor de um vinho apetitoso que o hospedeiro nos serviu, ficando o copo com água esquecido, sem lhe haver tocado.

Um conviva, sentado à mesa, notando o facto, interrogou-o:

— Oh! P... para que mandou Você trazer o copo de água?

— Meu caro amigo — respondeu ele, levantando o rosto risonho de cima do prato — mas nunca deixando de mastigar, o bom táctico deve ter sempre à vista... o inimigo.

E continuou a arrumar a mala.

Em uma romaria do Santiago de Macieira deu-se um caso que vou contar, mas previno desde já que não deve ser lido por pessoa de estômago fraco; essas não leiam, passem adiante.

Estávamos encostados naquela noite à parede do adro da igreja paroquial apreciando as habilidades pirotécnicas do fogueteiro de Chavão e ouvindo os acordes desafinados de uma banda não sei de onde, quando se chegou a nós um companheiro e, batendo-nos nas costas disse quase ao ouvido:

— Descobri uma locanda onde se deve comer admiravelmente! Encomendei uma arrozada de frango para o fim do fogo que é uma delícia.

— Bravo — respondi eu. — Vamos lá a isso, que por mau que seja, sempre será melhor que o fogueteiro e a música, e não larguei mais o amigo.

Entramos em uma casa do outro lado da estrada e subimos a uma varanda onde estava já posta a mesa.

Reunida a sociedade, abancamos.

Quem nos servia era uma mulher dos seus trinta anos, muito fresca, com o lenço atado para trás na cabeça, grandes argolas de ouro nas orelhas e cordões ao pescoço.

Sobre a toalha estreita de linho grosseiro, muito branca, pôs com desembaraço duas travessas a transbordar de arroz com grandes pedaços de frango a nadarem entre ele.

Não se fez esperar o assalto geral e cada qual encheu os seus respectivos pratos.

Vi que um dos companheiros, tendo levado apenas duas garfadas de arroz à boca, arrumara este no prato e ficara-se a comer pão com cara de enojado até que agoniado se levantou e saiu da mesa.

Os outros, acabado o ímpeto famélico e convergidas as atenções sobre ele, começaram a invectivá-lo.

Um mais ousado investiu com o garfo o arroz amontoado no prato e, remexendo-o, acertou trazer espetada uma coisa redonda e gordorosa da qual saiu por um rasgão algum milho amarelo; era o papo do frango que a cozinheira se tinha esquecido de deitar fora.

E os passeios, alguns dos quais ficaram memoráveis, ao Bom Jesus do Monte, à Franqueira e a outros sítios pitorescos das redondezas!

No Bom Jesus passavam-se horas esquecidas, sentados em bancos *di rolha* em profundas meditações e quantas vezes em sonolências, chamados à realidade

pelas cantigas dos cantores ambulantes ao som de guitarras.

A oficialidade do Batalhão fazia os seus exercícios de quadros, usualmente terminados na casa de algum consócio; eram pontos estratégicos...

Tudo passou e há muitos anos. O grupo dissolveu-se; uns levados na luta pela vida foram para longes terras e outros empreenderam já a grande viagem.

Dos poucos que restam junto à arena, vencidos pela idade, cortaram a *coleta* e não pensam em fazer reviver os tempos passados, porque *a mocidade não volta mais*.

Pró-Barcelos

BARCELOS

SUA IMPORTÂNCIA PASSADA E PRESENTE

Barcelos é sede do concelho do mesmo nome e pertence ao distrito de Braga.

O concelho tem 51.069 habitantes.

É difícil fazer, com precisão, a história desta povoação, anterior à nacionalidade.

Alguns escritores remontam a sua origem aos cartagineses e, como entre as duas margens do Cávado, antes da construção da ponte, houvesse uma *pequena barca* de passagem, *barca ellus*, fazem derivar desta palavra o nome de Barcelos.

No alvorecer da nossa nacionalidade, era um pequeno burgo sem importância política ou estratégica.

Vila da coroa, D. Afonso Henriques deu-lhe em data indeterminada o seu primeiro foral, confirmado em 1256, em Santarém por seu neto D. Afonso II e reformado em 7 de Agosto de 1515, por D. Manuel I.

Pelas inquirições Régias de 1220 e 1258, Barcelos, orago de Santa Maria, é freguesia do julgado de Neiva, assistindo as justiças naquele castelo.

Com a elevação de Barcelos a sede do primeiro condado territorial vitalício português, no tempo de D. Dinis, melhora a sua situação política e social.

D. Afonso Telo de Menezes é o primeiro conde, seguindo-se uma série de seis até D. João Afonso Telo de Menezes morto na Batalha de Aljubarrota, por parte dos castelhanos. Sob a égide destes condes esta terra progride e vai gradualmente aumentando de importância.

Vagando o condado D. João I, *alevantado* rei nas cortes de Coimbra, dá-o ao seu amigo e principal cooperador na independência da pátria, o condestável D. Nuno Álvares Pereira.

De curta duração foi, porém, o governo deste. Casando a filha D. Brites Pereira de Alvim com D. Afonso, mais tarde 1.º Duque de Bragança, filho bastardo daquele rei, leva em dote, entre muitas outras terras, o condado barcelense, o qual no século XVI é elevado a ducado.

Barcelos entra então na época do seu maior engrandecimento e esplendor.

A vila, povoação aberta e sem defesa, sob o domínio dos Braganças é cercada de muralhas, restaurada, se não construída de novo a ponte que a liga à outra margem do rio e sobranceiro àquela é edificado o Paço, residência senhorial dos seus condes.

O seu primitivo e reduzido alfoz, que ultimamente vinha alargando, torna-se, pelo decorrer do tempo, no colossal termo e comarca.

O seu concelho, com assento em cortes no banco 14, foi tão grande que em 1836 abrangia sete léguas de largo de nascente a poente e dez de norte a sul, sendo limitado ao norte pelo rio Lima, ao sul pelo Ave e ao poente pelo mar.

Desmembrado, cedeu territórios aos concelhos de Braga, Esposende, Guimarães, Ponte de Lima, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Viana do Castelo, Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão.

Se grande era o concelho, ainda maior era a sua comarca. A expansão desta inicia-se também no século de mil e quatrocentos. Sendo um pequeno território encravado no julgado do Neiva, começa por absorver este julgado e os de Faria, Penafiel de Bastuço, Aguiar, Vermuim e, num crescente progressivo, chega a dominar em um bairro ou rua de Lisboa.

Assim, antes do liberalismo, compreendia a comarca de Barcelos oito vilas: Barcelos, Castro de Laboreiro, Esposende, Melgaço, Ois da Ribeira, Paos, Vila do Conde e Vilarelho do Bairro; oito concelhos: Larim, Lousada, Ferreira de Tendaís, Paiva, Penela, Rates, Tendaís e Vila Chã; cinco coutos: Cornelhã, Fralães, Gondufe, Landim e Nogueira e uma honra, a de Baltar.

Fraccionada, os seus componentes dividiram-se pelas comarcas de Arouca, Melgaço, Penafiel, Sinfães, Ponte de Lima, Esposende, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, etc.

A actual comarca, que corresponde ao concelho, compreende ainda 94 freguesias.

Por decreto de 31 de Agosto de 1928 foi esta antiga vila elevada à categoria de cidade.

Desde 7 de Fevereiro de 1918 é iluminada a luz eléctrica, sendo a energia fornecida pela Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, da Fábrica da Afurada.

A sua indústria, com várias fábricas e o seu comércio são relativamente prósperos. Conserva ainda a antiga feira semanal, às quintas-feiras, em que se

fazem muitas transacções e no dia 3 de Maio a importantíssima feira anual e grandiosas festas das Cruzes.

Esta cidade moderniza-se, com a abertura de novas avenidas, alargamento e aformoseamento das suas antigas ruas e largos.

Possui formosos templos, como o do Terço, o do Senhor da Cruz, e o da Igreja Matriz ou Colegiada, grandiosos Paços do Concelho e um belo edifício onde está instalado o Hospital da Misericórdia, com um bem arborizado parque anexo. Funcionam actualmente dois hospitais, o da Misericórdia e o de S. João de Deus; dois asilos, um para crianças e outro para velhos e inválidos; uma creche, duas associações de bombeiros voluntários; uma associação de socorros mútuos, etc.

Teve aquartelado durante muitos anos um batalhão de infantaria, que ultimamente foi daqui retirado.

Ainda que em volta das suas muralhas nunca se desse qualquer batalha ou feito de valor notável, não é pequena, nos tempos de antanho, a sua importância militar.

Nas guerras da restauração, chegou a mobilizar três terços de infantaria, mil e quinhentos gastadores e quinhentos carros.

Este feito provocou aqueles versos ao poeta Manuel de Galegos — Epithalamio oit. 81.^a.

*«Só em Barcelos houve alardo um dia
Em que o sol pelos campos dilatados
Com terrível e fera galhardia
Dezesete mil peitos viu armados».*

BARCELOS MILITAR

A vila de Barcelos, sem defesa guerreira, foi mandada cercar de fortes muralhas com suas torres nos primeiros anos do século XV por D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos e 1.º Duque de Bragança.

Dessas obras apenas existem incompletas: a dupla cortina sul das muralhas desde a ponte sobre o Cávado até ao sítio denominado Pessegal, construídas sobre o rochedo na margem desse rio, tendo sido aproveitadas as que restam no século passado para quintais de recreio das casas da rua Faria Barbosa; a parte da muralha que vai daquela rua até à torre de *Cima de vila*, no largo da Porta Nova, e ainda a parte da muralha que vai da rua Barjona de Freitas a facear com a do Poço, largo da Fonte de Baixo e viela das Vivandeiras até ao rio.

Das torres vêem-se os alicerces da que se erguia sobre a ponte e as duas pequenas torres, incompletas, sobre o rio, existentes, uma ao poente e outra ao nascente do quintal da casa do Ex.^{mo} Sr. Fernando de Magalhães e Menezes Vilas boas (Conde de Vilas boas).

Entre estas duas torres existe no quintal acima mencionado um postigo e ao nascente da última vê-se outro postigo abertos na muralha.

Um deles devia ter sido a chamada *porta da traição* desta fortaleza.

Entre os Largos da Porta Nova e José Novais eleva-se a antiga torre de Cima de Vila, completa, com suas ameias de adorno, frestas, e janelas e portas ogivais.

Há pouco tempo considerada monumento nacional, serviu durante muitos anos, desde o século XVII, de cadeia civil comarcã, andando actualmente em obras de restauro para nela serem instalados os Museus Municipais.

No território por onde se estende o concelho de Barcelos levantaram-se outrora três castelos, os quais com o de Neiva, pertencente hoje ao concelho de Viana do Castelo, eram por assim dizer os baluartes de defesa da vila de Barcelos, quando desguarnecida de muralhas.

Eram estes: ao norte, o de Aguiar e, ao sul, o de Penafiel de Bastuço e o de Faria, todos de fundação anterior à constituição da nacionalidade portuguesa.

O castelo de Aguiar era sito na freguesia de Santa Lucrécia de Aguiar do Neiva, no monte do Crasto, contraforte do monte Aréfe.

Este castelo medieval erguia-se no sítio hoje conhecido por chão do Castelo, lugar do Fojo, e ainda ali se encontram vestígios de muros e fossos.

O castelo de Penafiel de Bastuço, que foi sede do Julgado do mesmo nome, elevava-se nos penhascos de um cabeço do monte de Airó, sobranceiro à freguesia de São Jorge de Airó.

Deste castelo sabe-se o sítio onde existiu pela tradição e por vagos vestígios dos seus alicerces.

O castelo de Faria, no julgado do mesmo nome, erguia-se em um cabeço do Monte da Franqueira.

Foi junto aos muros deste castelo que se deu nos fins do século XIV o feito heróico do seu alcaide, Nuno Gonçalves, narrado por vários escritores.

Depois daquele facto foi esta construção guerreira caindo em ruínas, até que no século XVI a maior parte da sua pedra foi aproveitada na edificação do convento do Bom Jesus da Franqueira.

Chegou-se quase a olvidar o sítio onde este castelo se ergueu; há uns oito anos, porém, organizando-se nesta cidade o «Grupo Alcaides de Faria» e convergindo as atenções para o monte da Franqueira, procedeu-se ali a escavações, pondo já a descoberto os alicerces da Torre de Menagem, os das paredes da Alcáçova e os da primeira muralha, encontrando-se nessas escavações objectos de grande valor arqueológico, arrecadados nesta cidade no museu daquela agremiação.

E, pouco vulgar, quando se procediam àquelas escavações, veio a descobrir-se a existência de uma povoação castreja, sobre a qual tinha sido construído o castelo de Faria. Ali se encontraram ruas, casas (algumas circulares), que faziam parte de uma povoação de época remotíssima, e alguns objectos de uso doméstico.

Não falando dos castros, povoações romanas e até pré-romanas alcandoradas nas cristas de montes ou dissiminadas pelas planícies deste concelho, das quais há apenas vagos vestígios, referir-me-ei às cinco povoações deste género mais importantes e conhecidas: a povoação castreja do monte da Saia, o castro do monte de Airó, sobre a freguesia de Roriz (que devia ser importante pelos vestígios que apresenta), a povoação talvez romana na freguesia de Vila Cova, e a cidade conhecida por Carbona, no Monte da Cara-

mona, entre as freguesias de Balugães e a de Carvoeiro, do concelho de Viana do Castelo.

Na parte norte desta última povoação estão bem visíveis em grande extensão uma parede de defesa e dentro os alicerces e restos de parede de muitas casas.

Escavações e explorações científicas ainda se não fizeram em qualquer destes monumentos.

Na freguesia de Gilmonde, sítio da Gandra, principiou-se a construir um Acampamento Militar, cujas obras corriam em 1798 e quando da invasão francesa de 1808 projectou-se formar um exército de observação à vila de Barcelos chegando-se a fazer ali fornos, e outros preparativos. Dessas obras hoje nada existe, ficando apenas o nome — Acampamento — ao sítio.

CASAS BRASONADAS

CASA DA CABANA

— QUINTIÃES —

Aos 14 de Março de 1652 Manuel Álvares Machado instituiu nesta casa e quinta um vínculo com obrigação de missas na capela de Nossa Senhora d'Ajuda, junto à casa desta quinta, cuja capela ele mandara edificar.

Manuel Novais Machado, filho do instituidor deste vínculo, Cónego na Sé da Guarda e Arcediago de Celorico, reedificou esta capela e por testamento de 29 de Maio de 1683 uniu ao vínculo da Cabana várias terras juntas aquela quinta.

Manuel Álvares Machado, primeiro instituidor, foi casado com D. Madalena de Novais Araújo de cujo matrimónio houve oito filhos, entre os quais o sobre-dito Cónego Manuel Novais Machado (2.º instituidor do vínculo) e Cristóvão Machado de Araújo, 2.º administrador do vínculo de Cabana, casado com D. Vitória Correia de Oliveira.

Cristóvão Machado de Araújo teve vários filhos entre eles, António Machado Ribeiro e Belchior Machado e uma filha D. Vitória Correia Machado.

António Machado Ribeiro, casou com D. Joana da Cunha, filha de Gaspar Pereira da Cunha e de D. Brites da Cunha, de Viana, e falecendo aquele, casou 2.^a vez D. Joana da Cunha com seu cunhado Belchior Machado. Casou esta senhora com dois irmãos não chegando a consumir matrimónio com algum deles — «que foi a todos admirável de casar esta senhora com dois irmãos e nenhum chegou a lograr e ela não chegar a sair do Convento de S. Bento de Viana, onde estava por educanda» — como se vê de um manuscrito daquela Casa da Cabana. D. Vitória Correia Machado casou com um irmão de D. Joana da Cunha, chamado Diogo Pereira da Cunha, onde se continuou a geração desta casa.

Esta casa pertence hoje ao Sr. António Machado do Vale (?) por sucessão e herança de seus pais.

Quem tirou o brasão de armas? Seria o Cristóvão?

Escudo esquartelado: no 1.^o Araújo, no 2.^o Machados e os contrários os mesmos. Elmo aberto e timbre de Araújo.

BARCELOS REGIONALISTA

Na vitrine dos Armazéns de Sant'Iago, desta cidade, está em exposição um manequim com os trajes regionais antigos da lavradeira de Barcelos.

É deveras interessante a indumentária da nossa mulher do campo dos tempos idos.

A chinela, pequenina, aberta, de cor preta, comprada nas tendas às quintas-feiras; a saia de serigui-lha, tecida nos teares aldeãos, com grandes barras pretas e o aventalzinho polícromo, levemente levantado pela faixa preta, que lhe aperta os quadris, deixando ver as meias de algodão brancas, quantas vezes feitas pela sua dona, dava graça e relevo à beleza das nossas camponesas.

Cingia-lhe o busto o *colete de rabos*, recortado e por baixo a camisa de linho com punhos e colarinhos guarnecidos de grandes rendas, pregas e bordados nas mangas.

Completavam por fim este vestuário grandes lenços de merino com ramagens de cores vivas, cruzado no peito e atado na cabeça.

Grossos cordões ou fios de contas de ouro com medalhas e corações de filigrana de ouro ornamentavam-lhes o pescoço e colo e pendentes das orelhas grandes argolas de ouro ou brincos à *rainha*.

É esta a descrição do traje de uma camponesa de Barcelos em uma época, não querendo porém de modo algum dizer que este fosse imutável durante séculos.

As modas femininas antigamente também evoluíam como agora, ainda que muito mais morosamente.

Assim no caso presente aparece-nos em certas épocas o chapéu de feltro, pequenino, com espelho, o avental preto, a saia de baetilha com vidrilhos etc. É de toda a conveniência escolher e adoptar, como se está fazendo nas outras terras, um traje regional antigo da lavradeira de Barcelos.

Como será belo e lindo restaurar, sacudindo do pó dos tempos, um desses trajes regionais e típicos da nossa lavradeira!

Todo o bom barcelense amante das tradições da sua terra deve empenhar-se no bom êxito desta obra.

O chamado traje à *vianesa*, que tão deturpado andava nos últimos tempos, foi restituído à sua antiga beleza, devido à patriótica e bairrista campanha promovida pelos regionalistas da vizinha cidade de Viana do Castelo.

Porque se não há-de fazer o mesmo em Barcelos?

Não seria descabido para principiar que nas próximas festas de Cruzes se abrisse um concurso, era um número interessante, de trajes regionais dando-se prémios às raparigas que melhor e mais caracteristicamente se apresentassem vestidas à moda de Barcelos.

O Rancho Minhoto, ainda não há um ano fundado nesta cidade, cabia-lhe a vez pela sua parte nas suas exhibições coreográficas apresentar-se, como os seus congéneres das outras terras, com os seus trajes regionais.

Em Junho, por ocasião da grande Exposição Colonial Portuguesa no Porto, o nosso ilustre patrício

Senhor Conde de Vilas boas, distinto Oficial da Armada e antigo herói das campanhas de África, tomou a iniciativa de fazer desfilar pelas ruas daquela cidade um grande cortejo em que se encorporarão ranchos de raparigas envergando os trajes próprios de cada região.

Barcelos com certeza não faltará àquele certame. Seria um crime não corresponder ao patriótico apelo daquele nosso ilustre e preclaro conterrâneo.

UM DEVER A CUMPRIR

Está-se realizando no Porto a 1.^a Exposição Colonial Portuguesa, que tem sido a admiração de nacionais e estrangeiros; para nós o orgulho da raça, a consagração do nosso valor e para os estrangeiros a prova da nossa existência, da nossa vitalidade e esforço colonizador.

Domingo, 15 do corrente, realiza-se um dos mais grandiosos e patrióticos números de festas dessa exposição: o *cortejo regional de Entre-Douro-e-Minho*.

Nenhuma terra dessa antiga província de Portugal deve faltar a esse tão lindo e sugestivo certame, concorrendo cada uma com o seu entusiasmo e alegria.

É um nosso conterrâneo, o Sr. Conde de Vilas boas, distinto oficial da Armada Portuguesa, autêntico herói das nossas Campanhas de África, que está empenhado na boa organização dessa parada regionalista.

Mas não é só esse facto que obriga Barcelos a ir naquele dia a essa festa.

BARCELOS concorreu e muito para a obra civilizadora do além-mar, cuja consagração se faz actualmente no Porto; deu mártires a fé, heróis na guerra e colonizadores e evangelizadores na paz.

A história aponta-nos os nomes ilustres dos barcelenses Pedro Fernandes e Diogo Dias de Milhão que morreram pela fé e pela sua pátria em longínquas paragens.

Nas guerras de além-mar, tornaram-se notáveis João Paes «o Velho», Henrique Pinheiro, Jorge Pinheiro, o Alferes Barcelense, Pedro Carneiro Gayo e tantos outros, etc., etc., e, em nossos tempos, destaca-se o vulto ingente e colossal do sublime evangelizador colonial D. António Barroso!

Só este enche páginas da nossa história colonizadora contemporânea!

Barcelos não pode, pois, faltar à festa do Porto; *la noblesse oblige*.

DESFAZENDO LENDAS

Coimbra, a velha cidade universitária, acaba de comemorar o VI Centenário do falecimento da Rainha Santa, padroeira daquela cidade, com grandes festas.

D. Isabel, fazendo sempre o bem enquanto rainha, recebido o último alento de seu marido D. Dinis, recolheu-se a uma vida ascética e de penitência.

Tarde reconheceu a igreja os merecimentos desta sua filha, elevando-a à veneração dos seus altares: beatificou-a em 1516 e canonizou-a em 1625, 289 anos depois do seu falecimento, que se dera em 4 de Julho de 1336.

O povo, porém, no seu espírito rude e simples, logo após a sua morte, dedicou um culto de veneração e reconhecimento às suas excelsas virtudes.

Se ela tinha sido a protectora desvelada da pobreza, socorrendo com a esmola os indigentes e com o trabalho os operários!

Cercou a sua caridade cristã de lendas, entre as quais a mais linda e sugestiva é a transformação do dinheiro destinado à sua beneficência em rosas.

A metamorfose do ouro em flores não é uma lenda referente apenas à Rainha Santa.

Já antes fora attribuída esta lenda a outras piedosas mulheres que praticavam a caridade.

Segundo velhas crónicas, a princesa Cacilda, filha de um rei mouro de Toledo operara aquele prodígio.

Após uma das guerras dos mouros com os cristãos, estando atulhadas as masmorras do Alcácer, surpreendeu o rei um dia sua filha com uma grande abada de esmolas e perguntando-lhe o que levava ali, Cacilda lhe respondeu:

— Flores, meu pai.

E entreabrindo as abas mostrou-lhe viçosas e formosíssimas rosas!

Essas flores dadas aos prisioneiros, cedo se transformaram novamente em pão.

O rei, sabendo do prodígio, maravilhado, não pôs entraves à caridade da filha.

Lenda semelhante corre àcerca de Santa Isabel, rainha da Hungria, tia da nossa Rainha Santa.

Um dia, ajujada ao peso das esmolas de alimentos para os seus pobres, encontrou esta rainha no caminho seu marido que regressava da caça.

Admirado de ver a esposa tão afadigada, disse-lhe:

— Vejamos o que levais e, abrindo-lhe violentamente o fardo, encontrou apenas flores. Quanto à lenda das rosas, attribuída à nossa Rainha Santa, há várias versões.

Uma é passada em Coimbra, quando D. Isabel, indo ver as obras que mandara fazer no Convento de Santa Clara, levava no regaço ouro para premiar os operários, e, sendo surpreendida por D. Dinis, como o tinha sido sua tia avó da Hungria, ele lhe perguntara:

— Que levais aí?

Ao que ela respondera:

— Rosas, Senhor.

É como a representam na bela escultura em veneração no seu convento de Santa Clara.

A outra versão é passada em Alenquer, quando a rainha, vendo uma camponesa com um ramo de flores, lho mandara pedir e levando-o aos operários, que andavam construindo por sua ordem um templo, distribuiu as flores por todos, dizendo que cada uma era o seu salário. Pouco depois operou-se o milagre, transformando-se as rosas em ouro.

Como esse facto constasse a D. Dinis, este disse à rainha que se lhe escasseava o dinheiro para a construção do templo o dissesse que seriam subsidiadas essas obras pela fazenda real.

Costuma dizer-se que a lenda é a história romanizada. Ora para que esta deva correr mesmo como lenda é necessário que tenha alguns visos de verdade.

A primeira versão da lenda das rosas atribuída à nossa Rainha Santa briga contra a verdade, é ofensiva do carácter de el-rei D. Dinis, é inverosímil e como tal inaceitável.

El-Rei D. Dinis, um dos reis mais sábios do seu tempo, poeta, de génio liberal, não é crível que se intromettesse tão abruptamente nos actos de beneficência de sua mulher, o anjo da paz e da caridade, tão amada e respeitada não só por ele como por seu filho o *Bravo*, e por todos os nobres e poderosos da terra, como ficou bem demonstrado nos campos de Alvalade.

É pois mais aceitável a segunda versão e não perde em graça e beleza a lenda com a transformação das rosas em dinheiro.

As lendas para que possam ser aceites, mesmo como tais, devem ter um fundo histórico, não serem verdadeiros *Contos da Carochinha*, e que não briguem com

os brios e dignidade de uma pessoa ou colectividade, digna do respeito dos seus semelhantes.

Está também nestes casos a lenda de os vereadores de Barcelos irem, tão caricatamente vestidos, varrer as praças e ruas de Guimarães.

Pois esta lenda, inventada num momento infeliz, tão ofensiva dos brios de um povo, tão afrontosa para a memória dos mortos, ressurgue por vezes em vários jornais e revistas.

De todas tem recebido o seu ressurgimento condigna resposta da parte de barcelenses, que se prezam de o ser, e assim é ler o Abade do Louro na sua Memória Histórica de Barcelos, o Dr. António Ferraz, o Sr. Ilídio Nunes, etc.

Os detractores dos brios dos de Barcelos, não desarmam porém e, deixando passar tempos, com os modos mais ingénuos e graciosamente, voltam a contar a *historieta*.

Desta última vez já saiu em três revistas e da parte de Barcelos só três ou quatro barcelenses e neste jornal vieram à estacada; o resto remeteu-se a um comodo silêncio, se não aplaudiu os detractores dos brios dos nossos antepassados.

Sem o nosso protesto é que não passará todas as vezes que façam sair à publicidade da imprensa tão falsa e disparatada lenda.

DESFAZENDO CALÚNIAS

I

Há ataques ao brio e dignidade de pessoas ou colectividades que devem ser repelidos no mesmo campo em que são feitos, de contrário cai-se no velho rifão de «quem cala consente».

O «*Arquivo Nacional*», publicação de grande responsabilidade histórica, na secção *Fastos Provincianos*, do seu n.º 171, narra várias lendas e tradições a respeito de Barcelos.

Começa por aquela de os vereadores da Câmara Municipal, deste concelho, serem obrigados a irem varrer nove vezes por ano, durante 70 anos, as praças e açougues de Guimarães, caricatamente vestidos: de barrete vermelho na cabeça, banda da mesma cor no ombro, espada à cinta, um pé calçado e outro descalço e de vassoura de giesta na mão!

Este castigo imposto à Câmara de Barcelos, o mais importante e populoso concelho do país, foi devido, segundo dizem os detractores de Barcelos, ao facto de na defesa da praça militar de Ceuta as tropas barcelenses terem abandonado o seu posto, sendo substituídas pelas de Guimarães.

D. João I premiou assim o heroísmo destas e castigou a cobardia daquelas.

Esta lenda, inventada por um padre, o P.^e António Carvalho da Costa, acolitado por outro padre, o abade de Tagilde, apareceu algumas vezes na imprensa, mas, tendo-se estabelecido grande controvérsia a seu respeito, parecia que estava morta e bem enterrada.

Não sucedeu isso, porém. O «*Arquivo Nacional*», fê-la reviver.

Foi o «*Barcelense*», o primeiro jornal, se não o único, que protestou contra a inserção nas colunas daquela revista histórica da patranha inventada pelo P.^e Carvalho da Costa.

Por sua vez, o autor do artigo do «*Arquivo Nacional*», em carta datada de 4 de Maio último, dirigida ao Director deste semanário, prometeu rectificar aquela tradição, servindo-se para isso de um folheto da autoria do falecido Dr. António Ferraz, que lhe fora enviado pelo Sr. Tenente Francisco Cardoso, e de outras fontes que julgasse necessárias.

Até hoje, porém, não foi rectificada tal lenda, tão desonrosa para os nosso brios de barcelenses, de que o «*Arquivo Nacional*» se fez eco, e antes — a revista «*Ilustração*», no seu n.º 231 de 1 de Agosto último, repercutindo o eco, em um artigo sob a epígrafe, *Três Séculos de Escravidão — Os Moradores da vila de Barcelos forçados a varrer as ruas de Guimarães* — narra o suposto facto de Ceuta e as consequências ignominiosas para os de Barcelos.

Durou o afrontoso encargo 60 anos, — diz o seu autor — até que o conde D. Jaime, contratando com a Câmara de Guimarães a cedência de duas freguesias — São Miguel da Concha (?) e São Paio de Ruilhe,

impôs aos moradores daquelas freguesias a servidão que pesava sobre os moradores da vila de Barcelos.

Ora todos os barcelenses se devem unir para protestar contra a divulgação de tão ignóbil calúnia às briosas tradições do seu município e à honra e valor militar dos seus antepassados.

Não venho aqui rebatê-las; é trabalho já feito e por mãos de mestres.

O Dr. António Ferraz e o Dr. José Machado, em brilhantes artigos publicados nos jornais, existindo do primeiro um folheto, separata daqueles artigos tirada por «O Barcelense», refutaram a veracidade daqueles factos e posteriormente o Sr. Ilídio Nunes, ilustre jornalista, que no Brasil tem levantado tão alto o nome português, tratou igualmente do assunto.

Para arrumar esta questão, pois, por uma vez, basta reunir em volume tudo o que sobre ela há escrito, fazer uma grande tiragem e distribuí-lo profusamente pelo país.

À Câmara Municipal de Barcelos, a quem está confiado o engrandecimento do bom nome do povo do seu concelho, é que compete tomar a seu cargo esse trabalho.

Realizando-o, pode ter a certeza que prestou um bom serviço ao povo seu administrado. Evitará assim de, para o futuro, se invocar a boa fé ao divulgar uma lenda tão afrontosa para os brios e dignidade de um povo, quando nesta ribeira Cávado, mesmo na parte que constitui o concelho de Barcelos, há outras muitas lendas e tradições tão interessantes e inofensivas...

P. S. — Este artigo, escrito há muito tempo, devia ter saído no número anterior ao que foi publicado, como no mesmo jornal se declara.

Depois de composto, foi recebido aqui o fascículo XIV do «Portugal Económico, Monumental e Artístico», dedicado a Barcelos, bem elaborada revista que honra as letras pátrias e tão úteis conhecimentos vem espalhando acerca de todos os concelhos de Portugal.

A páginas 447, sob o título «Vereadores-Varredores», faz a declaração de que os factos atribuídos aos de Barcelos na lenda de os seus vereadores irem varrer as praças e as ruas de Guimarães *«não tem verdade histórica»* e que com a publicação desta no fascículo XIII dedicado a Guimarães, não quer aquela revista que alguma dúvida subsista no espírito de algum leitor que em tal nota pudesse ver uma referência desprimorosa para uma terra, como Barcelos, que *«apenas tradições gloriosas conta em sua história»*.

O «Portugal Económico, Monumental e Artístico» com aquela declaração engrandeceu-se, fazendo justiça a Barcelos.

Oxalá que as outras revistas, que deram curso a tal lenda, façam o mesmo, de contrário continuaremos a acreditar que da sua parte houve o propósito de ferir os brios do povo de uma terra que *apenas tradições gloriosas conta em sua história*.

II

Não contava voltar ao assunto, mas a força das circunstâncias a isso me obriga.

«O Comércio de Guimarães», semanário que se publica naquela cidade, no seu número 4.924 de 17 de

Janeiro último, em artigo de fundo, intitulado «Reabilitando a Memória de Um Vimaraneze Ilustre», vem nos dizer que a historieta de os vereadores de Barcelos irem varrer as praças e açougues de Guimarães está provada e mais que provada em documentos existentes no tombo do município daquela cidade: Sentença contra os de Cunha e Ruilhe e Provisão de D. João V, que isentou estes daquela obrigação.

Foi com tais documentos, transcritos em parte por aquele jornal, que o abade de Tagilde, ilustre vimaranense, proclamou a veracidade da historieta inventada pelo P.^e Torquato de Azevedo e dada à luz em 1.^a edição pelo P.^e António Carvalho da Costa, na Corografia Portuguesa.

Não transcrevo aqui a parte dos documentos publicados em «O Comércio de Guimarães» por vários motivos: não tomar precioso tempo aos nossos leitores e não menos precioso espaço a «O Barcelense» e ainda, sobretudo, por esses documentos já terem sido transcritos na *íntegra* no artigo «Barcelos e os seus Difamadores» do falecido Dr. António Ferraz, publicado em 1896 em «Comércio de Barcelos» e reeditado em 1925 por este jornal, «O Barcelense».

O ilustre escritor Dr. António Ferraz naquele citado artigo «Barcelos e os seus Difamadores» desfez a lenda editada em 1.^a edição pelo P.^e Carvalho e para a qual o abade de Tagilde, João Gomes de Oliveira Guimarães, achara um sólido fundamento nos documentos acima referidos.

Ninguém até hoje saiu à estacada a impugnar os argumentos apresentados por aquele lúcido barcelense e o próprio abade de Tagilde remeteu-se a um significativo silêncio, não respondendo ao seu amigo e antigo discípulo.

Aos que pretendem, pois, fundamentar a tal lenda apenas nos documentos descobertos pelo abade de Tagilde recomendo-lhes a leitura do artigo do Dr. António Ferraz «Barcelos e os Seus Difamadores» dado à publicidade, como dissemos, por duas vezes.

Seria bom, porém, que fossem rebuscando nos arquivos provas de veracidade do facto de Ceuta, consequente condenação dos vereadores de Barcelos e, se possível for, da passagem da infamante pena destes para os moradores de Cunha e Ruilhe.

Citem-nos ao menos qualquer referência àqueles dois factos, por mais leve que seja, feita pelos cronistas e historiadores deste 1415, em que se deu a tomada de Ceuta, até ao século XVIII, em que o P.^e Carvalho trouxe à publicidade a tão decantada lenda.

A ser verdadeira a cobardia dos de Barcelos em Ceuta e a condenação dos seus vereadores em pena tão infamante, deve haver durante esses trezentos anos, o contrário não se compreende, qualquer referência a esses factos pelos escritores da época.

Gostávamos de ver também a Provisão de D. João I que condenou os vereadores de Barcelos a irem varrer as praças e açougues de Guimarães e o documento do endosso de tão servil obrigação feita aos povos de Cunha e Ruilhe, a que se refere o P.^e Carvalho na sua *Corografia Portuguesa*.

Creiam que com isso prestarão um grande serviço à História, pois esta deve ser feita sobre documentos, e é assim que reabilitarão a memória dos mortos e justificarão o procedimento dos vivos.

GLÓRIAS CONTEMPORÂNEAS

O soldado Manuel da Silva, foi um dos combatentes portugueses mortos na batalha de La Lyz, em França, que mais se notabilizou.

Não sabemos descrever os actos que praticou naquela batalha este humilde soldado; os companheiros, se por acaso os presenciaram, tombaram com ele na terra de Ninguém e os seus lábios emudecidos jamais os poderão narrar.

Há, porém, um testemunho incontestável a atestar o valor e heroicidade daquele intrépido combatente e ilustre barcelense: é o preito prestado à sua memória pelo próprio inimigo!

Detido por momentos os alemães na sua avançada pelo valente *serrano*, passaram-lhe por fim sobre o seu cadáver, mas logo voltam para em continência lhe prestarem as devidas honras.

Piedosamente sepultam seu corpo sem o despojar das roupas, ladeado pela arma destroçada, inutilizada, e pelas caixas de munições quase vazias; à cabeceira do coval erguem-lhe uma cruz e naquela cruz escrevem, caso raro, um epitáfio, no qual rendem homenagem à sua heroicidade.

Que maior reconhecimento de valor e intrepidez

se pode desejar do que o patenteado pelo próprio inimigo?

Alguns escritores em artigos publicados nos jornais, enaltecendo o esforço português na Grande Guerra, têm glorificado o soldado Manuel da Silva.

Ainda este ano «O Diário de Notícias» de Lisboa, no seu artigo de fundo intitulado «9 de Abril — Herói do Dia — pelo general Ferreira Martins», se refere elogiosamente a este heróico soldado, mas dá-o como natural das Beiras.

Alertado com o que li, tratei de obter o boletim biográfico de Manuel da Silva e grande foi o meu espanto ao receber dos Serviços Estatísticos e Estado Civil — Lisboa — a seguinte informação:

«Acerca de Manuel da Silva, de que trata a nota n.º 637/2.ª secção de 28 de Junho último. Este indivíduo era filho ilegítimo de Joaquina da Silva, possivelmente natural de qualquer das freguesias de Satão ou mesmo de Satão e que residia em Rio Covo, Santa Eulália, Barcelos, quando partiu como expedicionário para França em 25 de Julho de 1917, sendo soldado n.º 233 da 2.ª Bateria do extinto 5.º Grupo de Metralhadoras. Faleceu ao serviço da Pátria naquele país, em 9 de Abril de 1918».

Nem a Satanás lembra dar a Manuel da Silva a naturalidade de Satão.

Laboram a este respeito as repartições oficiais em grave erro que é preciso desfazer.

A verdade histórica manda que as coisas sejam repostas no seu devido estado e Barcelos reclama justamente para si a glória de ser o berço de tão grande herói.

Em um livro do registo de nascimentos da freguesia de Santa Eulália de Rio Covo, lê-se que no lugar

do Barroco, daquela freguesia, no dia 17 de Janeiro de 1894, nasceu um indivíduo do sexo masculino de nome Manuel, filho de Joaquina da Silva, neto materno de João Francisco Gomes e de Ana da Silva, *todos naturais daquela dita freguesia*.

Ora, esse Manuel, que tomou o apelido Silva de sua mãe, foi recenseado para o serviço militar por Santa Eulália de Rio Covo no ano de 1914, submetido à inspecção médica foi apurado e, tirando o n.º 2, assentou praça no Regimento de Infantaria n.º 8, Batalhão então aquartelado na vila de Barcelos.

Consta tudo isto dos livros arquivados na Câmara Municipal e da escrituração daquele Regimento em Braga.

Numa comemoração do «9 de Abril», em Barcelos, na sessão solene realizada no Teatro Gil Vicente, um orador referiu-se ao heróico soldado nosso conterrâneo Manuel da Silva, morto gloriosamente em França, cujo cadáver, disse, fora identificado pelo Sr. Abade de Gemeses, P.^e José Manuel de Sousa.

Quando da formação do Corpo Expedicionário a França, não havia capelães militares que acompanhassem as tropas, visto a separação da Igreja do Estado.

Ofereceram-se então alguns padres católicos para desempenharem gratuitamente esse cargo. Entre aqueles apareceu-nos o nome do Sr. Cónego José Manuel de Sousa, natural da freguesia de Palme, deste concelho, e abade há muitos anos, desde 1891, da de Gemeses, do concelho de Esposende.

Aceite o oferecimento, o abade de Gemeses, deixando as comodidades da sua vida paroquial, marchou para a fornalha ardente do *front* e no desempenho da sua augusta missão mereceu os louvores dos seus superiores militares.

Assim, por *Ordem do Serviço da Ambulância*, de 23 de Maio de 1918, foi «louvado pelos relevantes serviços que prestou aos feridos que foram pensados em Les Lebes durante o combate de 9 de Abril último e pelo que demonstrou na tentativa do enterramento dos mortos que haviam ficado em Les Lebes, porque demonstrou em tudo, a par da maior coragem e serenidade, a mais elevada e nobre compreensão dos seus deveres eclesiásticos».

Por *Ordem de Serviço*, de 7 de Julho de 1918, foi «louvado porque no ataque de 9 de Abril, estando em serviço na ambulância n.º 3, demonstrou qualidades extraordinárias de decisão, energia e coragem, procurando por todos os meios socorrer e evacuar os feridos e indo voluntariamente aos lugares mais perigosos no desempenho da sua missão».

Por *Ordem do Exército*, de 22 de Fevereiro de 1919, foi condecorado com a medalha Comemorativa da Campanha de França.

Por *Ordem de Serviço de H. B n.º 1*, de 12 de Abril de 1919, foi «louvado pelas constantes provas de dedicação e filantropia prestadas na assistência moral e religiosa aos doentes hospitalizados e pelas suas lições de civismo, brio militar e amor pela Pátria dadas aos soldados e em que demonstrou mais uma vez as suas excepcionais qualidades de padre militar».

Em 24 de Junho de 1919, foi nomeado para a *Comissão de Sepulturas de Guerra*.

Por *Ordem do Exército*, de 10 de Julho de 1920, foi «condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo com Palmas o alferes Capelão equiparado José Manuel de Sousa, pelo zelo, dedicação e patriotismo com que sempre se entregou a cuidar dos militares doentes e feridos nas formações sanitárias, quer

da frente, quer da retaguarda, a todos alentando com infatigável abnegação nas horas em que mais se fazia sentir o abatimento moral».

O Sr. Cónego Abade de Gemeses foi Alguém na Grande Guerra e, por fazer parte da Comissão de Sepulturas de Guerra, assistira à exumação do cadáver daquele glorioso soldado, sendo nessa ocasião encarregado da sua identificação.

A ele, pois, me dirigi.

Em um documento, que religiosamente guarda, o Sr. cónego abade de Gemeses, capelão militar do C. E. P., narra a comovedora história do aparecimento do cadáver de Manuel da Silva e a maneira como conseguiu identificá-lo. Diz assim:

.....

«Assisti à exumação do cadaver em aquela pequena elevação de terreno, donde se descobre uma extensa area de território revestida de arvoredos, conhecida pelo pomposo nome de Fort d'Esquin, situada na linha das Aldeias, salvo o erro, mas por essa ocasião já destruído o arvoredos e cavada de profundas covas, abertas pelas granadas de artilharia.

Tinha o coval sido assinalado com uma piedosa cruz, posta pelos alemães, com epitáfio também em alemão, que me foi traduzido pelo nosso Tenente intérprete, Sr. Pedro António Vieira Júnior:

*«Aqui jaz em Deus um valente soldado
portuguez que morreu defendendo a Pátria».*

Haviam os alemães feito justiça ao herói, glorificando-o, com tal inscrição!

E tal heroicidade mereceu-lhe um enterro de 1.^a classe: o cadáver tinha sido colocado no coval perfeitamente estendido, com os braços sobre o peito, ladeado pela parte direita pela metralhadora partida por uma granada e pela esquerda por um caixote de balas, menos de meado, servindo de apoio à cabeça um outro caixote vazio. Esta posição, única que encontramos, comoveu-me.

Não lhe haviam tirado roupa alguma, nem tocado nos bolsos — o que não sucedeu com outros cadáveres, que eram despojados de tudo — sendo-lhe encontrado naqueles uma pequena navalha portuguesa, um franco em metal e uma carta, em cujo envelope apenas e muito mal se lia o carimbo do correio — Vila do Conde.

Dentro do envelope estava uma folha de papel com indício de páginas, palavras indicifráveis, lendo-se apenas no final da última algumas palavras isoladas, pelas quais se reconheceu ser de namoro, com a assinatura de uma mulher.

Esta carta foi na Secretaria da Comissão entregue ao fotógrafo Sr. Arnaldo Garcez Rodrigues pelo Presidente Sr. Maximiliano Cordes Cabedo, de saudosa memória, com a recomendação de tratá-la com todo o carinho e tirar-lhe cópias litografadas.

Tal serviço pôs a vivo mais algumas palavras, que não satisfizeram por si para a identificação do cadáver, motivo porque aquele saudoso Chefe, sabendo que eu paroquiava uma freguesia do concelho de Esposende, me perguntou se conhecia pessoas dignas de crédito no concelho de Vila do Conde. Citei-lhe, além de nomes de colegas meus, o do grande proprietário e capitalista Sr. Joaquim Ferreira de Oliveira Ramos, da freguesia de Touguinha, meu velho e particular amigo.

Pedi-me então para lhe escrever, enviando-lhe uma cópia litografada da carta, com explicação do que desejava.

Este encarregou da missão seus bondosos e inteligentes filhos Manuel e António Ferreira Ramos, os quais, depois de aturado trabalho, descobriram, segundo a carta que seu Pai me enviou e que depus na mão do Presidente da Comissão: que a carta litografada fora escrita por uma jovem rapariga da freguesia de Rio Mau a Manuel da Silva, natural da freguesia de Rio Covo (Santa Eulália), concelho de Barcelos, com quem tratara casamento antes de assentar praça, quando esteve a servir em casa de um proprietário dali, cujo nome não consta dos meus apontamentos.

Depois da referida carta do Sr. Joaquim Ferreira de Oliveira Ramos ficou reconhecida a identidade do cadáver de Manuel da Silva, que entre as ossadas dos mil e trezentos militares sepultados no «Cemitério Portuguez de Richebourg L'Avoué», a páginas 22 da Relação está inscrito sob o n.º 257 — *Unidade territorial* — 5.º G. M. — *Unidade no C. E. P.* 4.º G. M. P. — *Porto* soldado — *Nome* — Manuel da Silva — *Causa da morte* — combate — *Data da morte* — 9-4-918. *Talhão 2. Fila D. Coval 17.*

Também na mesma página estão inscritos sob o n.º 255 — Inf. 22 — 4.º G. M. P. — Tenente Affonso Pinto Bento de Sousa — Combate 9-4-918. *Talhão 2. Fila D. Coval 15* e sob o n.º 256 — Inf. 30 — Alferes João Paulo da Veiga Pestana — Combate 9-4-918. *Talhão 2. Fila D. Coval 16.*

Os cadáveres destes dois oficiais foram também encontrados no Fort d'Esquin, debaixo dos escombros de um abrigo, encostado a uma barreira, cobertos com

muito barro e folhas de zinco partidas por granadas que sobre aquele haviam caído.

Tinham escapado à vista dos alemães porque não tinham cruz a marcar-lhes o coval.

Igual cruz à que assinalava o coval de Manuel da Silva encontrou-se muito mais ao fundo do Fort d'Esquin, numa ampla planície, já semeada de trigo, com os mesmos dizeres, a qual havia sido colocada sobre o coval dum sargento português. Estava ainda espetada na terra, mas, por mais dias e esforços que a Comissão empregou em escavações, não foi encontrado o cadáver.

Todas as cruzes encontradas foram guardadas na casa da arrecadação, em número de duzentas e tantas, mas o plantão ou plantões que fizeram guarda aos objectos da mesma, como o inverno de 1919 foi insuportável de frio, queimaram-nas.

Assim se perderam dois grandes troféus do esforço do C. E. P. no dia 9 de Abril, que bem ficariam: a do sargento no monumento da Batalha e a do soldado Manuel da Silva na Câmara Municipal de Barcelos, ou no seu Museu, a quem cheguei a oferecê-la, obtida que fosse a licença do Governo».

Residência Paroquial de Gemeses, 6-11-1935.

(a) *P.^e José Manuel de Sousa*, Capelão do C. E. P.

Está, pois, identificado o cadáver do heróico soldado morto no dia 9 de Abril de 1918 e encontrado em tão singulares circunstâncias no Fort d'Esquin, em França: é o soldado Manuel da Silva, natural da freguesia de Santa Eulália, de Rio Covo, do concelho de Barcelos.

Grandes actos de bravura e heroicidade deveria ter praticado aquele humilde soldado para o inimigo lhe ter dado tão honrosa sepultura e ter deixado sobre ela tamanho braço de glória.

E devemos acrescentar que Manuel da Silva foi o herói que tudo sacrificou pela Pátria, até a sua própria vida, e que menos custou à Pátria.

Só no mundo, partiu para a guerra, não deixando ascendentes nem descendentes: a mãe já tinha morrido e ele naquela ocasião não realizara ainda o seu sonho de amor de Rio Mau. Ao partir deixara parte do seu soldo a um parente afastado, que lhe servira de tutor; à sua morte todos os seus haveres cifravam-se nos objectos encontrados nos bolsos da fardeta que revestia o seu cadáver e ninguém tinha o direito à pensão de sangue!

O governo saldou as suas contas com ele naquelas palavras escritas no seu boletim pessoal. «Faleceu ao serviço da Pátria naquele país em 9 de Abril de 1918».

O bravo soldado deixara, porém, uma grande herança: o seu grande nome e a memória dos seus feitos. Barcelos, berço onde ele nasceu, não deve consentir que lhe tirem a parte que lhe toca nessa herança e por isso precisa de reivindicar para si a honra da naturalidade deste seu ilustre filho.

Ouçó dizer que a Junta de Freguesia de Santa Eulália de Rio Covo pensa em erigir, ainda que tardia-mente, um modesto monumento a este heróico soldado português, junto à casa em que nasceu, ou no adro da igreja matriz daquela freguesia, a sua praça principal.

Bem haja se tal fizer!

.....

P. S. — Ao escrever estes dois artigos para o «Barcelense» não tive em mira qualquer interesse pessoal pois nem sou *infelizmente* parente afastado de Manuel da Silva.

Agrada-me, porém, ver restabelecida a verdade histórica e tanto mais quando se trata de um barcelense e riocovense tão ilustre.

Este herói da G. G. não é considerado barcelense nas repartições oficiais militares.

Quando a C. M. de Barcelos resolveu em 1933 colocar no átrio dos seus Paços do Concelho uma lápide comemorativa dos soldados deste concelho, mortos na guerra, na lista recebida não vinha o nome de Manuel da Silva; se lá está foi devida à minha interferência.

BARCELOS

ARQUIVO HISTÓRICO E PITORESCO

Não podendo, por motivos de força maior, continuar hoje «Barcelos Além Cávado», venho preencher, o cantinho que me é reservado neste jornal com a transcrição de documentos e passagens de livros, que devem ser pouco conhecidos dos leitores, referentes a esta nossa querida terra.

Começarei por factos relativos à guerra civil de 1846, popularmente conhecida pela «Maria da Fonte», que vem no livro «A Patuleia», edição da Real Biblioteca Municipal do Porto de 1909.

— Ofício de 3 de Janeiro de 1847 do Secretário de Administração António José Fortes de Sá ao Ministro da Guerra.

Anuncia que às 4 horas da tarde entrou na vila uma força de populares armados de espingardas a fim de dar o grito a favor da Junta Provisória e começarem as autoridades a ela submetidas no exercício das suas funções. Passaram à casa do Regedor e dele, Secretário, pedindo a coadjuvação e depois foram à casa da Câmara. Posto o estandarte real, cobriram-se os ares de fogo e romperam os seguintes vivas: à «Santa

Religião Católica Apostólica Romana», à Nossa Augusta Rainha a Senhora D. Maria 2.^a, à «Carta Reformada», à «Junta Governativa do Porto» e aos «Bons Portugueses». Tocaram repiques de alegria os sinos de todas as torres, mandou-se depois recolher a força armada e os populares deram descargas festivas nos subúrbios da vila.

É assim que descreve aquela autoridade este facto histórico da Patuleia em Barcelos. Não estou longe de afirmar que aquela mesma gente, passado pouco tempo, voltou à vila a dar os mesmos vivas, menos à Junta Governativa e substituindo a Carta Reformada por Carta Restaurada.

A diferença também não era grande...

*

* *

Da Portaria do Arcebispo de Braga D. José de Bragança, de 20 de Maio de 1740, dirigida ao clero e fiéis de sua vasta Diocese, extraímos o seguinte referente às amas ou criadas dos padres.

Sua Ex.^a Reverendíssima ordena naquela Portaria sob pena de vinte cruzados pagos do Aljube que em suas casas não sirva criada ou escrava, cuja honra ou honestidade algum dia padecesse infâmia, nem mulher alguma, posto que de boa fama, de menos de cinquenta anos de idade, ainda que sejam filhos ou mulheres de algum criado seu. E os que as tiverem compreendidas nesta lei, dentro de 30 dias as lancem fora e também as filhas ou filhos ilegítimos, na forma da Constituição do Arcebispado.

Esta disposição arquiiepiscopal faz-me lembrar uma anedota que vou contar. Certo dia um padre, não sei se desta diocese ou de outra, pediu licença ao bispo para duas coisas: 1.º usar de cabeleira ou peruca e 2.º ter criada de menos de cinquenta anos.

O bispo, atendendo os motivos ponderosos que apresentava o peticionário, deferiu favoravelmente, sendo-lhe concedida a licença.

Na Câmara Eclesiástica, porém, ao passá-la trocaram os termos e muito se riu o requerente ao ler: «Concedemos a licença pedida, com tanto que a primeira seja honesta e a segunda furada».

Si non est vero...

Para não maçar mais o leitor ficamos hoje por aqui deixando para outra ocasião a narração de outros factos que tenho anotados nos meus apontamentos.

AS CRUZES EM BARCELOS

São já de séculos as Festas das Cruzes. Foi em uma sexta-feira, 20 de Dezembro de 1504, que pela primeira vez apareceu uma cruz no sítio onde se ergue o majestoso Templo do Senhor daquele nome.

No solo barrento do campo extra-muros, da vila, na manhã daquele bem agoirado dia, alguém viu desenhada uma cruz de terra preta proporcionada e direita de *três covados e meio* de comprimento, nos braços *dois covados e três quartas* e na largura de *um palmo* em toda ela.

Correu célere a notícia e é de ver o entusiasmo que se comunicou a toda a povoação; clero, nobreza e povo acorreu ao local e todos entre risos e lágrimas de alegria se rejubilavam por tão extraordinário prodígio.

A cruz, que entre os povos pré-cristãos era um instrumento de opróbrio e ignomínia, depois da paixão de Cristo passou a ser um símbolo de redenção e glória.

Barcelos, a terra escolhida para teatro de tão grande milagre, sentiu então em si frémitos de fervor religioso.

Cercaram em breve aquele sagrado espaço de uma arcaria de quatro arcos, coberto por uma abóbada de pedra, ficando a cruz dentro, e assim se conservou com pequenas alterações até aos princípios do século XVIII, época em que foi edificado o belo e artístico templo que ora se vê.

Nos meses de Setembro e Maio continuaram sempre a aparecer cruzes de várias dimensões, semelhantes à primeira, em volta do monumento e ainda em outros campos e largos da vila.

Em meados do século XIX, transpondo aquele limitado âmbito, brotam do solo cruzes por várias freguesias do concelho, sendo em muitas erigidas capelas para atestarem esse facto.

Em algumas, em diferentes quadras do ano, há festas e romarias em que o povo, dando expansões à sua fé religiosa, se diverte e faz o seu negócio.

Na vila, esquecida a festa de Setembro, chegam até nós as de Maio em que se realiza todos os anos uma das feiras mais importantes do país.

Deixaram de aparecer aquelas cruzes, mas Barcelos tem obrigação e interesse em manter uma das suas mais antigas tradições, promovendo este ano, as suas tão celebradas festas.

CASTELO DE FARIA

Em 1373 o rei de Castela, Henrique II, invadiu Portugal pela Beira e foi tomando algumas terras até que chegou a Coimbra.

Daí marchou sobre Torres Novas e ufano de não encontrar resistência esperou que o alcaide-mor daquela praça Gil ou Egídio Paes lha entregasse.

O alcaide, porém, muito contra a vontade dos castelhanos, pôs-se em defesa, saudando-os com alguns tiros.

Sitiando Torres Novas, de dentro ofereceram-lhe grande resistência.

Como Henrique II tinha pressa de chegar a Lisboa recorreram a este meio para conseguir a rendição dos sitiados.

Haviam cativado no arredor daquela vila um moço, filho do alcaide, e muito contentes de o terem preso levaram-no junto dos muros do castelo donde chamaram pelo alcaide-mor e disseram-lhe: que se não entregasse a fortaleza a el-rei D. Henrique II, ali mesmo lhe enforcariam o filho e a ele e ao castelo poriam fogo.

Então Gil Paes do alto dos muros da fortaleza, fiel à sua pátria, respondeu-lhes:

«que de seu filho bem via ele e lhe pesava muito,

que podiam dispor como quem o tinha na sua mão preso, porém ele daquela praça não podia fazer outra coisa, salva sua honra, senão defende-la por el-rei seu senhor, a quem havia feito homenagem de a sustentar».

Ouvidas aquelas respostas os castelhanos enforcaram o pobre moço e desesperados de tomarem a vila continuaram a sua jornada para Lisboa.

Fr. Francisco de Santa Maria, no Ano Histórico (111-217), fixa para este episódio o dia 7 de Outubro e para o de Nuno Gonçalves de Faria o dia 21 de Fevereiro do mesmo ano, datas estas que parecem brigar com as afirmações de outros autores.

Ao heróico feito do alcaide de Torres Vedras se refere também Fr. Francisco Brandão na parte V da Monarquia Lusitana, afirmando que «valia mais com Gil Paes a obrigação de homenagem que a vida do filho, pelo que o deixou enforcar e sustentou o castelo por seu senhor».

Este facto é narrado por Fr. Manuel dos Santos na Monarquia Lusitana, parte VIII.

Coincidência notável: no mesmo ano, Nuno Gonçalves, alcaide do Castelo de Faria, saindo a campo em socorro do Conde de Ceia é aprisionado pelas tropas castelhanas do comando do adiantado da Galiza Pero Rodrigues Sarmento, que invadiu o Entre-Douro-e-Minho, e marchava sobre o Porto, é levado junto aos muros daquele castelo, que confiara a seu filho Gonçalo Nunes, para aconselhar a sua entrega ao inimigo.

Chegando junto às muralhas da barbacã do castelo e chamando aos muros o filho seu lugar tenente o heróico alcaide em vez de obedecer às imposições do inimigo disse: «Filho, bem sabes como este castelo

me foi dado por el-rei D. Fernando meu senhor, que o tivesse por ele e que lhe fiz por ele menagem; por minha desventura eu saí dele, cuidando de o servir e sou ora preso em poder de seus inimigos, os quais me trazem aqui para te mandar que lho entregues, e porque isto é coisa que eu fazer não devo guardando minha lealdade, porém te mando so pena de minha bênção que o não faças nem o dês a nenhuma pessoa se não a el-rei meu senhor que mo deu porque para te perceber disto me fiz aqui trazer e por tormentos nem morte me vejas dar não o entregues a outrem senão a el-rei meu senhor ou quem te ele mandar entregar por certo recado».

Ouvindo isto os castelhanos crivaram de lançadas e morto à vista do filho.

Gonçalo Nunes defendeu heroicamente o castelo não sendo entregue ao inimigo.

Este episódio narrado por Fernão Lopes na «Crónica de D. Fernando» foi magistralmente descrito por A. Herculano nas «Lendas e Narrativas».

Esta desastrosa guerra terminou pelas pazes assinadas no Castelo de Santarém a 19 de Março de 1373.

Em Torres Novas é o pai do alto das muralhas que presencia a morte do filho por não entregar o castelo e em Faria é o filho que presencia a morte do pai por não entregar o castelo e ambos estes factos dão-se no mesmo ano e na mesma guerra ainda que em províncias diferentes. (9)

CONSERVEM-SE AS TRADIÇÕES

A tradição é um traço de união do passado ao presente; conservar a tradição é estabelecer uma *passerelle* do presente para o futuro.

Há pedras que falam, há objectos que evocam recordações históricas da vida dos nossos antepassados, que carinhosamente devemos amparar e conservar.

Destruir o que uma geração nos legou e que muitas conservaram é um atentado contra a história; é um crime.

Barcelos em ondas renovadoras tem destruído muito do que existia do seu passado. O mal já vem de longe.

A antiga povoação não só se estendeu na sua periferia, mas no seu antigo âmbito transformou-se e renovou-se.

O que é hoje a judiaria de Barcelos com suas cancelas fechadas ao sol posto?

É a bela rua Infante D. Henrique, larga e espaçosa, alinhada ao poente pela imponente fachada do majestoso edifício dos Paços do Concelho.

O Largo do Apoio, o Largo José Novais, o Largo Martins Lima e a Rua Mártires da República?

Tudo formado à custa de demolições de prédios cobertos das neves de antanho.

No século XVIII começou a demolição dos muros com suas torres e portas que cercavam esta antiga vila e continuou no século seguinte. A povoação, para transpor o recinto das suas muralhas, arrasa-as e do pouco que restam foram apropriadas pelos moradores seus vizinhos.

O tempo de mãos dadas com o homem, auxiliou-o na sua tarefa destruidora: em Janeiro de 1800 derribou a torre que fechava a ponte junto ao palácio dos Condes e Duques de Barcelos e em Dezembro último arrasou parte da muralha encostada à antiga rua das Velhas.

E assim vai desaparecendo essa obra grandiosa quatrocentista sem um protesto, sem uma lamentação dos amantes das gloriosas tradições de Barcelos!

O palácio das Torres caiu em ruínas; ninguém se lembrou de o reconstruir e restaurar na sua imponência antiga, antes uma vereação do último quartel, do século passado começou a sua demolição pelo cunhal sul poente.

Quantas barbaridades se têm praticado!

A Câmara Municipal, no intuito louvável de restabelecer o antigo Largo ao nascente das chamadas *Obras*, adquiriu o quintal das *Barrocas*, ideia logo deturpada pelo plano de uma segunda obra que posta em prática, abafaria e encobriria o magnífico monumento. Essa obra felizmente não se chegou a realizar, não por falta de vontade, mas de dinheiro.

Planeou ainda a formação de um grande largo e a abertura de uma ampla rua ao poente dos seus Paços do Concelho.

Para isso demoliu há anos na velha rua de Santa Ma-

ria velhos casebres e vai ser demolida uma casa que, se não tem belezas architectónicas, encerra grandes tradições.

Pertenceu esta casa outrora à nobre família dos *Cogominhos*, aliada por casamento com a melhor gente da terra. Nela viveu nos meados do século XVII o infeliz Baltazar Cício de Barcelos Cogominho, que teve a desdita de ver a sua ilustre prole por crimes políticos no patíbulo, no cárcere e no exílio.

Levado a cabo o alargamento daquela rua tem de ser resolvido, a meu ver, um problema importante: é a casa que foi do condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Creio que ninguém pensou em lhe tocar.

Esta casa, porém, fica a fazer esquina para a rua de S. Francisco e para a rua em projecto.

Abrem-se-lhe janelas para a nova rua?

Fica em parede fechada como está? Talvez ainda não pensassem nisso.

Do Barcelos antigo apenas nos resta dispersas a viela da rua Direita, Ferraria, a rua dos Açougues, a rua das Velhas, parte da viela de Traz o Muro e a da Sapataria.

O camartelo do bojudo progresso tem demolido tudo, para este passar.

Lisboa, estende-se pelos montes e vales vizinhos, conserva ainda em parte os seus bairros de Alfama, e da Mouraria, o Porto o seu bairro da Sé, Coimbra, Guimarães parte das suas antigas ruelas e edifícios com seus arcos e passadiços, etc.

Era bom que Barcelos conservasse um cantinho do seu velho burgo, mas já que assim não sucedeu, salve-se ao menos o que resta dos tempos idos.

Declarem-se todos os monumentos que ainda existem, se não nacionais, de *interesse público*. Coloque-se assim tudo, que é digno de o ser, sob a égide dos poderes públicos, para que os vândalos de qualquer tempo não arrasem e destruam o que herdaram de seus maiores.

NAS LINDAS MARGENS DO CÁVADO

É uma velha aspiração dos barcelenses o acesso da sua cidade ao rio Cávado, que a atravessa.

«Bem merecia do município a Câmara que dotasse a vila com um caminho ou rua de fácil acesso ao Cávado não só para o indicado fim, como para que o povo possa gozar das suas aprazíveis margens.

E para que outro fim, senão para esse, foi edificada a majestosa e linda escada com obeliscos, que existe no centro do formoso paredão chamado as *Obras*, e cuja descrição já fizemos?

A posição, em que se acha, a direcção que tem, uma linha recta que dela se tire, não mostrarão até à evidência, que havia o plano de se abrir uma estrada, ou rua, que fosse dar ao areal de St.^o António, única parte que oferece cómodo, e fácil acesso?

E porque não tem sido feita?

Não merecerá ela a preferência a tantas obras que com dinheiro do município tem sido feitas, e se estão fazendo ainda por capricho, por luxo, por ostentação, e tão desnecessárias?»

Escrevia assim A. M. Amaral Ribeiro na sua «Noticia Descriptiva da Muito Nobre e Antiga villa

de Barcelos», publicada na Tipografia do «Jornal do Povo» em 1866.

Nota-se, pois, que em meados do século passado já germinava no espírito dos barcelenses a ideia do acesso da vila ao rio.

Mas não data daí esta aspiração dos de Barcelos; segundo a autorizada opinião de Amaral Ribeiro, acompanhada de fortes conjecturas de muitos, o passeio das Obras, ao sul do majestoso templo do Bom Jesus da Cruz, não era outra coisa senão o *terminus* norte da estrada ou rua perpendicular ao rio.

Começou-se nos fins do século XVIII a realizar essa velha aspiração dos barcelenses, a qual por motivos supervenientes não foi levada a cabo.

Terminada aquela obra oitocentista, as vereações que sucederam no município abandonaram a ideia de uma estrada ao rio e em tal esquecimento caiu essa ideia que uma daquelas vereações alienou os terrenos inferiormente adjacentes à obra, sendo estes cercados por inestéticos muros de quinta e inutilizado o tanque ao nascente.

Dobram os tempos até que há bem pouco uma Comissão Administrativa da Câmara Municipal aproveitou o ensejo de readquirir aqueles terrenos na posse de particular.

Esse belo gesto foi, porém, logo deturpado pelo projecto de *uma grandiosa obra nova*, que concluída, viria encobrir e afrontar a antiga.

Com esse projecto, realizado felizmente só em parte, enterrou-se ali muita pedra e... muito dinheiro.

Da avenida ao rio as Câmaras Municipais nunca mais pensaram e assim se dormiu em Barcelos durante mais de um século, sono intercalado apenas pelo imaginar de alguns sonhadores.

A Câmara Municipal de Barcelos nesse decorrer de tempo tem feito muitas obras, umas úteis, outras de pouca ou nenhuma vantagem, mas raras vezes tem dirigido as suas atenções para o rio de tão lindas e encantadoras margens e se alguma coisa fez ali deixou-a incompleta.

É ver o paredão do Matadouro em Barcelinhos, que, depois de concluído, seria um lindo miradoiro da margem esquerda do rio.

A pedra destinada à obra lá está *a apodrecer* e a atravancar aquele tão aprazível sítio.

Dadas as circunstâncias actuais com a conclusão desta obra dar-se-ia trabalho a muitos operários e, subsidiado pelo Estado, pouco custaria à Câmara.

Todas as vilas e cidades no seu embelezamento aproveitam as margens dos rios por que são banhadas; só Barcelos é que não se tem preocupado com isso, sendo as margens do seu rio tão poéticas e encantadoras!

Porque não há-de ressurgir a ideia, velha aspiração dos barcelenses, da construção de uma avenida, ou de um parque, entre as chamadas Obras e o rio? Acabo de ler um artigo na imprensa, belamente elaborado, em que se advoga a construção de um parque naquele sítio.

Pense-se um pouco nisso, mãos à obra, e a vereação que a realizar *bem merecerá do município*, como dizia Amaral Ribeiro nos meados do século passado.

Cartas

Barcelos, Domingo, 5 de Março de 1930

Ex.^{mo} Snr. Dr. Teotónio da Fonseca

Recortei agora o seu folhetim de «O Barcelense» e vi a sua referência ao pretendido solar da família Faria. As leituras cuidadas das «Ninharias» provam:

1.^o — Ignora-se completamente quem eram os pais e avós do Alcaide Nuno Gonçalves.

2.^o — Sabe-se por Fernão Lopes que teve um filho que se fez clérigo ao qual os genealogistas e os documentos dão o nome de Gonçalo.

3.^o — Verifica-se manifestamente falsa a descendência de um outro filho Alvaro porq̃ lhe dão por seu filho um João (cidadão de Lisboa na revolta de 1384, nascido portanto por 1365) e por neto outro Alvaro (condel em Alenquer em 1466) e deste *joguinho* de datas do Menezes resulta um fulano com um filho rijo e fero 100 anos passados!

4.º — Atribui-se-lhe mais uma bastarda por certo invenção para *encavar* no pobre alcaide os Farias posteriores ao século XV *q̃ tirando o apelido do nome da Freguesia* por ali se fixaram e constituíram família.

De tudo isto concluo eu *q̃* não existiu nunca um solar, de origem medieva, das linhagens dos do apelido Faria, por aqueles sítios. Houve morgadecos posteriores datando do século XVI para cá.

É possível *q̃* a *quintana* de Pedreguais fosse da tal senhora bastarda possível do alcaide Nuno Gonçalves e ainda possível *q̃* ela a herdasse do mesmo alcaide por^{q̃} o irmão autêntico (Gonçalo) se fez clérigo e o outro irmão Alvaro não era com certeza filho do alcaide e não teve a descendencia *q̃* lhe atribuem.

Creia-me seu

mt.º ad.º obrig.º

a) J. Mancelos Sampaio

Barcelos, 6 de Março de 1930

Ex.º Senhor José Mancelos Sampaio:

Acabo de receber a sua muito estimada carta, datada de ontem, que li com prazer por vêr que os meus pobres rabiscos em «O Barcelense» despertaram a atenção de V. Ex.ª, merecendo-lhes uma contestação.

Venho dêse ha anos arquivando naquele jornal uma série de apontamentos para a história das fre-

guesias situadas ao sul do Cávado, a que dei o nome «O concelho de Barcelos Além Cávado».

Nelas vou cavando, conforme posso, e trazendo á luz da publicidade tudo o que julgo útil e necessário para outro, não eu, fazer a história desta parte do concelho.

Neste trabalho recorro ao que ha escrito nos livros e jornais que conheço e á tradição oral colhida *in loco*, evitando sempre tanto quanto possivel envolver-me em questões de nobreza e fidalguia, porque não sou fidalgo, nem tão pouco quero arvorar-me em cronista dessa outrora tão altiva classe social.

Ha, porém, ocasiões em que me vejo forçado a referir-me a certos factos que contendem com aquella classe; foi o que aconteceu agora no meu passeio às freguesias de Faria e Milhazes.

Naquella freguesia encontrei a quinta de Pedregais, com o seu portão D. João V, por todos nós bem conhecido, com uma desaparecida torre, cujas ruinas ainda existiam no século passado, segundo a tradição oral ali existente.

Essa quinta pertenceu sempre, desde o século XV, a uma família, que em vez de se apelar Silva ou Santos, adoptou o nome de Faria por ter o devaneio de se considerar descendente directa do real ou hipotetico Alvaro de Faria.

Seguindo alguns escritores, opinei que devia ser ali o solar dessa gente.

Vim depois para a freguesia de Milhazes e encontrei a tal *Honra da quintaam de Onega do paaço*, a que o Senhor José de Menezes diz ser o solar dos Farias de Barcelos.

As «Ninharias», que em grande parte são bem ninharias, como V. Exm.^a sabe, devem a sua origem

a uma luta jornalística entre o seu autor e A. Braamcamp Freire, travada no campo fechado das vãs e balofas prosapias fidalgas, as quais eu evito e delas fujo como o Diabo da Cruz.

Diz-me que se ignora quem fosse o pai e avó de Nuno Gonçalves; eu confesso, não os conheço e até hoje ainda não me fez minga essa falta de conhecimentos.

Nuno Gonçalves seria de origem nobre? — Seria de origem plebeia? — Não sei.

Eu já disse algures, creio que nos meus «Apontamentos Históricos e Genealogicos»: — «é pois êste glorioso alcaide o tronco dos Farias. Muito debatida tem sido a sua origem fidalga, de somenos importancia é porém essa questão. De origem nobre ou plebeia Nuno Gonçalves de Faria praticou tais actos de valor que são suficientes para enobrecer uma raça».

Era plebeu? Não tinha solar? Não posso afirmar.

Devemos pelo menos admitir que ele, elevando-se acima de seus antepassados, ou o filho ou filhos, enobrecidos pelo feito do pai, reedificassem as humildes casas dos lavradores seus avoengos e constituíssem ali o solar da sua familia.

Poderemos aplicar sem pejo aquelas apalaçadas e torreadas casas o qualificativo de *solar*, pois esta palavra tem-se tomado em um sentido tão lato que modernamente, ainda ha bem pouco tempo, os jornais noticiavam a inauguração no Jardim Zoológico de Lisboa do *Solar dos Leões*, mesmo sem as neves dos antanhos medievais.

Que o bom alcaide Nuno Gonçalves tem descendencia e grande, muita gente o afirma entre outros Felgueiras Gaio, que para mim é ainda um dos genealogicos mais seguros e honestos.

Mas se não quizermos seguir esta opinião, basta-nos o Fernão Lopes que nos dá como filho o P.^e Gonçalo, o qual, como bom padre que era, fazendo um tremendo estrago nas ovelhas do seu rebanho, foi um grande propagador da sua especie e perpetuador da familia.

Agradecendo-lhe os momentos agradaveis que me proporcionou creia-me sempre

seu mt.^o ad.^{or} e obrigado

a) Teotónio da Fonseca

Barcelos, 1 de Janeiro de 1932

Ex.^{mo} Senhor e meu presado Amigo: ⁽¹⁰⁾

As monografias são capitulos de história pátria.

Estudar os factos minuciosa e isoladamente, trazer alguns, já obliterados na memória dos povos, ao conhecimento público, não só se concorre para o engrandecimento de terra que lhes foi teatro e das personagens que neles interferiram, mas ainda se ministram por vezes importantes subsídios para a história geral do País.

Os «Ligeiros Apontamentos para a História do Castelo de Faria», como V. Ex.^{cia} intitula a sua *admiravel* obra, vem arrancar dos escombros do passado um dos mais famosos baluartes da defesa desta boa terra barcelense e fazer ressurgir do esquecimento um dos mais belos feitos praticados junto áquelas muralhas.

Barcelos, terra aberta até aos princípios do século XV, tinha uma linha de defesa considerável, constituída por quatro baluartes, por quatro castelos: ao norte os de Neiva e de Aguiar, ao nascente o de Penafiel e ao sul o de Faria.

O rasão do tempo, porém, tudo destruiu, fazendo desaparecer essas formidáveis fortalezas medievais e hoje o viandante aponta apenas o sitio onde elas existiram.

A acção desgastadora e vandalica do tempo e dos homens tanto se faz sentir sobre esta última que chegou a não se poder determinar com precisão o local onde se erguem.

Ha poucos anos um Grupo patriótico de barcelenses, animados por sentimentos de um puro bairismo e de um acendrado patriotismo, dirigiu-se à Franqueira, essa montanha sagrada para todos nós, revolveu a terra de um dos seus cabeços e poz a descoberto os alicerces do velho e histórico Castelo de Faria.

Continuada e acabada a obra começada, encontrarão os estudiosos os elementos necessários para a reconstituição dessa vetusta fortaleza (medieval) fornecendo desta maneira esse patriótico Grupo um valioso subsidio para a nossa história Pátria.

Ainda outro fim teve êle em vista: — chamar a atenção dos seus concidadãos para aquele tão belo monte, que em um futuro bem proximo se transformará numa linda estancia de turismo, e esse já o conseguiu em parte com a construção de uma estrada até ao seu ponto mais elevado, onde está a piedosa instituição de Egas Moniz — A Capelinha de Nossa Senhora da Franqueira.

Mas V. Ex.^{cia} o seu primeiro presidente, não se satisfez com os triunfos alcançados.

Coligindo tudo o que encontrou escrito ácerca do Castelo de Faria, fez a sua história, apresenta-o como ele devia ter sido e fez reviver o feito homérico dos seus alcaides.

Barcelos, esquecido dos seus preclaros filhos, nada tem feito para glorificar e eternizar os seus nomes.

Se é certo que ainda ha bem pouco tempo levantou uma estatua, a primeira que tem nas suas praças públicas, a um inclito varão, que tanto honrou a nossa Pátria, a sua divida para com o passado é enorme.

Aos alcaides de Faria, simbolo de lealdade e heroidade portuguesa, nem um simples oblisco se ergue nesta terra, Pátria de tantos herois e homens illustres, a atestar a gratidão e a admiração das gerações contemporaneas.

Sirvam sobre tudo êstes «Apontamentos» de incentivo à solvencia de uma tão grande divida de honra.

Diz o meu Ex.^{mo} Amigo que não quiere publicar este seu tão bem elaborado manuscrito, que o guarda para oportunamente facilitar elementos ás pessoas que queiram ocupar-se do Castelo de Faria.

Para lamentar é, deixe-me dizer-lhe com toda a franqueza, essa sua resolução.

Compendiando V. Ex.^{cia} todo o que ha escrito sobre o tema que apresenta, o estudioso, compulsando o seu livro, teria nele um valioso auxilio para os seus trabalhos ulteriores e o *dilettanti* encontraria igualmente nele matéria para seu intertenimento. Bem recebido seria pois por todos a sua publicação.

Creia sempre na sinceridade e amisade daquele que é De V. Ex.^{cia} admirador muito grato e obrigado

a) Teotónio da Fonseca

Ex.^{mo} Snr. Dr. José Constantino Lopes Rodrigues
Barcelos

Li com muita atenção o bem elaborado trabalho do Ex.^{mo} Snr. Dr. Joaquim Paes (11) sobre o traje regional masculino de Barcelos, que muito apreciei, achando interessantissimo o seu assunto.

Considero de uma grande importancia para esta terra a fixação do traje regional e por isso aplaudo tudo que se faça nesse sentido.

O traje feminino já foi escolhido a meu vêr com bastante felicidade; é preciso agora tratar-se do traje masculino para o emparelhar com aquele.

É necessário, a meu vêr, ir a uma época, talvez a do traje feminino escolhido, ou próximo a esta, e estudar nas suas linhas gerais a indumentária masculina dessa época.

Formar um tipo modelo para ser usado nas festas e actos solenes do nosso povo.

Para isso deveríamos, a meu vêr, vestir um boneco, como se fez com o traje feminino e expo-lo ao público ou pelo menos á apreciação das pessoas que se interessam por estas coisas, que não são das minimas.

Assim melhor se poderá corrigir os defeitos que nele, por acaso, se encontrem e formar-se esse tipo modelo tanto mais perfeito.

Agradecendo a amabilidade de V. Ex.^a em me facultar a leitura de tão apreciavel obra do meu amigo Ex.^{mo} Snr. Dr. Joaquim Paes subscrevo-me com toda a consideração

Ve V. Ex.^a

Amigo at.^o e mt.^o Obg.^o

a) Teotónio da Fonseca

NOTAS

(1) pg. 1 — Com este título, texto e autoria abriu Teotónio da Fonseca, em 1924 e em Paços, o rosto de um livro onde foi escrevendo prosas dispersas, transcritas e, ao acaso, cedidas para publicação em diversos órgãos da imprensa regional, agora reeditadas. Em notas particulares, reservadas, acrescentadas ao texto, indica o autor as fontes documentais — ouvidas, lidas, incontroversas — em que a sua anterior narrativa se alicerça. Estes factos — o recuo da data, sendo esta já coincidente com uma colheita que se vinha fazendo e, nesse ano, de 1924, se corporizava, junto à probidade informativa do escritor —, se muitos outros não houvesse, impõem aos barcelenses o dever da admiração e respeito por quem desde novo tão apaixonada e com tanta seriedade estudou a sua Terra.

(2) pg. 30 — Revelando esta nota, publicada, como que um desabafo incontido, achou-se por bem dá-la à estampa, neste volume, servindo assim de mais um testemunho da personalidade do A.

(3) pg. 51 — Dias passados, da saída desta *divagação*, o correspondente local de «O Comércio do Porto» — João Carlos Coelho da Cruz — fazia publicar, no diário portuense, a seguinte nota que, por seu interesse local e se manterem vivas, na memória dos barcelenses mais velhos, as fortes personalidades no texto referidas, se reedita nesta publicação.

«Barcelos nos tempos passados.»

Abril, 6 (1935) — O nosso respeitável amigo sr. dr. Teotónio da Fonseca, recordando, no último número de «O Barcelense», tempos passados da nossa terra, refere-se a uma exposição de rosas realizada, há perto de 20 anos, na Assembleia Barcelense e que «foi uma festa muito *chic*, a que concorreu a alta roda de, Barcelos».

Não diz o distinto arqueólogo qual a instituição de caridade, em benefício de quem foi realizada essa exposição, nem quem foi que praticou o *crime* de furtivamente juntar a formosíssimas rosas uma outra flor, que embora não tendo perfume, possuía também beleza, e enganou-se no nome da intrusa, pois não foi uma camélia, mas sim uma pionia.

Como promotor dessa festa, que marcou no nosso meio pela mais intensa beleza, e porque sentimos sempre extraordinário prazer em recordar o passado, talvez porque caminhamos no declinar da vida, vimos pôr em destaque o nome do *criminoso*, que passou momentos de verdadeira *amargura* na incerteza da decisão do gentilíssimo grupo de senhoras que constituiu o júri para a classificação do seu *crime*, e recordar pessoas que deram realce a essa festa, algumas das quais tem já a cruz a marcar a sua última morada.

O *criminoso*, foi o talentoso advogado sr. dr. Augusto Monteiro e o seu defensor o dr. Reis Maia, há pouco ainda falecido, que com os primores da sua eloquência levou o júri, que parecia pouco inclinado a indulgência, a responder favoravelmente aos quesitos, habilitando assim o presidente do tribunal, que era o distinto magistrado sr. dr. Silva Monteiro, a absolver o *réu*.

De tudo se fazia espírito naquela época.

Esta exposição, que o grande industrial e benemérito D. José Domenech valorizou com o seu gesto magnânimo, realizou-se em benefício da Sopa dos Pobres, e para seu brilho muito concorreu Cândido da Cunha, requintado temperamento de artista, que tanto honrou a sua terra e que Barcelos, com viva saudade, sempre recorda, dando, com toda a elegância da sua arte, a mais bela moldura às lindas rosas.

Foi uma festa encantadora e que beneficiou uma simpática instituição.

Era assim que naquele tempo se divertia a gente de Barcelos e praticava o bem».

(4) pg. 122 — António de Mendanha Arriscado de Lacerda, da Casa da Calça, em Forjães, Esposende.

(5) Pg. 123 — Roque Ferros Ponce de Leão, irmão daquele a quem era dirigida esta carta.

(6) Pg. 142 — Corre na tradição que um *aquista* se apaixonara por uma familiar de certo abade desta freguesia, e que este, ardendo em sagrada ira, quiçá ciúmes, mandara arrasar os tanques, dos quais, em escavações, ainda se encontram vestígios.

(7) Pg. 158 — O senhor abade de G... ainda é felizmente vivo e poderá autenticar, pelo seu depoimento pessoal, este conto, na sua essência verdadeira.

(8) Pg. 210 — 1924.

(9) Pg. 283 — Veja-se *Torrejanos Ilustres* de Artur Gonçalves, Torres Novas, 1934, pgs. 20 e seguintes.

(10) Pg. 295 — Supomos tratar-se de Antero Barreto de Faria, que em 1947 editaria a monografia *Franqueira*, pensada, e trabalhada, muitos anos antes.

(11) Pg. 298 — O autor refere-se a um texto que, neste ano de 1981, se mantém inédito. Esse texto, estudo, foi elaborado a seguir à publicação, pela Comissão de Iniciativa e Turismo, local, de *O Traje Regional de Barcelos*, em 1936, comissão a que pertencia o destinatário da carta.

N. B. — As notas, 4, 5, 6, 8 e 9 são da autoria do escritor.
As restantes são da responsabilidade do organizador e editor deste volume.

ÍNDICE

	Págs.
A Talhe de Foice	V-XXIV
Prefácio do Autor	1
Dois Ideais	3
Fim de Carnaval — Quadros da Vida Social	15
Um Sonho	23
O Crime	27
(Sem título)	29
Notas d'um político socialista	31
Loucos de Amor	43
Bondade e Humanidade	47
Barcelos nos Tempos Passados	49
Homenagem a um Barcelense	53
O Abade de Panque	55
O José do Botequim	59
Passeios e Digressões — Póvoa de Varzim — Set. 1931	63
Província do Minho	71
Passeios e Digressões — Monção	75
Carta da Póvoa de Varzim — Agosto 1932	83
As Misericórdias	85
As Misericórdias e os seus Congressos	91
A Harmonia da Dor	93
Aver-o-Mar	95
Cantiga	103
Poesias inéditas	
I José A. Bezerra	105
II José A. V. Leites	112
III Joaquim R. Lima	120
IV P. ^e António Leitão	124
V Bernardino Lopes	127
VI Abundio da Silva	132

Contos e Lendas do Minho

No Regresso de Alcácer-Kibir	135
Costumes Antigos	139
Do Castelo ao Presbitério	142
Crimes Sociais	145
Proezas de um Fidalgo	148
Pelo Mundo Monástico	152
Heroicidade de um Humilde Soldado	157
Uma Revolução... Geográfica	162
Núpcias de um Moribundo	166
Castigo de Deus	169
História de um Fura-Vidas	173
Data Célebre	176
Ajuste de Contas	182
O Frade e o Passarinho	189

Poemas Históricas

O Tributo de Ossas e a Lenda de D. Sapo	193
O Cerco de Faria	197
Páscoa	201
Reabilitação Póstuma	203
Mais um Milagre de Santo António	206
Moiras Encantadas	208
Graças a Deus... as Precisas	210
História de umas árvores	213

Tempos que não voltam — Recordações da Mocidade

Dois Dias em Rio Tinto	221
Um Tríduo em Alvelos	225

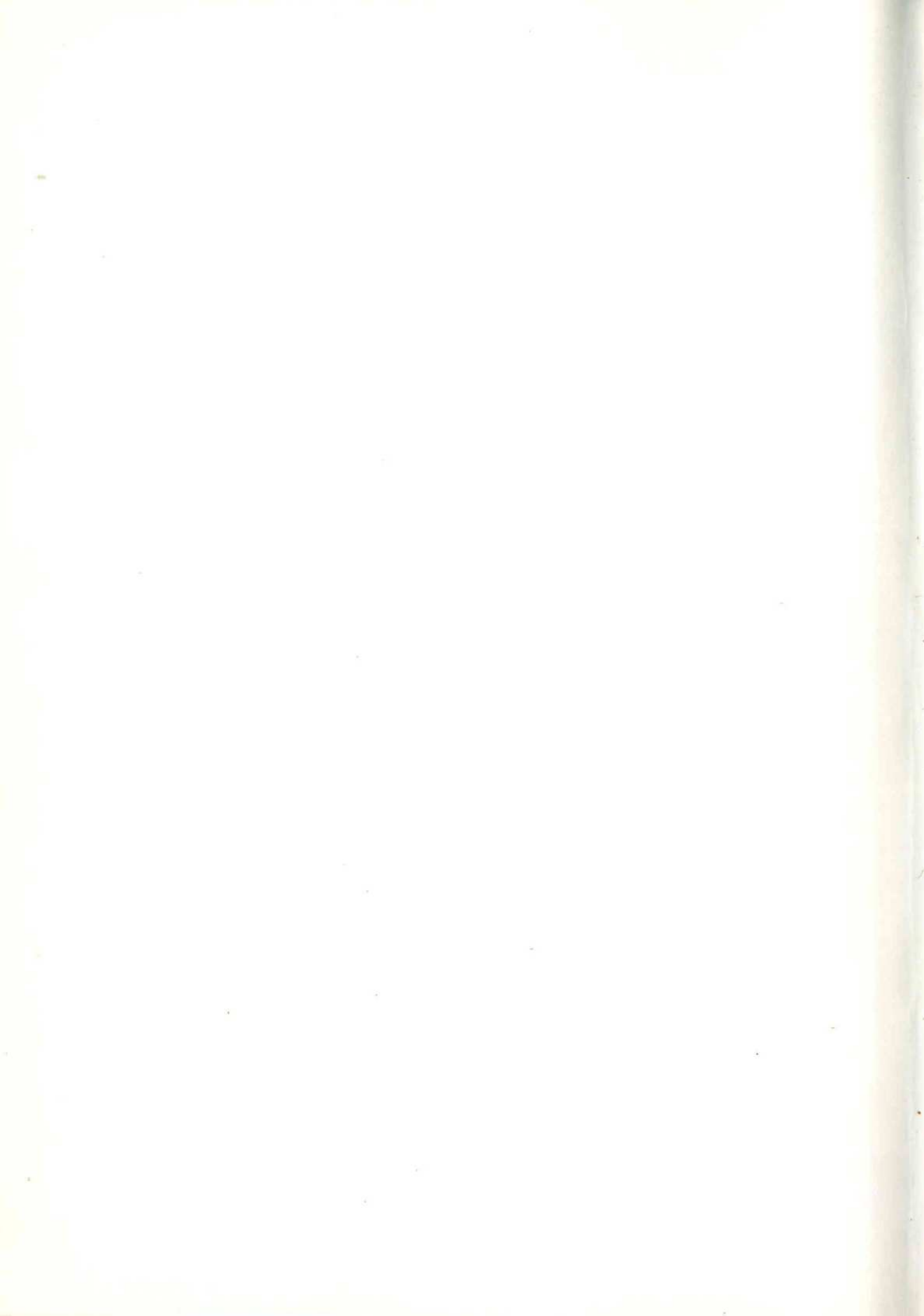
	PÁGS.
Uma Noite em Paços	229
Uma Romaria em Chorente	232
E Assim Sucessivamente	236
Pró-Barcelos	
Barcelos — Sua Importância Passada e Presente . .	241
Barcelos Militar	245
Casas Brasonadas	249
Barcelos Regionalista	251
Um Dever a Cumprir	254
Desfazendo Lendas	256
Desfazendo Calúnias	260
Glórias Contemporâneas	266
Barcelos Arquivo Histórico e Pitoresco	276
As Cruzes em Barcelos	279
Castelo de Faria	281
Conservem-se as Tradições	284
Nas lindas Margens do Cávado	288
Cartas	
de e para Mancellos Sampaio	291
para Antero Barreto de Faria (?)	295
para José C. Lopes Rodrigues	298
Notas (do A. e do Organizador)	301

ADENDAS
DO
LEITOR

TEOTÔNIO
DA FONSECA

Divagando...

BARCELOS
1981



biblioteca
municipal
barcelos



8629

Divagando